ISSN – 1807 - 2674

13

REVISTA de ECONOMIA POLÍTICA e HISTÓRIA ECONÔMICA

Ano 05 – Número 13 – Julho de 2008

Índice

05
Geohistória

Lincoln Secco

40
As Contradições das Políticas de "Urbanização de Favelas"

Fabiana Valdoski RIbeiro

69
O Meridional Migrante, as Cidades do Silêncio e o "Mistério de Nápoles"

Carlos Alberto Rizzi

98
O "modelo insular": Ratzel e suas contribuições às idéias de Fernand Braudel sobre as origens do capitalismo

Larissa Alves de Lira

121
Alimentação no Brasil Colonial: economia, sociedade e cultura

Rubens Leonardo Panegassi

149
Caminhos alternativos à inovação científica e tecnológica: o caso da biotecnologia brasileira e o Projeto Genoma Fapesp

Agnaldo dos Santos

193
Resenha: ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim.*

http://rephe01.googlepages.com

Expediente

REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA E HISTÓRIA ECONÔMICA
Número 13, Ano 05, Julho de 2008
Uma publicação semestral do NEPHE – Núcleo de Economia Política e História Econômica
Rua Luciano Gualberto, 52 – Cidade Universitária – São Paulo – SP – CEP 005000-000
http://rephe01.googlepages.com
e-mail: rephe01@hotmail.com

Conselho Editorial: Júlio Gomes da Silva Neto, Lincoln Secco, Luciene Rodrigues, Marcos Cordeiro Pires, Marina Gusmão de Mendonça, Osvaldo Luis Angel Coggiola, Paulo Queiroz Marques, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Romyr Conde Garcia, Rubens Toledo Arakaki, Wilson do Nascimento Barbosa, Wilson Gomes de Almeida.

Edição: Lincoln Secco e Luiz Eduardo Simões de Souza
Revisão: Cátia Sivinski e Luiz Eduardo Simões de Souza

Autor Corporativo: NEPHE – Núcleo de Economia Política e História Econômica

A REPHE – Revista de Economia Política e História Econômica – constitui mais um periódico acadêmico que visa promover a exposição, o debate e a circulação de idéias referentes às áreas de história econômica e economia política. Pretende-se que a periodicidade da REPHE seja semestral.

Editorial

Este novo número da REPHE tem como centro as relações entre homem, economia e espaço. Assim, os artigos apresentados neste número tangenciam desde aspectos da ocupação do solo urbano (urbanização de favelas, o papel do engenheiro e dos intelectuais orgânicos no planejamento urbano) até os caminhos alternativos para a inovação científica aplicável em distintos ramos (incluindo o aumento da produtividade agrícola).

Fiel ao padrão acadêmico dos números anteriores, a revista também aborda temas clássicos, todavia não desvinculados da temática geral deste número. Por exemplo: a história da alimentação (tema de candente atualidade, dada a recente inflação mundial dos preços de gêneros alimentícios) e as relações do pensamento do historiador francês Fernand Braudel com os clássicos da Geografia, como Ratzel e Vidal de La Blache.

O leitor tem diante de si um instrumento de pesquisa original, composto por textos inéditos, e elaborados por jovens intelectuais de diversas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Os Editores

Ficha Catalográfica

Revista de Economia Política e História Econômica / São Paulo, Núcleo de Economia Política e História Econômica -Número 13, Ano 05, Julho de 2008 – São Paulo, NEPHE, 2000 -

Semestral

1. História Econômica. 1.Economia Política

Geohistória

Lincoln Secco[1]

Resumo

No século XIX os geólogos usaram o termo "geohistória" para falar da história da terra. A palavra foi reivindicada mais tarde por Fernand Braudel em sua tese La Mediterrannée (1949), mas agora com o sentido de uma história geográfica. No espaço ele situou o ritmo mais lento da história: a longa duração, embora seja possível encontrar ritmos muito lentos em outras instâncias, como as mentalidades, a economia e até na política.

Palavras – chave: Geohistória – Geopolítica – Escola dos Annales – Capitalismo - Economia Mundo

Abstract

In the nineteenth century, geologists used the term "geohistory" to refer to the geological history of Earth. It was reclaimed later by Fernand Braudel on his 'Mediterrannée' thesis (1949), under the signification of a geographical history. In space, he situated a slower rhythm of history itself - the long duration - therefore it is possible to find very slower rhythms on other fields, like the mentalities, the economy and even in politics.

Keywords: Geohistory – Geopolitics – Annales – Capitalism – World Economy

"*Songez à l´histoire géographique que nous avons essayé de promouvoir et de baptiser géohistoire*".

(Braudel: 1951, 487).

Por que uma geohistória? A palavra tem lá seu histórico. Sua idade. No século XIX, os geólogos a usaram para falar da história da terra. Mas o termo era tão impreciso quanto a expressão "história natural". Pois essas "histórias" expurgavam os homens e as mulheres. A Geohistória foi reivindicada nada mais, nada menos do que por Fernand Braudel em sua tese *La Mediterrannée* (1949). Mais tarde, explicitada em uma resenha na revista *Annales* (Braudel: 1951, 487).

[1] Historiador, Professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP).

Depois, abandonada! Tanto que Braudel retirou o item "Geohistória" da segunda edição de sua obra máxima (Braudel: 2002, 124).

A geohistória surgia para opor-se à geopolítica, de tantas e indesejáveis reminiscências alemãs. Ainda que alemã fosse a poderosa renovação (ou fundação) dos estudos geográficos no século XIX. Braudel (como antes dele Febvre e Bloch) recebiam o influxo de Vidal de La Blache. Ele era imprescindível para uma história que precisava posicionar-se ante a morfologia social de Durkheim e a própria geografia que todos os historiadores precisavam aprender como prefácio necessário às obras de erudição histórica.

A Geografia vivia o impasse característico dessas redefinições das ciências humanas na virada do século XIX para o XX. As "geografias" do século XIX limitavam-se a generalizações tão amplas quanto as suas ambições. Ambicionavam o globo. O mundo inteiro. Mas sem um método científico. O precioso papel da *Géographie Universelle* de Vidal de La Blache e seus colaboradores foi unir precisão acadêmica com elegância literária e, especialmente, regionalizar os estudos contidos na própria idéia de geografia universal. Fazia-se uma crítica da geografia oitocentista.

Paradoxalmente, a própria História também passava a um novo estágio. Nem uma história de idéias, culturas ou paixões (como em Guizot, Marx, Burckhardt ou Michelet) nem as populares histórias universais de Cesare Cantù e tantos outros. Surgia a história científica de Charles Seingobos que Braudel aprenderia mais tarde a questionar embora sem nunca deixar de asseverar o gênio daquele historiador. Seignobos por certo, mas não sem Charles Langlois ou sem Leopold Ranke. De fato, aquela não era uma história única, pois Marx fizera uma história com modelos de longa duração *avant la lettre*. Guizot escrevera uma história não de reis e rainhas, mas da civilização européia, lançando mão do conceito de luta de classes como traço distintivo da suposta superioridade européia. Michelet colocara o povo francês como personagem

central.

E mais ainda, Marx oferecia um modelo teórico: o materialismo histórico. A concepção que deslocava a centralidade categorial do desenvolvimento histórico para o modo de produção e reprodução da vida material. Usava decerto metáforas que seriam mais tarde aprisionadas por modelos estruturalistas, consoante veremos depois. E criava modelos geoeconômicos sobre a renda diferencial da terra (volume III de *O Capital*) ou apreciações típicas de uma geografia industrial, como no fim do capítulo 'Maquinaria e Grande Indústria' (volume I).

De qualquer maneira, aquela História de Charles Seignobos não era propriamente positivista porque, ao contrário dos seguidores de Auguste Comte, ela não aceitava leis do progresso ou o evolucionismo social de Spencer. Bem ou mal ela não pertencia inteiramente ao Império do darwinismo social. O termo evolução, contudo, não provinha diretamente da biologia, mas sim da própria História e da filosofia francesa do século anterior (Voltaire, Turgot e Condorcet foram os primeiros a verem a história sob a ótica do progresso, da mudança contínua e da transição gradual). Na primeira metade do século XIX a palavra evolução suplantou gradualmente os termos *transformação, mudança e progresso* (Huizinga: 1959, 31). E o fez primeiramente na sociologia, a qual incorporava também uma visão organicista da sociedade transparente no uso de palavras como forma, função, estrutura. Contra essa tendência, a História refugiava-se no aspecto singular dos fenômenos sociais, ignorando as regularidades sistêmicas. E se a história voltava-se ao único (ao fato), a Geografia desejava o fixo e perene:

> "Neste sentido, a crítica das divisões geográficas tradicionais, consideradas como artificiais ou superficiais, anuncia nos dois últimos decênios do século XIX o mesmo que a História conhecerá na geração seguinte: a crítica da interpretação factual

> ou puramente institucional. Na verdade, constitui uma dívida da História em relação à Geografia recentemente renovada" (Enciclopédia Einaudi: s/d.: V. 8, 166).

Todavia, ao fixar-se nas regiões, a Geografia clássica francesa preferia mapas cuja escala variava de 1/50.000 até 1/200.000. Não enfrentava escalas de 1/1.000.000:

> "Por isso, os geógrafos franceses tiveram durante muito tempo um escasso conhecimento dos problemas do Estado, aqueles da nação que se situam numa escala na qual não estavam acostumados a trabalhar" (Claval: 1974: 82).

Os problemas do Estado foram objeto da Geopolítica, cujas influencias são poderosas no entre guerras. O historiador Vicens Vives, mais tarde influenciado por Braudel e Febvre, é um exemplo disso. Ele se formou sob a ascendência dessa geopolítica e das idéias de Ratzel e, especialmente, de Toynbee: *challenge and response* (Toynbee: 1962, 217). Assim, o desafio seria o meio geográfico e a resposta seria a reação cultural (reação esta que é tanto maior quanto mais difícil o meio). Para Vives a geopolítica e a doutrina do espaço vital. E a geohistória seria a própria "ciência geográfica das sociedades históricas organizadas sobre o espaço natural" (Muñoz y Lloret: 1997, 200). Mas a geopolítica tinha lá suas ressonâncias mais alemãs do que francesas. Ressonâncias alemãs tão questionadas por Lucien Febvre que polemizou com o determinismo geográfico descobrindo em Vidal de La Blache o possibilismo (Febvre: 1922).

Febvre escreveu um livro sobre o Reno. Assim como Marc Bloch escreveu um tratado de história rural francesa. E antes escreveram respectivamente um trabalho sobre o

Franche Comte (Franco Condado) e sobre *L´Ille de France*. História regional como as obras de geografia regional dos seguidores de Vidal de La Blache. Nos anos vinte Bloch e Febvre estão na Universidade de Estrasburgo. À espera de Paris, Febvre ingressará no *Collège de France*, tendo sido derrotado no concurso na Sorbonne. Bloch ingressará tardiamente na Sorbonne (onde seu pai, Gustave Bloch, fora professor e ensinava a História de Roma) depois de preterido pelo *Collège*. Essas dificuldades de carreira exprimiam o fechamento da universidade às idéias renovadoras de que eles eram portadores. Pensemos no próprio marxismo, virtualmente ausente de qualquer universidade ocidental até a segunda guerra mundial.

Naqueles anos vinte, Braudel estava na Argélia. Voltou à França para depois ir ao Brasil, participar da missão francesa que criou a Universidade de São Paulo. Por formação, por ímpeto, por esses longos períodos fora da França, sua tese sobre Filipe II vai sofrer uma rotação. Ele abandonava o rei para deter-se no mar. Num Mediterrâneo histórico. Braudel era um homem do norte. Da Lorena. Sentiu *in petto* aquilo que os alemães chamam o *Drang nach Süden* (a pressão ou ímpeto para o sul). Como Goethe em relação à Itália.

Seu livro seria interrompido várias vezes. E como a história é por demais conhecida, deixemos de lado as peripécias da redação num campo de concentração na Mogúncia durante a Segunda Guerra Mundial. A obra se dividia em três partes: “A parte do meio” fazia uma geohistória; “Destinos coletivos e movimentos de conjunto” tratava de conjunturas; e a terceira, “Os acontecimentos, a política e os Homens” parecia uma história política

événementielle.

O problema com o qual o historiador precisava lidar era o do determinismo geográfico. O das relações e interações dos homens com o meio ambiente. Quando Fernand Braudel descreveu o quadro mediterrânico no qual se desenrolaria a história que queria contar, ele o fez numa postura oposta às tradicionais introduções geográficas dos historiadores. E, certamente, de forma bastante inovadora em relação aos geógrafos que lhe eram contemporâneos (Lira: 2005). Aquele quadro não era mais um palco, mas um "campo de possíveis, como um esquema ao mesmo tempo aberto e determinado. Ou seja, um espaço de opções limitadas e limitantes, mas não unívocas nem linearmente determinantes" (Aguirre Rojas: 1996, 80). O fito é demonstrar que os elementos geográficos, montanhas, mares ou oceanos e até mesmo o clima (como o demonstrou um brilhante historiador) têm a sua história (Burke: 1947, 49).

O viajante evita as montanhas. Contorna-as por desfiladeiros. Vai de planície em planície. O historiador da escola de Langlois e Seignobos fazia o mesmo. Prendia-se às planícies, às cidades, aos seus arquivos. A montanha é o espaço humano da pobreza e do arcaísmo. Mundo isolado das civilizações. O latim, v.gr., demora ou nunca se impõe àqueles maciços hostis do norte da África ou das Espanhas. O islamismo se retrai diante dos berberes das montanhas e dos curdos da Ásia. A montanha é também o reino do leite e do queijo. As planícies, diz Braudel, são a alegria de viver. Elas têm mais recursos, são espaços mais humanizados, mais técnicos. Envolvidos em redes de trocas mercantis. Em rotas. As obras públicas (canais, drenagem de pântanos, desvios de cursos

de rios) só são feitas por governos que arrecadam e centralizam recursos (Lombardia, 1138, com seus diques e canais feitos pelos beneditinos). Por isso as planícies, diz Braudel, são também o feudo dos ricos[2].

Para Braudel, as planícies não se interrompem nas orlas duras e inóspitas do mar mediterrâneo. Este é um conjunto de planícies líquidas ligadas por portos, assim como o Saara é um mar de areia com suas ilhas (oásis). A navegação (como as caravanas de camelos) é lenta e cautelosa. Nunca se perde de vista a costa. De ilha em ilha, de porto em porto, a navegação é de cabotagem, o que estimula o comércio e permite explorar as diferenças de preços. Pois em cada porto são todos os tripulantes com suas bugigangas que se expõem nas cidades litorâneas, enquanto a embarcação também leva o carregamento principal (o trigo, o azeite, o arroz).

Essas ilações não deixam de ter importância para as histórias regionais (depois, "nacionais"). Como a Itália, tardiamente unificada e com dificuldades de encontrar uma unidade entre o norte e o *Mezziogiorno*. Veja-se a Sardenha, exposta num mar Tirreno excessivamente aberto que não foi dominado por ninguém depois de Roma. Os árabes não conquistaram a Itália! Nem mesmo os ostrogodos o fizeram por muito tempo. Enquanto isso o Mar Adriático é favorável à hegemonia de Veneza. Ela ocupa Corfú em 1386. Veneza é oriental! Braudel, portanto, fala de duas Itálias diferentes: a do oeste e a do leste. Itália tirrênica, ocidental, do poente. Itália adriática, levantina, oriental. O Mar Jônico separa o Mediterrâneo em duas zonas de história. Entre Maomé e Carlos Magno, como diria Pirenne. Entre Osmânlins e

2 Há as exceções: os Alpes suíços são ricos e pobres são as estepes aragonesas.

Habsburgos. Entre Suleiman, o magnífico e Carlos V, este imperador de um império grande demais para persistir. As batalhas marítimas aparentemente essenciais se darão nessa confluência de dois mediterrâneos, como Lepanto em 7 de outubro de 1571.

Nem sempre, porém, Braudel explorou todas as virtualidades geográficas dos mares. O caso de Gênova é sintomático, já que seu porto aproveitou-se das benesses do Mar Tirreno. Mar que Fernand Braudel considerou excessivamente aberto é verdade. E com razão se olharmos para as Baleares, para Barcelona, para Marselha. Mas Braudel não atentou para a peculiaridade de uma parcela significativa desse mar, aquela que se assemelha a um outro mar interior. Um "segundo mar mediterrânico", um lago genovês por longos anos, um tanto fechado pelas ilhas da Sicília, Sardenha e Córsega. Algo que não passou despercebido a um notável geógrafo alemão (Ratzel: 1898).

Já os portos da Mancha e do Mar do Norte, diante de marés menos fortes que os do Atlântico (quatro a sete metros de mareagem) só temem a baixa profundidade que exigiu sempre trabalhos de drenagem, pois tem ligações formidáveis com o *hinterland* através do Reno, do canal Alberto, do Mosa (Célérier: 1962: 1970). De Dunquerque a Hamburgo, relevando Londres, Roterdã e Antuérpia, tratar-se-ia depois da zona mais rica do Velho Mundo. Todavia, a Braudel pareceu que no século XVI ainda a ligação essencial se dá pela ligação do norte da Itália, passando pela França e atingindo os Países Baixos, especialmente Antuérpia.

Mas os dois mediterrâneos de Braudel são uma unidade humana. Um mesmo rosto em toda parte. E uma unidade

climática, agrícola (mas não política). Os artífices do clima são o Atlântico e o Saara. Aquele, diz Braudel, dá as chuvas, as nuvens, a bruma *gris* dos meses invernais. Este dá a secura, a luminosidade. Do equinócio de setembro (outono) ao equinócio de março (primavera) prevalecem as influências atlânticas. Provocam as chuvas, agitam o mar acima de Toledo. Chove nos confins da Argélia. Chove nas montanhas da Arábia Ocidental. O anti-deserto, para Braudel, não é portanto o Mediterrâneo, mas o Atlântico. Daí que sua pesquisa não pode encerrar-se nos limites do mar. É preciso ver o oceano aberto além das colunas de Hércules, bordejar Portugal, ir às ilhas (Madeira, Açores, Canárias). Subir ao mar do norte. Chegar à Holanda, à Alemanha. Braudel, leitor de Max Sorre, adotou uma concepção sintética do clima, "enfatizando a importância da dinâmica da atmosfera e das massas de ar como principais dados para caracterizar os climas" (Conti: 2001, 93). Clima: sucessão habitual dos tipos de tempo, na definição clássica de Sorre. Sorre foi importante para a geração de Braudel porque captou a essência do caráter dinâmico e genético do clima sem fazer um estudo propriamente empírico. Ele partiu da concepção de tempo de Ward (1814), acrescentou as noções de ritmo e sucessão e foi alem dos meros valores médios de temperatura (Lima Neto: 2001, 99).

A idéia de um deserto e um anti-deserto é plena de significações. O Saara, embora uma extensão do mar, é também uma barreira não transposta. Ele encerra a economia mundo mediterrânica. Além dele uma África desconhecida. Só lentamente descoberta com a navegação em oceano aberto. Somente no início do século XX (corrida

neocolonial a qual muito ainda é imperioso estudar) os europeus conhecerão com mais precisão o *hinterland* do Continente Negro. Por outro lado, o Atlântico, como o deserto, era uma barreira enquanto a técnica de navegação não permitia a aventura que já se vivia no espírito e na imaginação[3].

Com o solstício de verão, diz-nos Braudel, cessam as chuvas de inverno e o deserto exerce sua influência com o ar cálido que sopra de sul a norte. O mar acalma-se. Lembremos do *scirocco* (siroco): "vento muito seco e quente que sopra do Saara para a Argélia, deixando que as baixas pressões reinem sobre o Mediterrâneo", numa majestosa definição do dicionário Petit Larousse de 1972. *Scirocco* que em pleno século XX incomoda o espírito do personagem de Thomas Mann em *Morte em Veneza*! Entretanto, a verdadeira zona climática mediterrânica é estreita. Duas faixas litorâneas que comprimem um espaço de 200 Km de largura. O clima, porém, é mais que os ventos, a temperatura, a pressão, as chuvas, as estações. É o solo. E os homens. Os ritmos de vida. O cotidiano infinitamente repetido. O clima permite as mesmas culturas e as mesmas civilizações agrícolas. O plantio de arroz no século XVI encontra-se na Lombardia, em Valencia, na Turquia, no Egito. O clima possibilita também uma certa política: os ciclos da guerra e da paz. Lepanto, afinal, dá-se quase no fim da estação quente das guerras (outubro).

O clima, por fim, vincula-se aos movimentos de

3 Embora, entre os vários atlânticos, uma rota fosse já de amplo conhecimento: aquela que costeando o litoral português vai ao mar do norte pelo golfo da Gasconha, pela Mancha... Este Atântico decai quando o Atlântico português (unindo Brasil e África) impõe-se.

população. Aos movimentos repetidos, cansativos. A transumância.

Ora, o Mediterrâneo é um espaço difícil. Dois obstáculos impedem a continuidade vegetativa durante o ano. Entre o equinócio de setembro e o de março: o frio. Quando as temperaturas elevam-se na segunda parte do ano (primavera e verão) é a secura. As chuvas não combinam com o calor como no clima equatorial úmido. Diante deste repertório pobre, o homem precisa escolher culturas que resistam à secura e ao frio simultaneamente ou que tenham um ciclo de vegetativo curto (como a cevada). Ou ainda apelar apenas à pecuária como ocupação constante, de tempo integral. Mas isto ainda exige outra ação: a fuga da montanha em busca de temperaturas mais amenas da planície no inverno (George: 1973, 54). O retorno, a fuga da secura da planície em demanda da montanha, no verão. Veja-se bem: é um fenômeno de repetição, mas também de reação do homem ao meio, de escolha diante de um repertório amplo, porém limitado. O meio propõe, mas o homem dispõe diria o mestre Vidal de La Blache.

Era este o tema geográfico tratado como estrutura fixa por Jules Blache nos anos 1930. Bastava ao geógrafo *ver*. Basicamente os contrastes climáticos entre montanha e planície. E como fazia uma geografia humana, Jules Blache não se furtava às repercussões políticas e religiosas do fenômeno sobre a vida pastoril, como no curioso e singular caso de uma aldeia Bósnia (Dedijer) que praticava o islamismo no inverno (sob o controle turco) e o cristianismo no verão (na montanha). A islamização completa só seria possível com o fim da transumância (Blache: 1933, 23). Ora, Fernand

Braudel aborda os *gêneros de vida* (entendidos como conjunto de técnicas de adaptação do homem ao meio). Gêneros de vida inerentes à montanha e à planície numa perspectiva dupla: de permanência e mudança. Persistência de hábitos, pois os camponeses *abruzzos* incomodavam tanto os habitantes da Campânia e da Apúlia (Braudel: 1998: 24) na Antigüidade, quanto o faziam os montanheses ibéricos de várias regiões no século XVI. As correntes de civilização (e de língua, cultura, religião) não chegam às montanhas[4]. Serpenteiam em seu entorno, evitam subi-las. Assim como os viajantes. De modo que os montanheses são muitas vezes os fora da lei. Ao descerem, dizia Braudel, os camponeses fechavam as janelas. O cotejo imediato da transumância é com o nomadismo. Os povos nômades vivem carregando em seu dorso (e no dos camelos ou cavalos) toda uma cultura: casas, roupas, mulheres, escravos. Um viajante russo na Sibéria (1558) ao se deparar com tártaros nogais pouco antes de chegar a Astrakhan condena-os como povo sem lei e que só conhece o assassinato, a guerra e come carne em vez de trigo (Braudel: 1997: 91). Pois os agricultores das terras planas vivem de seu labor e de sua permanência.

Assim também o uso do camelo e do dromedário porta escolhas culturais atinentes ao meio geográfico. Ora, embora no Turquestão (século X) se tivesse tentado um híbrido de dromedário e camelo, o uso deste esteve vinculado aos

4 A díade montanha – planície foi bem documentada no que tange aos berberes. Em Marrocos Bled el Makhzen (literalmente "a terra do governo") servia para designar a zona dos centros urbanos da planície e que reconhecem um governo central. Da palavra makhzen (do árabe khazana) implicava a idéia de armazenar ou entesourar. Ou seja, a própria idéia primitiva de governo remetia à sua função de controle do excedente econômico. Desta palavra makhzen procedem a francesa magasin, a alemã Magazin e a espanhola almacén (e a portuguesa armazém). As sociedades montanhesas eram designadas como Bled es Siba (literalmente a "terra da insolência"), o que traduzia sua independência diante de governos centralizadores. Cf. Benet, 1976: 239.

desertos frios da Ásia central, enquanto o dromedário acompanhou a expansão árabe no norte da África. O dromedário não suporta o frio das montanhas ou das regiões gélidas. Ao dormir, sua cabeça é colocada sob a tenda. Ele é um animal da quentura e do deserto, embora a diferença entre dromedário e camelo desapareça na linguagem comum (o dromedário é visto como se fosse um duplo camelo, Braudel, 1949).

Os elementos geográficos são tão históricos quanto os acontecimentos políticos (objeto da terceira parte de *O Mediterrâneo*). Por muito tempo a terceira parte foi vista (e pelo próprio autor) como uma concessão à história *événementielle*. Tanto que ele quis retirá-la da segunda edição. E como sói ocorrer em mudanças de paradigmas na cultura científica (ou em revoluções científicas (Kuhn: 1975), os próprios inovadores não percebem de imediato o significado de sua obra. Ainda mais porque:

> "os historiadores têm sempre uma certa dificuldade de filosofar e (...) no lugar de elevar-se às idéias gerais freqüentemente perigosas para a integridade do real, multiplicam os exemplos particulares". (Friedman: 1953, 25).

O próprio Braudel o diria em um colóquio do início dos anos 50. Só em 1958 Fernand Braudel publicaria um artigo teórico sistematizando suas descobertas (Braudel: 1972).

Assim, os acontecimentos só apareciam na medida em que podiam ser desmistificados e que podiam ser ampliados em suas conseqüências. Apareciam concretos, sínteses de muitas determinações inconscientes, que escapam aos agentes da história. Metodologicamente, para retornar à

irresistível linguagem do velho Marx, pode-se afirmar que partindo do empírico, Braudel ergue modelos (especialmente vistos na segunda parte de *O Mediterrâneo*, que trata de economias, civilizações, impérios) e empreende a viagem de retorno à história dos homens como uma história que os mostra mais como sofredores do que fazedores conscientes de sua própria sorte.

A batalha de Lepanto era exemplo típico. As embarcações eram as que os homens conheciam num mar entre terras, de litoral sinuoso, cheio de reentrâncias. Mar calmo, rios com desembocadura violenta, ilhas próximas. Tudo era navegação de cabotagem. Tudo isto era tímido aos olhos dos futuros navegantes experimentados no oceano aberto. Quando os historiadores lêem os documentos de época não deixam de se espantar com a fragilidade das galeras mesmo no Mar Mediterrâneo. Aurélio Scetti, um músico florentino, fora condenado às galeras perpétuas por ter assassinado sua mulher por ciúme. Sob o comando de Jacques d´Aragon, senhor de Piombino, por conta do Grão-Duque de Florença, ele descreveu suas viagens (nove expedições entre 1565 e 1575). A toda parte surge o medo de um vento desfavorável, a busca de um porto seguro e a cautela no navegar. Este Aurélio Scetti esteve também na Batalha de Lepanto (Garnier: 1958: 38).

Cantada em verso pelos venezianos na Piazza San Marco e em tantos outros lugares, a vitória de Dom Juan de Áustria tingiu o golfo de Lepanto de sangue. Aproximadamente 400 navios em luta. O diferencial não foi a artilharia, mas a capacidade de Dom Juan de Áustria de convencer os venezianos a portarem em suas 70 galeras a

infantaria espanhola sem temor de perdê-las para Filipe II (Guillerm: 1989: 37). Batalha de galeras em que se combatia com pontes de abordagem e luta corpo a corpo nos navios superlotados, nas palavras de um autor que escreveu com bem menos talento sobre o Mediterrâneo[5]. Milhares de mortos (25 mil turcos e 8 mil cristãos) não impediam que a cristandade não se contivesse em sua festa (nas palavras de Braudel). Mesmo assim, para quê? Na longa duração, reduzia-se a uma data: sete de outubro de 1571. E nada mais. Ou em termos. Pois desde então o que importava era o equilíbrio entre turcos e espanhóis num Mediterrâneo que desfalecia. Preparava-se a decadência das navegações mediterrânicas. E o fato de valor estrutural, nada percebido, era o lento deslocamento do eixo econômico para o Atlântico. Como mais tarde diria Braudel, é só de uma maneira que se reconhecem os grandes acontecimentos: quando eles têm seqüência (Braudel: 1997: volume I, 86). Quando são fatos de estrutura (Boutier, 2004).

Por outro lado, a primeira parte também não era uma geografia tradicional. Talvez por isso, o autor tivesse procurado (e encontrado) o termo "geohistória". Os fenômenos tratados eram típicos da geografia. Mas a abordagem era histórica *par excellence*. Os espaços geográficos constituíam um meio para a observação dos homens e suas relações (Romano: 1995, 63).

O Desafio Estruturalista

---

5 Havia dois tipos de galeras. O galeão, movido a vela, mais alto e mais largo (28 m de comprimento por 9 de largura); e a galeaça, mais lenta (55 m de comprimento para 4 m de calado). Esta carregava morteiros com balas de 36 libras. Cf. Ludwig: s/d.: 295) Segundo Casanova, uma galeaça tinha o corpo de uma fragata com bancos de galera, pois quando não havia vento empregavam-se cinco centenas de condenados. A galeaça seria suprimida em Veneza por volta de 1745. Cf. Casanova: 1957, volume II, 722.

A questão que surgia depois dessa geohistória braudeliana era de sua eficácia para tempos presentes. Digamos, tempos posteriores à Revolução Industrial. Pois com o avanço da técnica, os homens ficariam menos sujeitos ao meio geográfico. Essa questão era relevante na medida em que a reflexão crítica sobre o espaço (mesmo entre geógrafos) ainda era escassa.

Ora, por muito tempo, a imaginação filosófica praticamente ignorou a concepção de espaço, dedicando mais atenção ao tempo. Nos anos 70, a geografia crítica passou a questionar a produção intelectual do espaço feita no quadro das concepções de Vidal de La Blache. A crítica de seu conceito de região foi feita por Yves Lacoste.

Pouco antes, a própria historiografia aprofundara a crítica do tempo linear, único, "ocidentalizante", ao descobrir múltiplas temporalidades atinentes a novos objetos da história. Nos espaços mediterrânicos, por exemplo, Fernand Braudel descobriu um tempo longo, lentamente ritmado. Esse tempo, às vezes chamado de "geográfico", apoiava-se, contudo, numa geografia de matriz vidaliana.

No seu texto de combate escrito em 1958 sobre a longa duração, Braudel termina com um chamado à Geografia (ou para que as ciências sociais olhassem para o espaço geográfico). Isto porque ele criticava acerbamente a idéia das novas matemáticas sociais de congelar as estruturas sociais para fazer uma análise sincrônica das relações e variáveis estruturais. Assim como condenava uma economia que se aprisionava num presente fugaz, que olhava um homem abstrato. Poderia falar como Max Sorre: "O homo oeconomicus é um fantasma e o objeto de nossa pesquisa é o

homem tout court" (Sorre: 1984, 15). Ora, aquelas ciências buscavam fugir à temporalidade histórica refugiando-se no atual ou na muito longa duração. Neste caso, a microanálise sociológica ou lingüística descobria estes átomos sociais indivisíveis (fonemas, na lingüística, estruturas de parentesco na antropologia). Assim, a lingüística ia além, pois a fonologia estudava os sons da língua (a *langue* de Ferdinand de Saussure) e a fonética os sons da fala (a *parole*), por exemplo. A unidade mínima da primeira teria que ser forçosamente a última unidade dotada de sentido semântico (morfema).

A etnolingüística também desafia uma disciplina desacostumada aos povos sem história, ditos primitivos. E desacostumada (como era a História) ao papel ativo da linguagem no processo cognoscitivo. Cada língua recorta a realidade de forma diferente. Os eskimós não precisaram de vocábulos abstratos complexos, mas certamente desenvolveram inúmeros para a cor branca (para as várias tonalidades do branco que enxergam). Essa é a hipótese de Sapir (Schaff: s/d, 100).

Isso quer dizer que a língua informa como a sociedade vê a realidade, revela a sua mundividência. Para Adam Schaff, a tese de Sapir não é idealista (ação formadora unilateral da língua sobre o mundo real), mas uma interação dialética entre a linguagem e o conhecimento. O mundo não é apreendido pelos homens senão pela linguagem e é em grande medida "construído" na base de hábitos linguísticos. Esse pensamento rejeita a metafísica inerente a uma separação integral entre sujeito e objeto, pois não há um mundo social objetivo que pré-exista à ação do homem. Este é criado e criador da realidade em que vive. Benjamin Lee

Whorf, foi quem recolheu uma miríade de elementos empíricos capazes de concretizar numa realidade semântica observável os princípios abstratos de Sapir.

Estas abordagens estruturalistas só podiam conduzir a elementos tão duráveis quanto eternos (verdades primitivas atinentes ao homem quase biológico). É fato que os estruturalismos não se limitaram às estruturas sincrônicas, mas também atingiram as estruturas diacrônicas. Estas, todavia, podiam ser analisadas num tipo de estruturalismo lingüístico como reajustamento de uma língua (*langue*) a partir das alterações introduzidas pelo uso efetivo da fala (*parole*) (Aranguren: s/d, 90). Em dados momentos ocorreriam reestruturações a partir de variáveis dadas que se "recombinariam". O mesmo na análise sociológica ou econômica. O economista que faz uma regressão diacrônica para abordar problemas que não prescindem do estudo de condições pretéritas não precisa evitar anacronismos, pois seu objeto é a explicação explícita do presente. Portanto, ele projeta no passado os temas da atualidade e faz uma economia histórica ou retrospectiva. O que de maneira nenhuma pode ser considerada uma "história econômica". Para Braudel, as estruturas são históricas, mas a matéria sobre a qual o historiador trabalha se presta menos à análise estrutural. Suas variáveis estão imersas em múltiplas temporalidades. A introdução da diacronia nos modelos sociais não é histórica, pois concebe uma temporalidade linear como mais uma das variáveis de uma dada estrutura. Só que o tempo histórico não é único, é múltiplo e combinado num todo permanentemente mutável.

A reação braudeliana era compreensível. Os anos 50 (e

mais ainda os 60) seriam os anos dourados dos estruturalismos. A disputa estava aberta e a partida havia sido dada pelas várias ciências sociais, mas não pela História. O próprio marxismo, ao qual Braudel e Sartre (dois críticos dos estruturalismos) deram tanta atenção, encontrava-se eivado dessas "máculas" anti-historicistas. Exceto na Itália, onde a tradição historicista de Gramsci e do Partido Comunista eram fortes demais, muitos países da Europa e da América Latina sucumbiram à hegemonia do pensamento de Louis Althusser.

Althusser teve o mérito de destacar que em 1845 surgia nos escritos de Marx uma nova teoria: o materialismo dialético[6]. Este seria gerado pela "cesura epistemológica". O conceito de cesura, referenciado em Bachelard, apontava uma clivagem no percurso intelectual de Marx que a partir daí fundaria uma nova ciência *a la* Galileu, ainda incompleta e que atingiria a maturidade em 1856!

O fulcro do posicionamento althusseriano residia na inadaptação do conceito hegeliano de superação ao momento da "cesura", visto que Marx não é uma "continuidade substancial num processo", ele é a *"ruptura com a ideologia e se estabelece sobre outro terreno (...). Assim, a ciência não pode, por nenhum título, ser considerada a verdade da ideologia"* (Althusser: 1979, 66).

Esta ciência implicaria: 1- A consideração "estruturalista" do modo de produção como articulação de 3 instâncias: a econômica, a jurídico-política e a ideológica, sendo a primeira determinante em última instância (as outras podem tornar-se ou não sobredeterminantes); 2- A evolução ou

6 Concorda com isto mesmo um crítico como Norman Geras (Bottomore: 1988, 10).

processo insere-se no interior da estrutura na forma de diferenciações estruturais (Althusser não resolve a questão da temporalidade das estruturas, como os estruturalistas de um modo geral); 3- A crítica ao empirismo como visão do objeto desprovida de mediações.

Essas análises ignoravam a longa duração e a articulação dos tempos históricos. Braudel reage a essas estruturas teóricas, abstratas, anti-empiristas, e concebe diante desses desafios o espaço como o lócus da longa duração. Mas não um espaço que é apenas sinônimo de meio geográfico tradicional. Um espaço humano que é ponto de articulação do mental, do social, do econômico, do cultural e do aspecto físico. Isto resolve um dilema: a longa duração não é propriedade específica da Geografia, como a conjuntura não é exclusivamente econômica e o tempo breve não pertence só à política. Há eventos na Geografia física: o terremoto de Lisboa (1755), por exemplo. Há eventos na história literária: publicação de Macunaíma (1928). Há conjunturas nesta mesma história: os modernismos literários. Na economia os eventos são muitos: a queda da bolsa em 1929, para falar de um evento ruidoso. Ou uma subida do preço do pão às vésperas da tomada da Bastilha.

Mas se o espaço for entendido para além de sua manifestação fenomênica (paisagem) e for elevado à condição de conceito histórico ele poderá ser visto de fato como o ponto de articulação de todos os elementos que interessam à economia, às ciências sociais, à lingüística (afinal, as línguas têm sua geografia também). Parece que a Geografia empenhou-se em fazer do espaço um conceito. Mas também parece que o tem feito às vezes perdendo esta

imensa oportunidade de conferir-lhe densidade histórica. Negando-lhe o lugar que lhe cabe como força centrípeta da história. De uma geohistória. De uma história ecológica, ambiental ou simplesmente de uma história *tout court*. Quem sabe negando-se a transitar epistemologicamente ao conceito mais preciso de território (Moraes: 2000, 17). Afinal, a noção de território tenta atualmente tornar concreto aquilo que o conceito abstrato de espaço não consegue. Território que exprime dominâncias políticas, culturais, econômicas, mas nunca meramente "naturais" (como o conceito de região, por vezes). Territorialidade não estranha à abordagem marxista e que muito transparece na leitura gramsciana da questão meridional italiana.

O Problema do Determinismo

Todavia, persistiu o problema da determinação das formas espaciais, da sua natureza, da sua função. No marxismo clássico acenava-se com a "determinação em última instância" e "com autonomia relativa" do nível econômico (vide Engels na carta a Joseph Bloch de 21 de setembro de 1890) (Marx e Engels, 1985, V. III, 547). Os conceitos de estrutura e de níveis (metáforas sempre arquitetônicas, como base e superestrutura) denunciavam a possibilidade de superposição e articulação de múltiplas variáveis segundo a determinação em última instância do nível (e do tempo) econômico. Assim, por exemplo, o tempo da produção econômica, em Marx, seria a forma combinatória de múltiplas temporalidades (os tempos de rotação do capital variável, do capital constante etc, do tempo de circulação, até atingir-se, no volume terceiro, o tempo global da reprodução do capital). Note-se que este

tempo global é de fato mundial na perspectiva marxista. Seus esboços mais tarde publicados sob o título de *Grundrisse* mostram que seu projeto visava articular as determinações essenciais de sua análise no mercado mundial. Daí que a conseqüência lógica de seus estudos foi entendida pelos marxistas desde Lênin, passando por Rosa Luxemburg, Grossmann e chegando à teoria do intercâmbio desigual e à da dependência, como o problema do imperialismo e das relações econômicas em escala internacional.

Metodologicamente foi o conceito de formação econômico-social desenvolvido por Lênin, que se prestaria a um primeiro passo para a articulação concreta de diferentes modos de produção, tempos e espaços econômicos. Aqui reside um problema para a História. Isolar, na análise estática ou sincrônica, diversos níveis de espaços ou produção só parece possível congelando a dimensão tempo. Mas a matéria do historiador é a multiplicidade de tempos que se combinam. O real *in flux*. Não é possível empregar o método *ceteris paribus* (tudo o mais constante). É crível analisar a produtividade do trabalho em escala ascendente e a diminuição do valor unitário da mercadoria considerando constante a jornada de trabalho. Mas como fazer a história de tempo curto (da Primavera dos Povos em 1848, por exemplo) derivando todos os acontecimentos de uma estrutura determinada pelo nível econômico? Digamos, uma má colheita em 1847. O próprio Marx não o fez.

Os historiadores preferiram sempre historicizar as próprias estruturas, articulando os diferentes tempos com o conceito de duração. Ele incorpora a dinâmica dos processos sociais, combinando sincronia e diacronia, descrição e narrativa,

gênese e estrutura.

Também no campo da crítica da economia política, os avanços na análise do comércio internacional redundaram na hipótese do intercâmbio desigual, desenvolvido a partir da aplicação dos esquemas de reprodução ampliada do capital (Marx) ao mercado mundial. A articulação de economias e espaços, de periferia e centro foi feita levando em conta as determinantes que geraram estes espaços em função de um tempo global que combina os tempos das periferias. Tempo global que não é único, mas uma combinação, uma coexistência, uma simultaneidade e uma superposição de dominações, hegemonias.

Há tempos acumulados e superpostos. As ações humanas, evidentemente, realizam-se dentro de formas herdadas, inscritas na paisagem. Temporalidades espacializadas. E a paisagem é "apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão" (Santos: 2004, 103). Ou seja: o espaço, na acepção de uma nova Geografia crítica, é o conjunto de formas preenchidas pelas ações humanas. Pelas emoções. Pensamentos. Ilusões coletivas. Agora, nos dias que correm, uma tecno-esfera engloba, como fenômeno contínuo, as vastas regiões do mundo e até impõe uma nova regionalização que ignora aqueles que vivem o novo meio tecno-científico apenas como psico-esfera (Santos: 2002: 17), graças à globalização da comunicação social, mas não dispõem dos mesmos meios técnicos para sua locomoção no espaço. A representação do espaço e o próprio espaço acumulam essas desigualdades do tempo, históricas. Uns podem sonhar o mundo, os planetas. Outros apenas vivem os lugares balizados por fluxos

aparentemente descontrolados, oriundos de fora. Como sempre. Ou quase.

A geohistória articula as várias temporalidades que coexistem e se determinam reciprocamente no espaço. Num espaço que não é uma coisa, mas um conjunto de relações cuja manifestação fenomênica é a territorialidade concreta, o meio geográfico que é também humanizado e produzido. A História não articula esses tempos sem considerar o espaço. A Geografia Humana, conhecimento de síntese (como a História), não observa as desigualdades e combinações dos elementos espaciais sem considerar sua história. Milton Santos resolveu a aporia ao demonstrar que os vetores que se inscrevem nos vários segmentos do espaço com diferentes velocidades e segundo diversas temporalidades, revelam, de fato, uma assincronia, quando vistas em suas múltiplas evoluções, mas em cada momento elas agem sincronicamente, o que garante a continuidade do espaço.

Louis Althusser havia notado esta "falta" de articulação dos tempos no discurso historiográfico:

> "(...) não poderíamos nos contentar com a comprovação, como o fazem amiúde os melhores historiadores de nosso tempo, da existência de tempos e ritmos diferentes, sem relaciona-los ao conceito da sua diferença, vale dizer, à dependência típica que os fundamenta na articulação dos níveis do todo. Portanto, não basta dizer, como o fazem os historiadores modernos, que há periodizações segundo diferentes tempos, que cada tempo possui ritmos, uns lentos, outros longos, também é necessário pensar estas diferenças de ritmo e cadência em seu fundamento, no tipo de articulação, de deslocamento e de torção que coloca entre si estes diferentes tempos" (Althusser e Balibar, 1990: 111).

Ou como disse André Glucksman:

> "Os historiadores especializados (L. Febvre, Labrousse, Braudel etc) constatam a presença de diferentes níveis de história e de diferentes temporalidades ou ritmos de desenvolvimento destas histórias; a teoria marxista deverá relacionar estas variedades (...) com a estrutura do todo" (Glucksman, 1975: 28).

Também a Geografia sofreu crítica semelhante. Alain Lipietz questionou Yves Lacoste. Este último demonstrara que a realidade mostra-se diferente segundo a escala dos mapas (Lacoste: 1976). Esta escala refere-se ao nível de análise. Lacoste liga o problema dessa articulação à prática social (e política). Os estados têm uma visão integrada do espaço "nacional". Os cidadãos vêem os lugares. A escala do mapa de interesse das classes dominantes é menor e representa um território maior. A escala do mapa de interesse das classes subalternas deveria ser maior, para representar cartograficamente um território menor. As massas, diria Milton Santos, se mobilizam nos lugares. Os espaços recortados por setas verticais que fixam pontos (e não traçados ou linhas) são de interesse do capital oligopolista transnacional. Esse espaço diferencial, representado de acordo com os interesses em jogo, une tempos, ritmos, variáveis sociais e políticas diversas. A luta por sua representação é uma disputa real de interesses reais em conflito (Moraes: 1987, 125). E o mapa reproduz os conflitos sociais e sua modalidade mor: a luta de classes, velada ou não.

Lipietz observa que Lacoste nota as várias escalas como "espaços diferenciais de conceptualização" e também se ocupa do ponto de sua articulação, mas:

> "não relaciona a diferença dos espaços à diferença das formas de espacialidades objetivamente determinadas pela natureza das diferentes relações sociais estudadas, deixando assim, por vezes, entender que a escolha da escala depende da escolha subjetiva de um nível de análise" (Lipietz, 1988: 21).

Essas críticas contra as quais Braudel antecipou-se com brilhantismo no seu texto sobre a longa duração, eram estruturalistas. E já se foram os tempos em que era preciso um Sartre para dizer: o estruturalismo é a última barragem que a burguesia pode erguer contra Marx. Um Sartre radicalizado em demasia é verdade. Braudel, já o vimos, preferiu falar em duração e multiplicar os exemplos que escapam às estruturas rígidas e só podem ser entendidos como estruturas históricas. Como a transumância normal e a invertida aqui já comentada: há inúmeras situações intermediárias, há uma repetição, sem dúvida. E contextos ideológicos, religiosos e econômicos que demarcam conjunturas e mudanças. Assim, ela não é, na Espanha do século XVI, a mesma estrutura no século XIX, quando a Revolução Liberal aboliu a *Mesta* e promoveu o avanço da atividade agrícola sobre as terras de pastagens. Ora, o que é isto, numa abordagem marxista ou em qualquer abordagem científica senão a própria História?

Observar um fenômeno no espaço e no tempo não depende da mera escolha do analista, mas da natureza objetiva do fenômeno que não pode ser reduzida a uma escala gerada apenas e diretamente pela vontade ou pelos interesses de um grupo social, mas que também não é um epifenômeno de uma estrutura oculta e perene. Braudel não eleva sua observação geográfica ao plano de uma

economia mundo ou à economia mundial apenas por uma escolha subjetiva. Se observasse o Império Romano na Antigüidade, teria que lidar com uma estrutura sobre-determinada pela política. Ao analisar a economia mundo mediterrânea ele teve que lidar com um sistema social mais vasto do que qualquer império anterior e sobre-determinado pela economia. Em ambos os casos as fronteiras precisam ser lidas de forma distinta. E mantidas na realidade distintamente. O peso da burocracia de Estado (tributária, militar, religiosa etc) era maior porque os impérios não tinham tecnologia suficiente para impor a dominação de um centro apenas por meios econômicos (Wallerstein, 1990, volume I: 26). Hoje, redefiniu-se o mapa de espoliação econômica. Sem impérios tipicamente políticos em disputa pelo espaço mundial, a escala usada para cartografar o conjunto de relações econômicas não pode reduzir-se mais a um império ou mesmo a uma única economia mundo. Assim, em *Civilização Material e Capitalismo* Braudel tinha que lidar com o planeta inteiro como área de observação e, a partir de então, seu diálogo com Marx ampliou-se.

O Capitalismo

Em sua obra sobre a *Civilização material e o Capitalismo*, o raciocínio especificamente geográfico amplia-se, desdobra-se em novas configurações: economias superpostas combinam-se num modelo que deve muito a Marx no aspecto metodológico, mas que se afasta em dois planos: o da observação e o da periodização. Braudel entende o capitalismo como o jogo das altas rodas, das grandes e arriscadas jogadas, das bolsas, dos extensos circuitos. O Capitalismo tende a ser mundial. Abaixo dele os

jogos das trocas menores, em distâncias mais tímidas. E bem abaixo: a vida material, modorrenta está nos limites da aldeia. Essas definições são escalares, são geográficas *par excellence*.

Esse modelo histórico apresenta um problema: parece válido só para as sociedades ou economias anteriores à Revolução Industrial, onde o problema da formação do mais valor não se evidencia no próprio ato de produzir. Braudel enfrenta com mais eficácia o problema da circulação. E inscreve em seu título um limite: o século XVIII. Ele evitou esses dois últimos séculos de aceleração histórica notável. Ele não confere centralidade categorial ao modo de produção e reprodução da vida na explicação histórica do que ele denomina capitalismo. Portanto, ele parece mais próximo de Max Weber, de Werner Sombart e daqueles que perderam um pouco a historicidade do capitalismo ao mesmo tempo em que enriqueceram o conceito com novas determinações (a religião, o luxo, a cobiça, a violência, a política etc).

Marx foi além. Fez afirmações baseadas na observação empírica da sociedade inglesa. Ele derivou leis de funcionamento do modo de produção do capital que pareciam à economia política abstrações sem base real. No entanto, ele demonstrou que as objetividades sociais (relações, conexões) (Lukács, 1979: 49), exatamente porque são sociais, são tão concretas quanto as coisas que aparecem. O capital, portanto, é menos uma coisa que circula e se incrementa e mais uma relação social. O mesmo vale para o valor e para o espaço. Assim, na crítica da economia política encontram-se os fundamentos de uma crítica da Geografia (Quaini: 1979, 14). Um espaço concreto

deve ser a interação dos homens e do meio, e embora seja visto como paisagem, ele deve ser apreendido pela ciência como relação social, como concreto pensado, síntese de muitas determinações (Marx: 1987, 21). Todavia sempre histórica. Pois um meio não é fixo, embora resista à mudança. Um lócus de produção privilegiado projeta no tempo suas virtualidades. Digamos a Inglaterra pioneira no século XVIII que estendeu sua hegemonia até 1929 e mantêm-se ainda hoje como país altamente desenvolvido. Neste caso, sua posição no mapa não se alterou substancialmente por longo tempo. Mesmo assim, suas estruturas mudaram. Assim, para Marx (e para Braudel) o espaço é sempre e imediatamente segunda natureza ou natureza humanizada, assim como as objetividades são sempre e imediatamente sociais. O objetivo é sempre um universal subjetivo, como diria Gramsci.

Todavia, Marx enfrentou dificuldades na abordagem do complexo problema da transição de um modo de produção a outro. Tais dificuldades acenderam um copioso debate entre Dobb e Sweezy, envolvendo mais tarde vários historiadores e economistas. O problema também se revelou de forma prática e mais importante na União Soviética dos anos 1920 em torno da Nova Política Econômica de Lênin e Bukharin. Os anos finais do século XX assistiram, por sua vez, à derrocada do comunismo histórico e a hegemonia do pensamento liberal extremado. Mesmo assim, reavivou-se um interesse entre economistas e até investidores (*global players*) tanto em torno da obra de Marx e, em menor medida, da obra de Braudel. A obra de Braudel tornou-se na França um *best seller*.

Ainda que seja cedo para afirmações categóricas, os

agentes de opinião, economistas, sociólogos e geógrafos têm percebido uma mundialização da economia capitalista baseada essencialmente na revolução da informática, em novos materiais e em negócios feitos em tempo real. Evidentemente, escapam a essa nova realidade formas de produção locais desligadas dos grandes circuitos. De fato, a maior parte da circulação de mercadorias continua sendo feita por navios que não têm a mesma velocidade da transmissão de dados, da telefonia ou mesmo do avião a jato. Mas a circulação de valor na forma de capital fictício (Marx) é mais rápida e parece impor-se como determinante na nova configuração capitalista. Ora, se assim é, o modelo de Marx já explicou o que tinha para explicar e precisa ser enriquecido com as observações braudelianas sobre a circulação de capital nas altas esferas do capital fictício, dos derivativos, das bolhas financeiras, das grandes especulações. Onde está o centro dinâmico do capital: em *Wall Street* ou numa fábrica indiana?

No século XIX a dinâmica era simultaneamente determinada na esfera da produção e das finanças e elas estavam sediadas num mesmo lugar. A exportação de capitais já tendia a integrar e subordinar outras regiões a um centro. Atualmente, surgem centros de forte atração de capitais e com alto poder político e financeiro situados em ilhas, em pequenos países parecidos às cidades-estados fortes da etapa do capitalismo comercial (Veneza, Gênova, Amsterdã). As quais sobreviviam entre reinos vastos e impérios (o Habsburgo, o Otomano).

Em sua derradeira obra, Braudel iludiu seus críticos. Como asseverou um Aguirre Rojas, seu problema não era fazer

uma história nacional da França e muito menos retornar a um espaço menor. Braudel não reduziu a escala de seu mapa para ver uma região, uma aldeia. Desde sua monografia sobre a Revolução Francesa em Bar-Le-Duc, o local servia para discutir um processo de grandes dimensões: a própria Revolução. Em *A identidade da França*, Braudel precisa responder por que a Europa desenvolveu-se sempre à frente da França. Problema tão fulcral quanto o de se saber por que a Europa, essa pequena franja no extremo oeste da Eurásia, tornou-se o cerne do desenvolvimento do capital. Braudel vê na França um espaço grande demais. Numa época em que as comunicações são lentas, o espaço técnico é limitado, o Estado (mesmo absoluto) tem escasso controle de seu território, a França não pode receber, assimilar e difundir as inovações, sediar os grandes circuitos financeiros como o fizeram Veneza, Amsterdã, Antuérpia.

Mas, ao mesmo tempo, a França é uma Europa concentrada. A Europa é diversidade. A França é também diversidade. Os tipos antropológicos de família investigados por Emanuel Todd (Todd e Le Bras, 1981), as formas de relevo, as culturas vigentes em mais de uma Europa, nas várias Europas... Estão todas elas na França. Há na França três tipos de família (autoritária de modelo germânico, nuclear de modelo britânico, extensa de modelo italiano). Há três tipos de relevo: maciços antigos, planícies sedimentares e altas cadeias de tipo alpino. Há três tipos de clima: continental no Leste (como na Alemanha); oceânico face ao Atlântico; Mediterrânico no sudeste. Pierre Deffontaines diria: a França resulta de uma batalha de climas e vegetações (Braudel, 1990: 55).

A França, por isso, é uma unidade lenta numa diversidade permanente. Braudel estuda cada vila, cada via de comunicação, as redes locais, as economias locais (integradas num hexágono maior). Em Franças fora da França, numa Europa capitalista. No mundo inteiro. Os elementos de unidade são propostos pelo meio geográfico e são compreendidos por uma Geografia retrospectiva (Id, ibid: 377).

A "Circularidade Causal"

Leandro Konder lembrou certa vez que Marx antecipou alguns avanços da historiografia do século XX, nomeadamente aquela da assim chamada "Escola dos Annales": *"Na medida em que articulava, em sua concepção da história, os acontecimentos políticos significativos com os movimentos da economia e da sociedade, Marx certamente ultrapassava os limites da análise conjuntural e abria caminho para uma genuína história social, isto é, para um exame aprofundado da transformação estrutural das sociedades"* (Konder: 1992, 49). Konder citava abertamente Fernand Braudel, embora lembrando que Marx negligenciara certos aspectos importantes da História Social, como as mentalidades. Por outro lado, havia em Braudel a tentativa de captar o que os marxistas chamam de as últimas determinações. Tratava-se de diferentes formas de se acercar do objeto: Marx pelas relações de produção e Braudel pela relação espaço-tempo, pela duração (Arruda: 1984, 63). Ou seja: em Braudel nunca há uma determinação única e válida para todas as épocas e regiões. Há sempre uma "circularidade causal" na determinação dos fenômenos.

Numa nova etapa da produção capitalista, Braudel tem

muito a nos dizer. Assim como o velho Marx que, como se sabe, nunca foi marxista. Ou ao menos deixou como legado um pensamento dinâmico que nos coloca uma regra permanente: não é possível ser marxista dialogando apenas com o marxismo.

Referências Bibliográficas

AGUIRRE ROJAS, C. *Braudel y las ciencias humanas.* Barcelona: Montesinos, 1996.
ALTHUSSER, L. e BALIBAR, E. *Para leer el Capital.* México: Siglo XXI, 22 ed., tradução de Marta Harnecker, 1990.
ALTHUSSER, Louis. *A Favor de Marx.* Rio de Janeiro: Zahar, 2a. edição, 1979.
ARANGUREN, J. L. L. *O marxismo como moral.* Lisboa: Moraes, s/d.
ARRUDA, J. "O mediterrâneo de Braudel", Anais do Museu Paulista, T. XXXIII, S. Paulo, 1984.
BENET, Francisco. "Mercados explosivos: las terras altas berberes". In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad; PEARSON, Harry. *Comercio y Mercado en los imperios antiguos.* Barcelona: Labor, 1976.
BLACHE, Jules. *L´homme et la montagne.* Paris: Gallimard, 1933.
BLOCH, Marc. *L´Ille de France.* Paris, slp, 1913.
BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista.* Trad. bras. Rio De Janeiro : Zahar, 1988.
BOUTIER, Jean. "Fernand Braudel, historiador del acontecimiento". Revista História Crítica, N. 27. Colômbia: Universidad de los Andes, 2004.
BRAUDEL, F. "A longa duração", in: Id. *História e ciências sociais.* Lisboa: Presença, 1972.
BRAUDEL, F. "Geohistória", tradução de Marisa Deaecto e Lincoln Secco, Entre passado e futuro, São Paulo: USP, maio de 2002, pp. 124-135.
BRAUDEL, F. Civilização Material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII. Volume I: "As estruturas do cotidiano". São Paulo: Martins Fontes, 1997.
BRAUDEL, F. *L´Identité de la France.* Paris: Flammarion, 1990.
BRAUDEL, F. *La Mediterrannée et le monde mediterrannéen a l´époque de Philippe II.* Paris: Armand Colin, 1949.
BRAUDEL, F. *Les mémoires de la Méditerranée.* Paris: Editions de Fallois, 1998.
BURKE, P. *A escola dos annalles. 1929-1989.* São Paulo: Unesp, 1997.
CASANOVA. *Memórias de Casanova de Seingalt escritas por ele mesmo.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
CÉLÉRIER, Pierre. *Os portos marítimos.* São Paulo: Difel, 1962.
CLAVAL, Paul. *Evolución de la geografía humana.* Barcelona: Oikus-Tau, 1974.

CONTI, J. B. "Geografia e climatologia". Revista GEOUSP, N. 9. USP – FFLCH – DG, 2001.
DAIX, Pierre. Fernand Braudel. Uma biografia. Rio de Janeiro: Record, 1999.
Enciclopédia Einaudi (S/d), V. 8. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, s/d.
FEBVRE, L. *La terre et l´évolution humaine. Introduction géographique a l´histoire.* Paris: La Reinaissance du Livre, 1922.
FEBVRE, L. *Philippe II et la Franche-Comté: étude d'histoire politique, religieuse et sociale.* Paris: Flammarion, 1970.
FORACHI, M. M. e MARTINS, J. S. *Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia.* São Paulo: Livros técnicos e científicos, 1977.
FRIEDMANN, Georges. *Villes et campagnes. Civilisation urbaine et civilization rurale en France.* Paris: Armand Colin, 1953.
GARNIER, M. L´abbé. "Galères et galéasses a la fin du moyen age", in: *Le navire et l´économie maritime du moyen-age au XVIII siècle principlament em Méditerranée.* Paris: S.V.P.E.N, 1958.
GEORGE, Pierre. *O meio ambiente.* São Paulo: Difel, 1973.
GLUCKSMAN, A. *Estruturalismo em Marx e Althusser.* Porto: Edições Rés, 1975.
GUILLERM, Alain. "A galera, rainha do Mediterrâneo de Salamina a Lepanto", in Vários Autores. *Uma lição de história de Fernand Braudel.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
HUIZINGA, J. *Men and Ideas.* New York: Meridian books, 1959.
KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
KUHN, Thomas. *A Estrutura das revoluções científicas.* São Paulo: Perspectiva, 1975.
LACOSTE, Y. *La géographie, ça sert d´abord a faire la guerre.* Paris: Maspero, 1976.
LADURIE, E. Le Roy. *Histoire du Climat depuis l´an mil.* Paris: Flammarion, 1967.
LIMA NETO, João Santana. História da climatologia no Brasil. Cadernos Geográficos, Florianópolis, N. 7, maio de 2004.
LIPIETZ, A. O capital e seu espaço. São Paulo: Nobel, 1988.
LIRA, Larissa Alves de. Geografia braudeliana: a concepção de espaço de Fernand Braudel na primeira parte de O Mediterrâneo. São Paulo: Projeto de Iniciação Científica, USP – Fapesp, 2005.
LUDWIG, E. *O Mediterrâneo: destino de um oceano.* Rio de Janeiro: José Olympio, s/d.
LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social.* São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
MARX, K. e ENGELS, F. *Obras escolhidas.* Lisboa: Avante, 1985.
MARX, K. H. *Elementos fundamentales para la crítica de la economia política. Grundrisse*. México: Siglo XXI, 15ª. edição, 1987.
MORAES, A. C. R. *Bases da formação territorial do Brasil.* São Paulo: Hucitec, 2000.
MORAES, A. C. R. *Geografia. Pequena história crítica.* São Paulo: Hucitec, 1987.

MUÑOZ I LLORET, Josep. *Jaume Vicens Vives (1910-1960). Uma biografia intellectual.* Barcelona: Edicions 62, 1997.
PARIS, Erato. *La Genèse intellectuelle de L´Oeuvre de Fernand Braudel: La Méditerranée et le monde mediterranéen à l´époque de Philippe II (1923-1947).* Atenas: Institut de Recherches Néohelléniques, 1999.
QUAINI, M. *Marxismo e Geografia.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
RATZEL, F. *La Corse.* Paris: Ed. Annales de Géographie, 1898.
ROMANO, R. *Braudel y nosotros.* México: Fondo de Cultura Economica, 1995.
SANTOS, M. "A aceleração contemporânea", in Vários Autores. *O novo mapa do mundo. Fim de século e globalização.* São Paulo: Hucitec, 2002.
SANTOS, Milton. *A natureza do espaço.* São Paulo: Edusp, 2004.
SCHAFF, A. *Linguagem e Conhecimento.* Coimbra: Almedina, s/d.
SORRE, Max. *Geografia.* Organizado por J. F. Megale. São Paulo: Ática, 1984.
TODD, Emmanuel. e LE BRAS, Hervé. *L´Invention de la France.* Paris: Pluriel, 1991.
TOYNBEE, Arnold. *A study of history.* London: Oxford University Press, 1962 (1935).
UNGER, R. M. "O estruturalismo e o futuro das ciências culturais"; Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, no. 15-16, s/d.
WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno.* Lisboa: Afrontamento, 1990.

As Contradições das Políticas de "Urbanização de Favelas"[1]

Fabiana Valdoski Ribeiro[2]

Resumo

A produção do espaço urbano capitalista se realiza sob a égide da valorização do solo urbano, ratificando a propriedade privada da terra e os mecanismos de espoliação e expropriação da população que vive nas cidades. Como condição de sobrevivência, a população urbana resiste e transgride a estes mecanismos próprios da segregação sócio-espacial por meio das ações coletivas que põe em relevo as contradições da reprodução capitalista. Uma destas resistências é a conquista das políticas de "urbanização de favelas", que resiste às expulsões dos espoliados das terras que se tornaram, ao longo do processo de urbanização, objeto de valorização. Todavia, ao mesmo tempo em que esta política permite a permanência em áreas valorizadas do espaço urbano, quando esta se oficializa, constitui atividades que, em parte, induzem a subordinações desta população através de mediações institucionalizadas (ONGs e Associação de Moradores). O presente artigo pretende expor reflexões acerca deste tema, problematizando a realização de uma urbanização de favela na sul do município de São Paulo e os sujeitos implicados na produção deste lugar na metrópole.

Palavras-chave: Favelas, Urbanização, Metrópoles, Sem-teto, Bem-estar Social.

Abstract

The capitalist production of space occurs by means of the valorization of the urban built environment, a process which reaffirms private property and the dispossession of urban inhabitants. As a way of surviving, urban inhabitants resist and break the rules that stem from socio-spatial segregation by way of collective actions that highlight the contradictions of capitalist reproduction. One way of resisting is by gaining access to programs of "slum upgrading", which allows community residents to fight against relocation from areas which have increased in value. However, while these programs allow poor communities to stay in areas of higher land prices, they also organize, as soon as they become official, a number of activities that, in a certain way, induce subordination to institutionalized mediations (NGOs and Community centers). This article provides a reflection on this subject, putting into context the upgrading of a slum district in the southern area of São Paulo and the people involved in the production of this place within the metropolis.

Keywords: Slums, Urbanization, Metropolis, Homeless, Social Welfare.

---

[1] Este artigo faz parte da pesquisa realizada para a dissertação de mestrado intitulada "A produção do lugar na periferia de metrópole paulistana", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

[2] Mestre em Geografia Humana pelo Programa de Pós Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Atualmente, é membro do Grupo de Estudos sobre São Paulo - GESP do Laboratório de Geografia Urbana – DG/USP, pesquisa financiada pelo CNPq e coordenada pela Profa Dra Ana Fani Alessandri Carlos. (valdoski@usp.br).

Introdução

O espaço urbano se transforma incessantemente, modificando a morfologia da paisagem da cidade. Esta morfologia remete não apenas as mudanças físicas, mas sobretudo, revela um dos processos do movimento da urbanização contemporânea, a segregação sócio-espacial. A segregação está permeada por conflitos, que revelam contradições do processo capitalista de produção do espaço urbano e que são, em parte, apreendidos pela compreensão dos sujeitos sociais que produzem os lugares na cidade, bem como pela morfologia da paisagem.

A metrópole de São Paulo, com o metamorfoseamento da paisagem, estampa estes conflitos. E ao tê-la como ponto de partida, nos aproximamos dos sujeitos sociais que a produzem e verificamos as resistências aos processos hegemônicos conduzidos na metrópole. Uma destas resistências produzidas pelas ações coletivas dos citadinos foi a "urbanização de favelas", compreendida como a expressão dos embates entre aqueles que tomam o espaço urbano enquanto meio de acumulação de capital e aqueles que resistem à transformação do espaço enquanto mercadoria. Todavia, este processo apenas pode ser apreendido no âmbito do lugar, pois a metrópole, com a dimensão na qual se produziu é apropriada fragmentadamente. Estes lugares contêm as determinações impostas por instituições privadas, pelo Estado e pelos processos metropolitanos. Por isso, aprofundamos a análise sobre o processo de "urbanização de favela" em um lugar singular na metrópole de São Paulo. Esta singularidade é vista pela aproximação com a morfologia da favela em questão, na qual nos mostrou as melhorias infra-estruturais conquistadas. Estas melhorias nos instigaram a compreender como decorreu o processo de "urbanização da

favela" para a conquista deste espaço, primeiro por representar, do ponto de vista morfológico, uma resistência à degradação material da vida, e por outro, por reunir serviços que são escassos na periferia. Estes dois elementos conjugados poderiam revelar uma prática sócio-espacial calcada em resistências à tendência da degradação da vida na medida em que desvelamos os usos de seus moradores.

A favela analisada está localizada na porção sul da metrópole de São Paulo e denomina-se Favela Monte Azul. Nela há a presença de uma Associação Comunitária denominada também Monte Azul, que realiza trabalhos na área de saúde e educação, notadamente, e é composta por alemães e brasileiros ligados a tradição antroposófica. A partir da inserção destes sujeitos na favela, há uma transformação radical na morfologia e a inserção deste lugar nos circuitos das organizações não governamentais. Ela, que historicamente, irá organizar a população da favela e o alicerce para a coordenação dos trabalhos de "urbanização da favela".

Nessa direção, tentamos buscar o processo de participação da Associação Comunitária Monte Azul - ACMA e da população na produção do lugar bem como os usos que atualmente estes sujeitos fazem deste espaço de uso. O artigo tenta por a mostra as relações de dependência com a Associação Comunitária, que a partir desta política de urbanização, ampliou sua territorialização no perímetro da favela com a ampliação dos prédios em que se realizam os trabalhos na favela. Verificamos que a Associação foi aquela que gerenciava a obra juntamente com uma liderança da favela.

A concepção do projeto de "urbanização de favela", na qual se insere a Monte Azul, advêm das exigências dos

movimentos sociais urbanos atrelados à reivindicação do direito à moradia, apontando desde o princípio um conflito entre concepções de projeto dos moradores e da instituição, principalmente no que se refere a participação e decisão do encaminhamento desta política, já que o gerenciamento estava intimamente ligado à Associação.

A hipótese que alicerça esta reflexão é que um projeto calcado nas reivindicações dos movimentos sociais urbanos de moradia, que possui como luta central o direito ao uso da terra urbana se revela neste lugar precarizada. E esta precarização nos aponta uma outra forma de degradação da vida. Ou seja, esta política reforça uma dominação do espaço, na medida em que não o transforma em um espaço de sociabilidade entre os moradores a ser apropriado para as experiências de politização dos mesmos, mas reproduz as relações assistencialistas e de dependência estabelecidas deste o princípio com a Associação Comunitária Monte Azul e a liderança da favela. Ao mesmo tempo, os benefícios infra-estruturais dados a população servem a ampliação e reprodução da ACMA.

A partir desta hipótese tentamos situar as políticas de "urbanização de favelas" e esboçar a intervenção realizada na Favela Monte Azul, colocando algumas idéias sobre a degradação da vida pela ótica dos processos de participação dos sujeitos implicados na produção destes lugares e revelando o espaço enquanto condição, meio e produto da reprodução estes sujeitos[3].

Favelas, Urbanização e Movimentos Sociais

[3] CARLOS, Ana Fani Alessandri, *A (re)produção do espaço urban*o, Edusp, São Paulo, 1994.CARLOS, Ana Fani Alessandri, *Espaço – tempo na metrópole*, Contexto, São Paulo, 2001.

A “urbanização de favelas”, em sua origem, se introduz como estratégia de luta para a sobrevivência da população que se insere precariamente na lógica da cidade capitalista. À medida que avança a racionalidade produtivista sobre o espaço, transformando-o em condição e meio para a reprodução capitalista pela extensão da propriedade privada, há a produção da segregação sócio-espacial. É este processo que “empurra” a população de baixa renda para os locais em que não vigoram, no momento, as determinações da troca, como no caso os terrenos públicos em que se encontram grande parte das favelas, inclusive a Monte Azul. Ou então, há aquelas que se localizam em terrenos, que submetidos as leis do valor, são vendidos em um circuito informal, concretizando-se na precariedade do título de propriedade – um dos fatores de barateamento do preço do solo. O resultado pode ser visto na paisagem da metrópole, onde aparece os grandes aglomerados de casas auto-construídas e as concentrações de favelas.

Entretanto, tais áreas, que no momento ainda não representam atratividades para o circuito produtivo (do ponto de vista formal) na totalidade da metrópole, aparecem como potenciais para o processo de valorização e integração ao espaço produtivo no circuito formal. A periferia, de tal forma, é compreendida como espaço que apresenta potência de valorização (ou sobre valorização) ao mercado imobiliário.

Quando ela deixa de ser potência e começa a ser cobiçada por inúmeros mecanismos de valorização, os processos de expulsão da população se reatualizam. É neste momento que a “urbanização de favelas” se torna uma resistência à segregação sócio-espacial, pois seria uma forma de questionar as políticas de remoção de favelas atreladas ao circuito do mercado imobiliário e lutar pelo acesso á terra

urbana. Ela aparece enquanto resistência a tendência da sobreposição do valor-de-troca sobre o valor-de-uso.

As políticas de remoção de favelas ficaram mais explícitas na produção do espaço carioca (Rio de Janeiro), mas em São Paulo tal política também era uma norma. Quando os espaços de potência de valorização se tornaram objeto de valorização, o procedimento de expulsão dos moradores se fazia mediante indenização[4], dispersando a população da favela pela cidade, e se transformando inclusive em outras favelas[5], ampliando ainda mais o tecido da habitação precária na metrópole e reproduzindo as relações sociais de produção.

Mas as estratégias e ações dos movimentos sociais aparecem em um movimento de contestação das perdas da possibilidade do uso e acesso a terra urbana bem como reivindicação da apropriação do espaço urbano. Na perspectiva da reprodução da vida, denunciam as degradações da vida urbana, os elementos da "nova pobreza", a impossibilidade do uso, o modo como vigora a propriedade privada da terra e as ações segregacionistas do Estado na efetivação das "urbanizações das favelas", revelando os conflitos no/do espaço urbano. Porém, muitas estratégias objetivavam somente as intervenções pontuais das políticas de urbanização, fragilizando o projeto dos movimentos e suas potencialidades de questionamento dos interditos dados pela racionalidade da reprodução do capital, como o que percebemos na Favela Monte Azul.

---

[4] O exemplo recente de processo de expulsão da população favelada foi a da Favela das Águas Espraiadas. Sua expulsão abriu espaço para a continuação da produção da Av. Berrini como eixo do setor terciário moderno, dando lugar aos prédios de maior tecnologia no espaço paulistano, integrando-se a rede mundial de cidades. Os autores que fazem referência a este processo são FIX, M. e DE ALFREDO, A.

[5] Denaldi, Rosana, "Políticas de urbanização de favelas: Evolução e Impasses" doutorado FAU-USP, São Paulo, 2003.

Em São Paulo, há um grande destaque destas políticas públicas no período do governo Luiza Erundina (1989/1992). Em relação às urbanizações de favelas percebemos a maior possibilidade de incursões das estratégias e táticas dos movimentos sociais na área habitacional.

Neste período, houve uma ampliação dos recursos que focou a construção de unidades habitacionais e a "urbanização de favelas" por meio de mutirões, culminando no processo de regularização fundiária como ocorreu na Favela Monte Azul. Os recursos eram oriundos do FUNAPS[6] (Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Sub-Normal) e seu caráter de dotação orçamentária era a fundo perdido.

No caso da "urbanização de favelas" em São Paulo, este recurso do FUNAPS foi ampliado nos programas Funaps-Favela e Urbanacom, este último utilizado no processo da Favela Monte Azul. Do ponto de vista da organização estatal, houve também uma reestruturação interna na organização dos técnicos da Prefeitura alargando a estrutura da Secretaria de Habitação e impedindo, "em parte", a entrada de gerenciadoras, que implica no aumento de custos e entrada do projeto na lógica produtivista. Este "em parte" se destaca, pois a Prefeitura ao tentar abrir concursos para suprir as necessidades da nova estruturação foi impedida pelo Legislativo. A solução, então, foi contratar equipes técnicas, mas com uma ressalva – todo o processo seria gerenciado

[6] "Com dotação orçamentária a fundo perdido para atender individualmente às famílias: na aquisição do terreno, compra de material de construção e reconstrução de barracos em situações emergenciais. (...) Subsidiaria também parte do valor de aquisição de casas da Cohab-SP, para famílias que precisavam ser removidas para execução de obras." RODRIGUES, Arlete Moyses, *Na procura do lugar o encontro da identidade: Um estudo do processo de ocupação coletiva de terra para moradia – Osasco,* tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia – USP, São Paulo, 1988..

pelo HAB (Superintendência de Habitação Popular), diferente do que seria instituído nas gestões subseqüentes.

A estrutura se desenhou da seguinte forma: interna a Secretaria de Habitação retorna o HAB, responsável pelas habitações de interesse social, que anteriormente, pertencia à Secretaria de Bem Estar Social. Nesta transferência se regionaliza e descentraliza as decisões e ações passando a escritórios regionalizados no município, facilitando a participação popular e garantindo a agilidade nos processos. Em 1990, organiza-se o GEU – Favelas (Grupo Executivo de "urbanização de favelas") com o intuito de elaborar e executar as políticas de "urbanização de favelas" com participação popular.

Adota-se critérios para selecionar as prioridades, dentre elas se expressa uma central para os movimentos sociais: dar prioridade aqueles núcleos que estejam organizados. Tal medida era necessária, pois na execução de um projeto tinha-se a idéia de construir um espaço de experiências de politização a partir do trabalho em mutirão.

Os mutirões[7] tiveram papel central, principalmente pelo fato de representar a conquista de anos de luta dos movimentos, e em certo sentido, assegurando o acesso a terra urbana na medida em que diminuía os custos. Esta questão é de difícil equacionamento, porque os mutirões englobam a dimensão do sobre-trabalho dos habitantes da cidade, caracterizando-se também como uma forma de exploração,

[7] "Mas para os movimentos organizados não se pode falar de auto-construção e sim de mutirão: um processo de trabalho conjunto, que é considerado uma forma de organização, de discussão de problemas e de avanço para solucionar os problemas de moradia. E também uma forma de contestar as empresas de construção civil que fazem encarecer a produção da habitação." RODRIGUES, Arlete Moyses, *Na procura do lugar o encontro da identidade: Um estudo do processo de ocupação coletiva de terra para moradia – Osasco,* tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia – USP, São Paulo, 1988..

isto é, a conquista ao direito à terra urbana só é possível mediante os ônus de exploração sobre o trabalhador.

Mesmo com tais problemas estas experiências poderiam ser apreendidas como oportunidades de organização popular, ou a forma possível de resistência produzida diante o império da propriedade privada. Todavia, seus limites são apontados a partir da constatação que os moradores das favelas, no governo subseqüente, tiveram suas ações desmanteladas.

Porém, cabe ressaltar as conquistas desta fase:

> "No final de 1992, haviam sido entregues cerca de 7.200 unidades por mutirão e 3.900 unidades por empreiteira. No término do governo, cerca de 6.500 unidades se encontravam em andamento, 5.184 por mutirão e 1.293 de provisão em favelas." Nos projetos relacionados à "urbanização de favelas" "O programa atuou em 91 favelas com obras e intervenção integrada, sendo que 22 foram concluídas até o final da gestão (17 obras de infra-estrutura), envolvendo cerca de 6.100 famílias."[8]

Na gestão Maluf e Pitta, governos subseqüentes, a política de "urbanização de favelas" se transforma por completo, articulando-se aos interesses de grandes empreiteiras e consultorias de engenharia, que agora se inseririam como sujeitos principais de elaboração dos fundamentos desta política pública.

As verbas dos mutirões são paralisadas segundo alegação de irregularidades em contas, que anos mais tarde, se verificou não existir. O Funaps é substituído pelo Fundo Municipal de Habitação e o gerenciamento dos projetos é passado de HAB para a COHAB-SP retirando seu caráter descentralizado.

---

[8] MARQUES, Eduardo e Torres, Haroldo (org.), *São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais,* Editora Senac, São Paulo, 2005

Em relação ao Fundo Municipal de Habitação (instituído no ano de 1993 pelo então prefeito Paulo Maluf), que era uma reivindicação dos movimentos para a conquista de recursos para a habitação popular, é aprovado com limitações que inviabilizam o projeto quisto por eles. Este fundo, que comporta também um conselho, objetivava, em tese, realizar a avaliação das prioridades de investimentos dos recursos em habitação popular (forma de participação na gestão da cidade), mas se materializou na negação do poder de intervenção sobre as políticas habitacionais. Isto é, a configuração dada a ele é de não vinculação orçamentária restringindo os recursos às sobras do orçamento, que significou uma redução nos investimentos na área. Em termos de continuidade da política habitacional, estes recursos somente se dirigiriam as obras de infra-estrutura e não na intervenção sobre a habitação. O Fundo Municipal de Habitação, que financiaria as "urbanizações de favelas" e a política habitacional de caráter popular no município, se estrutura inviabilizando seu objetivo principal,ou seja, a reorientação de recursos para as populações mais carentes.

A avaliação de Marques e Saraiva (2005) aponta que em 1996 o fundo recebe um novo golpe semelhante ao do BNH (Banco Nacional de Habitação), pois há uma ampliação da faixa de renda da população que seria atendida por estes parcos recursos, isto é, de cinco salários mínimos se alarga para dez, representando a perpetuação do direcionamento dos recursos à classe média

No presente, a "urbanização de favelas" carrega em si a contradição uso-troca. Se por um lado ela continua enquanto "bandeira" dos movimentos sociais urbanos, conjuntamente com a regularização fundiária, a sua institucionalização na década de 90 permite introduzi-la aos

mecanismos da urbanização como setor produtivo, regida por normas de cunho internacional. A concepção das políticas de "urbanização de favelas" se torna "globalizada" sob a lógica do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O governo Marta Suplicy ao mesmo tempo que financia as "urbanizações de favelas" do período Luiza Erundina inicia novos projetos com a lógica destes agentes internacionais, evidenciando a justaposição de concepções de políticas públicas contraditórias. Ao pontuarmos o perfil das novas políticas de "urbanização de favelas" no presente localizamos o processo, ainda em curso, da Favela Monte Azul enquanto uma resistência aos novos ditames postos pelo Estado na totalidade da metrópole.

Cabe mencionar a característica das novas políticas de urbanização para contrapor ao que esta sendo executada na favela Monte Azul, para situarmos a sua condição de contraditória resistência ao processo geral.

Este governo já estava profundamente inserido na trama dos procedimentos exigidos nas políticas públicas. Ao verificar a configuração dos contratos e convênios das "urbanizações de favelas" deste período – das poucas que se iniciaram no período - o que demonstra é uma série de clausulas de âmbito internacional, já que parte dos financiamentos provinham do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Dentre elas há duas em especial que nos apresentam, em síntese, a "urbanização de favelas" tornada negócio pelos órgãos financiadores: a primeira corresponde a contratação de empreiteiras de renome para a realização das obras. Isto significa, em sentido amplo, a recusa de um dos alicerces da organização dos movimentos de habitação, que é o processo de mutirão. Em

segundo, há a exigência de contratação de gerenciadoras do projeto e da obra chamadas de Consultorias de Engenharia. Ao contrário do que os movimentos propunham, elas produzem o projeto com o mínimo de participação popular, que pode acarretar, na prática, num maior número de barracos a ser removidos, por exemplo.

Segundo estudo de Flávia Silva (2006)[9] sobre a "urbanização de favelas" articulada à Operação Urbana na zona oeste de São Paulo, esta política fragmenta-se entre o projeto e a obra, cisão que era evitada pelos movimentos sociais por meio das formas de participação dos moradores da favela, mesmo que se realizassem precariamente.

Esta cisão aparece como necessária a realização desta política pública como negócio, pois na obtenção da otimização dos rendimentos investidos, o tempo da participação da população ou a margem de negociação entre os empreendedores e os moradores deve ser o mínimo. Este mínimo tempo faz parte também das exigências postas pelo Banco Mundial ou Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) traduzidas como *Eficiência*.

No balanço deste governo, não podemos deixar de mencionar que há a execução dos projetos de "urbanização de favelas", que se arrastavam deste o governo Luiza Erundina. Os projetos que se alicerçam em fundamentos mais próximos das exigências dos movimentos sociais. O que importa compreender é que a continuação desta política se realizou lentamente com contínuas paralisações de verbas.

---

[9] SILVA, Flávia Elaine da, *Favela, que negócio é este?Um estudo sobre o projeto de urbanização da favela do Jaguaré no contexto dos negócios urbanos e de sua reprodução crítica,* dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia – USP, São Paulo, 2006.

É na transição da hegemonia do uso, como caráter da "urbanização de favelas" para os movimentos sociais, para a cooptação dela para a realização da troca, nas normas atuais deste política, que destacaremos a experiência da Favela Monte Azul localizada na zona sul de São Paulo, que a partir de 1993 tem seus recursos paralisados, dificultando o trabalho de mutirão.

A Favela Monte Azul e o Processo de "Urbanização da Favela"

É no lugar que apreendemos as potencialidades, mesmo que limitadas pela natureza estatal, de uma política pública ainda referendada nos projetos de possibilidade de uso da cidade pelos seus habitantes.

A política de urbanização da Favela Monte Azul se inicia na concepção da política do governo Luiza Erundina, que como já foi mencionado, possui um caráter que se aproxima das reivindicações dos movimentos sociais. Desse modo, é a partir desta conquista que se transforma radicalmente a morfologia da favela, instituindo novas práticas sócio-espaciais, permitindo usos, que na maioria das vezes são restritos ao restante da metrópole. Mas, tais positividades são incorporadas ao processo perversamente, porque aprofunda a territorialização da ACMA conforme a coordenação que esta faz do processo de urbanização decorrendo a ratificação das relações assistencialistas no lugar.

A Atuação da Associação Comunitária Monte Azul nas Intervenções na Favela

A inserção dos alemães antroposóficos marca o período de intervenção na favela. Eles orientam a vida dos moradores,

seja para organizá-los para participar dos movimentos sociais na época, seja para mobilizá-los nos mutirões. Enquanto mediadores das empresas privadas como do poder público, vão integrando a população ao seu trabalho por meio da doação de madeiras para melhorias dos barracos, ou da doação de cestas básicas ou remédios às famílias mais carentes. Os trabalhos da Associação se ampliavam na medida em que se articulava com os setores privado e público[10].

Um depoimento dado por um dos moradores nos fornece elementos das relações de dependência que se formavam entre moradores e ACMA, conforme as articulações desta última com empresas:

> "A D. Ute tinha ganhado muita madeira da Volkswagen [empresa alemã] e deu para construir o barraco melhor, porque era muito pequeno. Me deu um punhado de madeira e fiz um barraco bem grande sem divisão nem nada. Também a gente não tinha luz, não tinha água, não tinha nada. A luz que tinha era emprestada, pagava um preço absurdo, mas você acendia a lâmpada e não enxergava nada dentro de casa, precisava duma vela para procurar alguma coisa.(...) Depois que a Ute apareceu aqui as coisas ficaram mil maravilhas. (...) A população ajudou, era mutirão quase todo o sábado, depois arrumou cesta básica para gente, e ai o pessoal ajudava mesmo. Era o pessoal fazendo mutirão, era uma festa."

Os moradores, por impulso dos novos sujeitos que entravam no lugar de sua moradia, iniciam suas participações em ações articuladas aos movimentos sociais urbanos, organizados desde a década de 70, reivindicando água e luz,

---

[10] Valéria Carrilho nos diz "O trabalho da Associação se fortaleceu quando a Ute começou a buscar recursos. Batalhou muito em prefeituras atrás de verbas. Ela teve a oportunidade de ir para a Alemanha e proferiu algumas palestras, data daí a captação de recursos internacionais, e depois de algum tempo ela recebe uma verba de doação proveniente da Alemanha."

que chegara nos anos 1980, tendo predominantemente, a supervisão da ACMA, que lançava os alicerces das relações assistencialistas, perpetuadas até hoje.

A história da melhoria infra-estrutural se inicia no período de inserção das relações entre os moradores e a Associação Comunitária. Logo nos anos 80, começando em 1983, temos a execução de pavimentação de vielas e construção de escadarias por meio de mutirão. Em seguida, nos anos de 1985 e 1986, há a implantação da rede elétrica e abastecimento de água, respectivamente pelos programas Pró-Luz e Pró-Água nas vielas principais.

Em depoimentos de moradores que participaram dos mutirões nesta fase, nos relataram que a luta por estas melhorias era incentivada e mesmo, acompanhada por membros da Associação denotando a atuação da ACMA na organização dos moradores.

> "A favela não tinha luz, a gente começou a brigar por luz e água. A gente brigava e a Associação tinha algumas pessoas que trabalhavam na Associação e envolvia com a gente. Depois começou a entrar Seu Paulo, entrar o pessoal para ajudar a fazer isso. A gente andou muito. (...)
>
> A gente ia na Prefeitura, a gente ia na Eletropaulo a gente ia por todo o canto. E é assim, você chamava as pessoas para ir com você e ninguém ia, diziam vou nada, se vier coisa pra você vem pra gente também. A Julieta da Associação [não moradora] ia com a gente por todo o canto, todo canto que a gente ia, ela ia atrás(...) Até que um dia sem ninguém esperar chega um puta de um carrão carregando poste. Todo mundo foi carregar os postes. Passou quinze dias e tudo mundo tinha luz, graças a Deus. A água também foi mesma coisa, correu, correu, correu, até nós conseguir também."

Nesta fase inicial, já existiam dentro da favela os barracões construídos por sistema de mutirão, onde abrigava os serviços de saúde, como também funcionava como um

atendimento as necessidades da população, recebendo as demandas e aprofundando os laços de dependência e assistencialismo.

Dentre as conquistas, também destacamos no ano de 1990, o encaminhamento a Câmara Municipal do pedido de desafetação da área para fins de regularização fundiária (concessão de direito real de uso), que foi em 1993 decretada a título precário, isto é, permissão de uso.

A favela, do ponto de vista da condição da propriedade, se assentou em duas destas áreas pertencentes a loteamentos que no período, década de 60, não haviam sido aprovados, mas foram comercializados. Um loteamento foi aprovado somente no início da década de 80, porém, o segundo, que se encontra ao lado oposto a este, até o momento não está regularizado, e seu processo foi extraviado. São as áreas de uso comum, portanto, que foi ocupada e deu origem à Favela Monte Azul, por isso, a necessidade do processo de desafetação.

Atualmente, ela é considerada uma zona especial de interesse social (ZEIS) e parte de sua extensão se encontra em uma zona considerada de uso industrial (porção norte à área pertencente a Eletropaulo) e ao sul zona de uso misto.

Em relação à "urbanização da favela", esta sofrerá diretamente os impactos das intervenções dos governos seguintes ao da administração Luiza Erundina. Pois o convênio é assinado no último ano de gestão e suas contas em 1993 são bloqueadas para averiguação. Isto significou o prolongamento da obra até o ano de 2006, última previsão de conclusão.

A conquista desta intervenção não se efetivou conforme as demais favelas que fizeram parte desta política realizada no período. O motivo de sua entrada no programa

se deve a um acidente ocorrido devido às chuvas em São Paulo, que desencadeiou um processo de escorregamento redundando na morte de uma criança. Tal fato foi objeto político nas mãos da imprensa provocando a ordem, diretamente do Gabinete da Prefeita, de introduzir esta favela nos programas de urbanização.

O programa no qual a favela foi inserido denominava-se Urbanacom. Este programa se caracterizava pela construção de infra-estrutura por meio de mutirão. Seu convênio era firmado junto a Associação de Moradores, uma Assessoria Técnica inscrita na Prefeitura e a HAB. A gestão e execução da obra ficariam a cargo da associação dos mutirantes.[11]

No caso da Favela Monte Azul, o convênio foi assinado pela Associação Comunitária Monte Azul – que não representa moradores -, Comissão de Moradores – que não tinha status jurídico, a Assessoria Profissional de Apoio ao Movimento Popular e a Prefeitura. Porém, na proporção em que se paralisou as verbas, parte dos moradores deixaram de participar e a comissão de moradores se desmobilizou, ficando a continuidade do projeto a cargo da Associação, que prosseguiu no gerenciamento e prestação de contas da urbanização[12].

No princípio, o primeiro passo foi a elaboração conjunta com os moradores do projeto da favela, que estavam sendo coordenados pela Assessoria Técnica. Contudo, para a realização do projeto a Associação faz o trabalho de articulação da comissão de moradores para auxiliar na

---

[11] D'Alessandro, Maria Lucia Salum, *Avaliação da Política de "urbanização de favelas" em São Paulo no período de 1989/1992,* dissertação de mestrado, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1999.

[12] Em documentos mais recentes não há a assinatura dos representantes da comissão de moradores como posto no contrato firmado no ano de 1992, levando-nos a considerar que o processo de urbanização ficou sob responsabilidade da Associação Comunitária Monte Azul.

organização e convocação dos moradores. Um dos membros da ACMA auxilia na estruturação da comissão de moradores para que pudessem organizar os representantes dos setores e das vielas para o encaminhamento dos trabalhos.

Essa organização se pautava pela articulação entre a ACMA e a liderança da favela. Este último exerce um papel importante internamente à favela até o ano de 2007. Isto nos leva a perceber que somada as relações de poder da ACMA havia também relações desta ordem exercidas por uma figura entre os moradores revelando que as relações assistencialistas também se construíam nos limites das relações entre os moradores. Este exercício de poder se apreende nas decisões obtidas no processo de urbanização: a própria Associação juntamente com a liderança da favela escolhiam os trabalhadores que fariam parte da equipe permanente da urbanização. Estas ações foram reforçando as relações de dependência, pois a população não se inseria no processo com autonomia, mas as decisões eram tomadas muitas vezes, pela Associação articulada à liderança da favela.

O projeto de intervenção elaborado no ano de 1993 se resumia a melhoria nas vielas e na contenção dos taludes a partir da construção de muros de arrimo. E a canalização do córrego se incorporou apenas no período dos anos 2000. Ainda nos anos 90, o plano traçado para a área central da favela era a construção de uma praça, para que continuasse a ser um espaço de uso.

Podemos apreender a centralidade das ações da ACMA na favela, bem como a referência do projeto de urbanização, pois a garantia do espaço de uso possui a referência dos usos que a Associação faz daquele lugar. A ótica do empreendimento referendava as ações dos serviços postos ali (creches e ambulatório), tanto que foi dado grande

destaque a melhoria das vias de circulação. As melhorias também chegaram a população, pois o lugar de morada é também de realização dos serviços da ACMA.

O projeto de "urbanização da favela" refletiu, portanto, a relevância do conjunto de sujeitos que produziram este lugar. O espaço de uso conquistado, como a quadra de esportes e o parque das crianças por exemplo estão atrelados as concepções da liderança da favela e da ACMA, respectivamente.

Cabe ressaltar que o papel da ACMA na continuidade da efetivação desta política se intensificava na proporção que se desmobilizava os moradores devidos às constantes paralisações das verbas da Prefeitura. Na estrutura da ACMA se institui a comissão de urbanização e esta assume, juntamente com a Assessoria Técnica, a responsabilidade pelo andamento das obras. Os trabalhos vão desde a prestação de contas até as idas e vindas em reuniões com a equipe da COHAB-SP.

O único morador da favela que participava ativamente era a liderança, que assumiu o cargo de mestre de obras. Este, por sua vez, contratava alguns outros moradores para fazer parte da equipe da construção.

No processo de urbanização, associado ao movimento interno da ampliação da Associação, há um distanciamento em relação à população, que em um primeiro momento pode permitir uma agilidade no processo em curso e consolidação do projeto da ACMA. Contudo, este distanciamento encaminha a população a exigir o cumprimento por parte da ACMA de suas demandas através de mecanismos assistencialistas o que acarreta a tensão entre estes dois sujeitos. Pois a Associação não possui a estrutura para suprir todas as solicitações.

Atualmente, na estrutura da ACMA há a comissão de urbanização que continua a gerenciar o projeto, pois ainda não foi finalizado. Mas, sua atuação se amplia com o processo de regularização fundiária. Ou seja, ela ratifica seu papel de mediação entre moradores e o poder público. Nos procedimentos de compra e venda realizada na favela após a regularização fundiária a ACMA se torna a mediação entre os contratos de compra e venda, ficando responsável por documentar a transição entre o comprador e vendedor.

Ao verificar a atuação da ACMA nesta política pública pudemos atentar para o fato de que a produção do lugar esteve predominantemente sob a tutela desta instituição. O projeto, o gerenciamento e a execução da obra estiveram sob seus marcos e a participação da população estava referendada no âmbito da execução, mesmo porque o papel da liderança ofuscava uma atuação direta deste sujeito.

Um dos elementos que apontamos como um conteúdo da degradação da vida é a impossibilidade de participação direta e autônoma da população do lugar nas instâncias de decisão, revelando as contradições do processo de "urbanização de favelas", que mesmo referendado na concepção dos movimentos sociais, há as relações permeadas pelas subordinações de um determinado sujeito. As relações de poder sob a direção da ACMA contidas no lugar impediram a elaboração de um projeto calcado nos desejos dos moradores e isto pôde acarretar a fissura necessária para a inserção de novos sujeitos na favela, que questionarão estas relações de poder.

A política de "urbanização de favela" não pode ser vista somente como um projeto que propiciou o alargamento de ações assistencialistas e de subordinação da população moradora da favela. Ela representou conquistas significativas

à população do ponto de vista dos espaços de uso conquistados e, mesmo por garantir o acesso à terra urbana em uma região que tende a se valorizar. Dessa maneira, a "urbanização" aparece enquanto possibilidade de resistência à degradação material da vida no lugar, tornando-a bem diferente das demais favelas da metrópole paulistana.

Um episódio significativo de resistência à terra urbana no momento de introdução desta política se refere as negociações realizadas nas reuniões de elaboração do projeto, no qual se conseguiu a redução da remoção do número de barracos. De 80 barracos a serem removidos (número previsto por um projeto anterior e que não havia participação da comunidade) houve a possibilidade de se reduzir para apenas seis. Isto somente foi possível pela participação dos moradores juntamente com a assessoria técnica e ACMA no tempo de elaboração do projeto. Atualmente, tais famílias aguardam alocação sobre um platô existente após a construção de alguns muros de contenção.

As conquistas infra-estruturais atingiram principalmente os traçados das vielas, isto é, as vias de circulação promovendo o trânsito de seus moradores em toda sua extensão. Portanto, diferente das demais favelas da região, decorrente do processo de urbanização da favela, as vielas são relativamente largas, chegando a até 2,5 metros de largura, permitindo maior circulação de ar nas residências.

Estas vielas dão acesso a porção central da favela e por meio delas chegamos a um grande pátio onde há uma pequena piscina, a quadra poliesportiva com arquibancadas, o palco e o parque das crianças. Além de vermos o acesso que corta a favela norte – sul, pelo caminho produzido após a canalização do córrego, proporcionando maior mobilidade

na extensão da favela e facilidades de acessibilidade ao terminal de ônibus e à estação do metrô.

Somente no governo Marta as obras ganham fôlego e radicalmente muda-se as feições da favela. Há a incorporação do projeto de canalização do córrego que corta a favela ampliando o espaço de uso. A quadra de esporte sai do papel, as crianças ganham uma piscina – devido a mina d'água existente no centro da favela – e um pequeno parque com brinquedos. Neste momento, amplia-se a territorialização da Associação Comunitária com os acessos aos equipamentos implantados (ambulatório, creches, biblioteca, padaria, etc).

Este espaço de uso produzido representa as relações de poder tecidas no âmbito do lugar, devido ao fato de grande parte destes espaços estarem permeados por normas advindas daqueles sujeitos que se territorializaram. Um exemplo a ser mencionado foi a quadra poliesportiva. Ela foi uma exigência da liderança da favela, que se colocava em posição contrária a ACMA, pois esta última queria a construção de uma praça (área verde). Ela é muito usada por seus moradores seja para os jogos dos jovens seja para a realização de festas e atividades artísticas.

A etapa da "urbanização"que se conseguiu fazer, até o corte completo de verbas, foi a construção dos muros de arrimo eliminando os riscos da área e, permitindo a construção da Casa Amarela, que hoje é um espaço onde se encontra a biblioteca e o salão de reuniões dos moradores.

O Aumento dos Preços das Casas na Favela

Não podemos deixar de mencionar que além das conquistas introduzidas pelo processo de urbanização em

relação à infra-estrutura, esta política pública aumentou os preços dos imóveis existentes. Não cabe aqui debater os mecanismos de sua valorização, mas sim pontuar a desigualdade empreendida internamente na favela, que propiciará formas de separação entre os moradores, destacando a incorporação de lógicas existentes nos demais loteamentos existentes na metrópole. Estas separações internas concebemos como um momento da degradação da vida, pois empobrece as relações de vizinhança. O sentido da segregação sócio-espacial está nesta ruptura em um dos planos da vida cotidiana, o âmbito do morar.

A casa é considerada como aquilo que mais nos aproxima do plano do privado. A casa é um dos elementos que revelam duplamente, na morfologia, a exploração do trabalhador, que não possui um salário que lhe permita a mínima condição de moradia, como também, a sua impossibilidade de uso pelas determinações da propriedade privada do solo, vista como a face mais contundente da fragmentação do espaço, já que esta produção se realiza na intencionalidade da sua inserção no processo produtivo. São elas que revelam os sinais da segregação sócio-espacial, que se funda na relação entre o valor-de-uso e valor-de-troca contido na mercadoria espaço.

Carlos afirma que:

> "No conjunto da metrópole, a habitação revela com força a fragmentação do espaço, raiz da segregação que marca a reprodução do espaço em São Paulo; o entrelaçamento entre morfologia espacial e social aponta a desigualdade do processo fonte das contradições vividas"[13]

[13] Carlos, A. F., *Algumas questões sobre a habitação na metrópole de São Paulo*, In: O Espaço Urbano: Novos escritos sobre a cidade, Contexto, São Paulo, 2004.

Por isso, o detalhe da produção das casas na favela revela também a sua reprodução, na medida em que a favela vai se tornando um lugar de referência de moradia, com a valorização de suas unidades, pelas políticas públicas concretizadas, aprofundando a fragmentação.

No primeiro momento, nos deparamos com a feição irregular das casas, característica dos assentamentos que ocuparam as vertentes íngremes do fundo de vale, com casas sobrepostas uma em cima da outra. Com predomínio da tonalidade marrom, cor dos blocos baianos usados na construção dos pisos superiores das casas. Mas, que estão "livres" dos riscos de escorregamento, porque um conjunto de muros de arrimo dá a sustentação necessária as vertentes nas quais as casas/sobrados estão assentadas.

Hoje, raras são aquelas que possuem somente um pavimento, o processo de verticalização está presente em toda a favela, denotando um adensamento de sua ocupação com o crescimento das famílias, que vão "batendo laje" para comportar todos.

No estudo de Merege[14], consta que segundo dados do Censo do IBGE de 1991 havia um total de 1.676 pessoas residindo em 383 domicílios. No convênio assinado em 1992 para a urbanização da favela, considerou-se o número de 423 famílias. Estima-se, atualmente, que a favela conte com uma população de 3.000 pessoas e cerca de 500 famílias (estimativa da ACMA) no ano de 2006..

A dinâmica da valorização de 2002 até hoje é evidente nos depoimentos, apresentando, por um lado, o impulso dado pelas obras de infra-estrutura, e por outro, a procura de

---

[14] MEREGE, Luiz Carlos, *Análise de formações comunitárias em favelas Metodologia, perspectivas e resultados – o modelo da Associação Monte Azul*, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2001

pessoas por algum imóvel à venda na favela, que hoje é considerada bem localizada. Os atributos que a transformou em um lugar bem localizado são as possibilidades dadas pelo entorno. O volume de empregos, pela presença da área residencial de alto padrão (Morumbi), ou as condições favoráveis de acessibilidade e mobilidade às regiões onde se concentram trabalho, bem como as condições de infra-estrutura como hipermercados, e mesmo, os serviços prestados na área de saúde e educação pela ACMA nos mostram os motivos da permanência da população e da procurar de outros para residirem na favela.

O interessante a ser constatado é que a "urbanização da favela" proporcionou um aumento gigantesco do preço das casas/barracos existentes na favela. Mas, este fato não significou a expulsão de moradores, e sim, expandiu o processo de verticalização havendo a construção de mais patamares para que pudessem ser vendidos ou alugados.

Em relação ao valor "em si" das casas, este varia conforme a localização, o número de cômodos, se está próximo a rua com casas particulares, se possui ou não garagem, ou se a construção é estável ou não. Há uma variação de preços de R$ 8 mil até R$ 50 mil.

A inserção desta política pública – urbanização da favela - significou um impacto profundo na vida daqueles que moram na favela. A melhoria na infra-estrutura, com a construção de ruas e espaços de uso representou um aumento do preço das casas.

A saída dos moradores da favela nestes últimos anos se deve aos fatos atrelados ao próprio projeto de urbanização, que desalojou seis famílias. Somando a isso, há aquelas famílias que retornaram as cidades de origem nos estados de Minas Gerais ou Bahia, porque o chefe da família se

aposentou. Entretanto, muitos que vão embora deixam as casas para os filhos e netos que chegam, já que estes estão inseridos, por meio do trabalho ou do estudo, à metrópole.

Contudo, algumas práticas dos moradores revelam alguns dos valores que rompem com os laços de solidariedade com os vizinhos, e ratifica a separação na vida privada dos moradores. Observa-se, após a "urbanização da favela", o "cercamento" de algumas vielas, ou seja, um grupo de moradores "fecham" com portões os corredores que dão acesso as casas. Isto é visto como uma das formas de empobrecimento das relações sociais.

É este nível do privado – da casa - que alcança as práticas sócio-espaciais atravessadas pela lógica de afirmação da propriedade privada, demarcando o domínio sobre o espaço, e estabelecendo, mesmo num ínfimo trecho de sua casa – o quintal – as suas normas de convivência.

A precarização das habitações ainda é visível, mas presenciamos um constante trabalho de ampliação das casas dos moradores, de melhorias dos cômodos e, de certa maneira, um embelezamento da favela.

A casa, talvez, no movimento de empobrecimento da vida e das relações, represente o único espaço que possa ser apropriado conforme os valores daqueles que a habitam. O trabalho empregado na produção da casa representa, simultaneamente, a exploração do trabalhador, pois suas horas de descanso são gastas na produção da casa, mas representa também, seus esforços em ter uma casa para a reprodução da vida. Nesta última condição, a casa não é produzida visando o mercado, e sim a necessidade do morar, a finalidade é o valor-de-uso. A casa se torna mercadoria na medida em que, pelas necessidades do capital, ao mobilizar a mão-de-obra ou o espaço, configura um ato de troca, e

exige o sentido do valor-de-troca para tornar medida de valor intercambiável.

A degradação da vida neste plano do privado reside no fato de torná-lo o único momento de apropriação do espaço, no qual não está, em tese, subordinado ao espaço-tempo dos sujeitos que se territorializam no lugar. Para garantir esta apropriação e não perdê-la, no limite estas ações vão na direção da perda das relações com os vizinhos na medida que se encerram em suas residências.

A Disputa pelo Espaço de Uso: Fragmentação do Espaço?

O conjunto de conquistas apresentado contem o conflito próprio de como o projeto se engendrou. Se nestes últimos itens destacamos as melhorias infra-estruturais não nos esquecemos que nascem também de tensões entre os sujeitos implicados nestas ações. A "urbanização da favela" se realiza para além das melhorias aos moradores, ela é vista como possibilidade de adequar o lugar aos acessos as atividades proporcionadas pela ACMA, e portanto, realiza o projeto antroposófico com a territorialização desta organização não governamental no terreno da favela. Todavia, este espaço se torna também o lugar privilegiado das transgressões daqueles que estão insatisfeitos com a presença da Associação.

Desse modo, a fissura para o embate de sujeitos que desejam se territorializar neste lugar, pois seus conteúdos proporcionaram a produção de uma centralidade na periferia, são dadas, e neste ponto encontramos o cerne da contradição apropriação e dominação do espaço.

Recentemente, este espaço de uso é objeto de conflito entre os vários sujeitos, principalmente entre os jovens e os mais velhos. Para parte dos jovens que usam este espaço não

o concebe enquanto um espaço coletivo, de uso público, portanto, da necessidade de cuidá-lo.

Considerações Finais

Consideramos, portanto, que o processo de urbanização aparece como uma representação de que mesmo com as conquistas aqui destacadas, o processo no qual se efetivou não proporcionou um espaço a ser apropriado para as experiências de politização da população, mas empreendeu um fortalecimento das relações, desde o princípio estabelecidas, de assistencialismo. Estas relações seriam também a base das tensões atuais entre moradores e ACMA, pois os primeiros remetem a solução de suas demandas a Associação e o segundo, por limitações a suprem precariamente.

Referências Bibliográficas

CARLOS, A. F. Algumas questões sobre a habitação na metrópole de São Paulo, In: Vários Autores, *O Espaço Urbano: Novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.

CARLOS, A. F. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Contexto, 1994.

CARLOS, A. F. *Espaço – tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.

D'ALESSANDRO, Maria Lucia Salum, *Avaliação da Política de "urbanização de favelas" em São Paulo no período de 1989/1992.* Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, dissertação de mestrado, 1999.

DENALDI, Rosana. *Políticas de urbanização de favelas: Evolução e Impasses.* Universidade de São Paulo, FAU, tese de doutorado, 2003.

MARQUES, Eduardo e TORRES, Haroldo (org.). *São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais.* São Paulo: Senac, 2005.

MEREGE, Luiz Carlos, *Análise de formações comunitárias em favelas Metodologia, perspectivas e resultados – o modelo da Associação Monte Azul*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

RODRIGUES, Arlete Moyses, *Na procura do lugar o encontro da identidade: Um estudo do processo de ocupação coletiva de terra para moradia – Osasco.* Universidade de São Paulo, DG – FFLCH, tese de doutorado, 1988.

SILVA, Flávia Elaine da. *Favela, que negócio é este? Um estudo sobre o projeto de urbanização da favela do Jaguaré no contexto dos negócios urbanos e de sua reprodução crítica.* Universidade de São Paulo, DG – FFLCH – USP, dissertação de mestrado, 2006.

O Meridional Migrante, as Cidades do Silêncio e o "Mistério de Nápoles"

Carlos Alberto RIzzi[1]

Resumo

Ao se estudar a realidade da cidade de São Paulo no século XIX, depara-se com elementos muito similares àqueles descritos por Gramsci. Por esse motivo, este texto procura resgatar tais elementos a partir da leitura de alguns de seus escritos anteriores e posteriores à sua prisão. A questão meridional e a função cosmopolita dos intelectuais italianos são analisadas para se abordar sucintamente, o caso brasileiro e da cidade de São Paulo. Observa-se a função dos intelectuais orgânicos na concepção da Lei de Terra de 1850, a busca pela separação do uso urbano do uso rural e do papel da Câmara e do Engenheiro no planejamento urbano na São Paulo do século XIX. Pretende-se observar a incapacidade dessas burguesias de resolverem suas tendências históricas em relação a questão urbana e a questão agrária, bases da "questão meridional".

Palavras – chave: São Paulo, Antonio Gramsci, Urbanização, Planejamento Urbano.

Abstract

The study of the context of the city of São Paulo in the nineteenth century shows elements which present much similarity with those described by Gramsci. This text looks to rescue such elements from the reading of some of its previous and posterior writings to Gramsci´s arrest. The southern question and the cosmopolitan role of the Italian intellectuals are analyzed to do an interpretation of the Brazilian case and the city of São Paulo. It is observed the function of the organic intellectuals in the conception of the Land Law of 1850, the search for the separation of the urban use of the agricultural use and the paper of the Chamber and the Engineer in the urban planning. It is intended in this paper to observe the incapacity of these bourgeoisies to decide its historical trends in relation the urban question and the agrarian question, bases of the "southern question".

Keywords: São Paulo, Antonio Gramsci, Urbanization, City Planning

Introdução

Antonio Gramsci, o Meridional Migrante.

Quanto há de geográfico nos textos de Antônio Gramsci? Certamente, essa indagação quer dizer respeito a um temário mais específico no âmbito do conhecimento

[1] Geógrafo – Universidade de São Paulo.

geográfico. Por outro lado também, vasculhar o quanto há de geográfico no pensamento de Antonio Gramsci é também uma interlocução com alguns outros campos do pensamento, pois, Gramsci quando escreveu, o fez, sobretudo, sob certas perspectivas mais amplas, transcendentes dos campos científicos. O objetivo aqui é captar fragmentos desse universo e ver a Geografia neles.

Diversos foram os escritos de Gramsci trazidos até nós como um legado daqueles interessados em repassar seu conhecimento tão valioso para os dias de hoje. Tão intrínsecos a nossa realidade quanto há quase um século atrás. Por isso, o presente texto tem como delimitação dessa extensa obra, momentos da vida do pensador. Como exemplos, primeiro, a coletânea de textos do Gramsci jornalista da década de 10 do século passado, anterior a sua prisão, organizados sob o nome "Convite à Leitura de Gramsci" de Pedro Celso Uchoa e Paolo Piccone, e segundo, o compêndio de textos escritos já no cárcere, presentes no volume 5 de seus Cadernos do Cárcere, intitulado "O *Risorgimento*. Notas sobre a História da Itália.", organizados por Carlos Nelson Coutinho.

O porquê da escolha do Gramsci jornalista? A escolha parece mais simples quando se percebe que Gramsci escreveu seus artigos jornalísticos inserido numa realidade acima de tudo, urbana, na Turim do início do século XX, uma urbe com todas as características das cidades industriais, bases materiais de nossa atual realidade metropolitana. Fora um cronista e pode ter uma visão de conjunto das questões urbanas e sociais presentes em seu período, em sua base material, a cidade industrial (Cavalcanti & Piccone, 1979, p.34-36). A influência da psicosfera metropolitana dessa cidade o influenciou na observação da atuação dos grupos urbanos e na estratificação social ali presentes, base de sua

interpretação do papel dos intelectuais orgânicos na aderência das diversas gradações de ideologia nos nichos urbano-regionais como no exemplo do papel dos técnicos e dos cosmopolitas.

> "Tudo isto junto em Turim deu às suas gerações, estudantes e trabalhadores, e a Gramsci, uma realidade muito rica e conflituosa e uma certa largueza de vias devida à atmosfera política da cidade. O solo onde as idéias de Gramsci floresceram e fertilizaram tinha uma certa singularidade face ao resto da classe operária italiana e ao movimento socialista europeu. Estas são algumas das tradições a que Gramsci irá fazer frente à sua chegada a Turim e é neste ambiente político e cultural que terão lugar as suas lutas. (Cavalcanti & Piccone, 1979, p.36).

O porquê da escolha do volume 5 do Cadernos do Cárcere decorre do fato da formação da Itália ser na realidade, uma agregação de territórios e economias regionais sob a organização de um Estado Nacional centralizado e importante para a geopolítica da época de sua formação (1860-1870). Por outro lado, é na prospecção dessa conjuntura histórica, aonde Gramsci fará uma análise regional balizada na linguagem dos locutores dessa unificação. Encontrará nos mesmos, um forte referencial espacial, seja para a legitimação de um discurso, seja para a refutação de outrem, seja para instalações de sistemas de engenharia. Gramsci irá produzir uma regionalização em blocos regionais das forças motrizes unificadoras da civilização material itálica num território nacional. E mais. Irá resgatar uma das relações clássicas da geografia para a construção de sua teorização carcerária: "É da relação entre cidade e campo que deve começar o exame das forças motrizes... 1) a força urbana setentrional; 2) a força rural meridional; 3) a força rural setentrional-

central; 4-5) a força rural da Sicília e da Sardenha. " (Gramsci, 2002, p. 93).

A Questão Meridional

Quanto há de geográfico nos textos de Antônio Gramsci? Essa indagação deveras provocativa, obviamente, requer uma resposta em muito, superior à extensão das linhas e do conteúdo deste presente texto. O mesmo, tão somente quer apenas introduzir um diálogo possível entre o conhecimento geográfico e o pensamento desse seminal autor chamado Antônio Gramsci. Para tanto, a questão meridional, elemento muito conhecido de sua obra, torna-se o mote mais insinuante para essa interface possível.

Como surgiu a idéia de uma questão meridional em Antônio Gramsci? Certamente, surgira pela empatia espacial. Antônio Gramsci nasce na ilha de Sardenha no dia 22 de janeiro de 1891. Um meridional, portanto, e posteriormente, fora um migrante. Filho de uma família pobre e de sete irmãos, a partir de 1905, tem contato com a imprensa socialista, em especial, com o jornal *Avanti!*. O jornal é enviado através de seu irmão mais velho, Gennaro, prestador de serviço militar em Turim no Piemonte. A partir de 1908 Gennaro retorna à Sardenha, Cagliari. Ali, irá trabalhar como secretário de seção no Partido Socialista Italiano (PSI) e Gramsci passa a viver com ele, contexto indutor para seus primeiros contatos com o movimento socialista. Antonio Gramsci participa dos grupos juvenis tematizados nas questões econômicas e sociais da ilha, fato despertador no mesmo, de *"... um profundo sentimento de rebelião contra os ricos, marcado pelo orgulho regionalista."*(Coutinho, 1999).

A partir de 1911, com dificuldades, mantêm-se nos estudos. Consegue o fomento de uma bolsa para alunos pobres e vai viver em Turim. Em 1912, já na Faculdade de Letras, passa a estudar o dialeto sardo, a literatura italiana e realiza estudos sobre a *"... estrutura social da Sardenha."* (Coutinho, 1999). Seu interesse pelos problemas de sua ilha natal vão ao encontro das raízes da própria questão nacional presente no ainda jovem, Estado Nacional Italiano. Note-se. A partir de 1913, em Ghilarza, participa do "Grupo de ação e propaganda antiprotecionista" e acompanha *" ... as primeiras eleições italianas realizadas com sufrágio universal..."* e meses depois, adere plenamente ao movimento socialista em Turim (Coutinho, 1999).

A partir daí, a questão meridional parece padecer em Gramsci como uma sombra, até sua clausura. O texto de sua autoria denominado "A Questão Meridional", incompleto, será redigido pouco antes de sua prisão (Gramsci, 1979 p. 135, nota de rodapé). Mas o interregno não deslocará sua visão.

Tal fato é importante porque se trata de um ponto culminante de um desenvolvimento teórico acerca de todos os acontecimentos e empatias por ele vividas até então, desde os primeiros contatos com a realidade regional sarda de onde proviera até culminar na vida cosmopolita turinesa. O cárcere fora marcado pela derrota e pelos censores. Mas, nesse momento especial, de 1916 até a prisão em 1926, temos um Gramsci cronista, jornalista e livre, participante em várias revistas e jornais: o *Città Futura*, o *Il Grido del Popolo*, o *Avanti!*, o *L'Orinde Nuovo*. Vivenciou intensamente como jornalista e cronista, a realidade urbana de uma Turim cosmopolita e produzida pelo capitalismo industrial.

As idéias de Antonio Gramsci sobre os conselhos de fábrica, por exemplo, denotam um claro discernimento

espacial das condições urbanas dos grupos sociais de sua época. Precedeu a discussão da questão urbana:

> "... Se o operário adquire uma consciência clara da sua 'necessidade determinada' e se constitui a base de um aparelho representativo, tipo estadual (isto é, que não seja voluntário, contratualista, baseado na aquisição de uma carta de aderente, mas pelo contrário absoluto, estruturado, indissociável de uma realidade que é necessário admitir, se se quer que sejam assegurados o pão, o teto, os fatos, a produção industrial), se o operário, se a classe operária faz isso, faz uma coisa grandiosa, cria uma história nova e abre a era dos Estados operários ..."(Gramsci, 1981, p.102.)

Identificou o papel dos grupos sociais cosmopolitas, analisou suas estratégias, seus discursos e suas ações. Observou a organização do estado no perímetro urbano. Foi daí, com certeza, de onde proveio grande parte dos insumos materiais para, posteriormente, desenvolver suas idéias no cárcere (Gramsci, 1979, p.149).

Antonio Gramsci é assim, internalizado no cotidiano de Turim, uma cidade industrial e metrópole para a época, onde irá consolidar, inescapavelmente, suas convicções acerca de uma questão diferenciadora de regiões e lugares. Convicção jornalística e cronista carregada para dentro do cárcere e observada numa brilhante análise regional das características espaciais da Itália de então. Gramsci, no cárcere irá relacionar a indústria ao papel das cidades e vice-versa, irá analisar o papel da racionalização capitalista presente na demografia, na estrutura econômico-social urbana, na administração pública, as autarquias (esfera entremeada entre os poderes estatais), etc. Ao conjunto dessas observações será relacionado um binômio por Gramsci

denominado "Americanismo e Fordismo" (Gramsci, 2001, p.241.).

É daqui de onde surgirão seus textos mais declaradamente "geográficos", frutos de um desenvolvimento intelectual iniciado desde o seu primeiro estudo sobre a Sardenha. Gramsci acredita que a relação meridional é uma relação onde as cidades são a base material para a função orgânica dos intelectuais (daí o adjetivo cosmopolita) e para a relação campo-cidade (daí as cem Cidades do Silêncio). A cidade em Gramsci é ao mesmo tempo, potência do novo, no caso do americanismo (Gramsci, 2001, p.280-281) e reprodução do velho, no caso dos intelectuais tradicionais. Ao analisar a apologia a *aldeia*, enquanto *"... relação natural e imanente entre o indivíduo e sua terra..."*(Gramsci, 2001, p.252), ou predominância do campo sobre a cidade, Gramsci questiona a aderência dessa perspectiva sobre o espaço geográfico itálico:

> "... como teria podido existir a Itália de hoje, a nação italiana, se não se houvessem formado e desenvolvido as cidades e sem o influxo unificador das cidades? 'Super-regionalismo', no passado, teria significado – como significou – municipalismo, desagregação popular e domínio estrangeiro. E o próprio catolicismo teria se desenvolvido se o Papa, em vez de residir em Roma, residisse no cafundó-de-judas?)"(Gramsci, 2001, p.253).

De todo modo, a questão meridional no texto de Gramsci se manifesta em diversas situações. Como se trata de uma relação permeada nas relações sociais (ela também é uma relação social), Gramsci, por conta do caráter humanista de sua formação, irá identificá-la na organização e na tipologia dos intelectuais cosmopolitas. Um exemplo é sua descrição da atuação dos diversos grupos na Itália do

começo do século XX (Gramsci, 1979, p.148-149). É por isso ser necessário incorrermos numa análise mais detalhada de algumas de suas características, para delas, podermos traçar paralelos com a condição brasileira.

A Função Cosmopolita dos intelectuais: as "Cem cidades do silencio"

Evidentemente, Antonio Gramsci não se ateve apenas à observação estanque e pontual dos grupos e dos lugares por ele conhecidos e vivenciados. Realizou interfaces das questões observadas numa cidade industrial setentrional com as questões regionais meridionais da imigração e do regionalismo. Encarnou a própria questão regional em seu ser e dela derivou formulações brilhantes, modernamente geográficas. Em grande medida, fora beneficiado por esse papel de *meridional migrante* que foi. Esse ângulo de uma visão peculiar foi o cerne de todas as suas formulações anteriores e posteriores ao cárcere. Vejamos alguns exemplos.

Antonio Gramsci, no texto "O Conselho de Fábrica", afirma *"... que o poder industrial deve voltar à fábrica ..."*(Gramsci, 1981, p.102). Segundo o mesmo, esse poder industrial é separado *"... da fábrica e centraliza-se num truste, num monopólio, num banco, ou na burocracia de Estado..."*(Gramsci, 1981, p.101). Irresponsável é o adjetivo empregado por Gramsci para qualificar a função autocrática e arbitrária do poder industrial nas mãos dos grandes sistemas produtivos. Estes, por sua vez, estão e são centralizados nas mãos de um Estado Burguês ou de seus aliciados (Gramsci, 1981, 101). O papel do Conselho de Fábrica, portanto, aflora como a oposição à uma burocracia corporativa e trás em sua

proposta alternativa à administração científica burguesa, o caráter mundial do proletariado:

> "... primeira célula de um processo histórico que deve culminar na Internacional Comunista, não enquanto organização política do proletariado revolucionário mas enquanto organização da economia mundial, reorganização de toda a comunidade humana nacional e mundial ..."(Gramsci, 1981, p.103).

Esses escritos foram redigidos antes da prisão. No cárcere, Gramsci, aparentemente, irá revisitar o papel desse poder industrial e buscará as suas razões de ser. Revisitará o adjetivo irresponsável e examinará suas entranhas. Por outro lado, também observará o que de fato se sucedeu no interior das fábricas, tendo em vista que os Conselhos de Fábrica não culminaram em seu objetivo histórico. No cárcere, enclausurado, reflete sobre quais variáveis foram pouco esmiuçadas. Sobre a questão da organização da produção, traz verdadeiras pérolas. Esse é o caso de sua análise acerca do papel do técnico da fábrica, figura diluída entre o proletariado e o poder industrial monopolizado. Antonio Gramsci via mais além e apresenta-o em inserido nos contextos geográficos e caracterizado em diversas funções. Apresenta-o não apenas como um ser apático e mimético e sim, como um perspicaz intermediador dos interesses econômico-corporativos para com os operários e camponeses.

> "... A indústria introduziu um novo tipo de intelectual: o organizador técnico, o especialista da ciência aplicada ... nos lugares onde a agricultura ainda exerce um papel notável ... o velho tipo ... a função de intermediário entre o camponês e a administração em geral. Na Itália meridional predomina este tipo... democrático na face

> camponesa, reacionário na face voltada para o grande proprietário e para o governo, politiqueiro, corrupto, desleal ..."(Gramsci, 1987, p. 155).

Esse especialista a ciência aplicada encontra lugar comum em Milton Santos. Em seu livro "A Natureza do Espaço" credita ao técnico contemporâneo, similar função. Enquanto Gramsci afirma ser o mesmo, um "intermediador", Milton Santos qualifica-o como um "tradutor":

> "Como o discurso invadiu o cotidiano, ele se torna presente em todos os lugares onde a modernidade se instala. Por isso, áreas de agricultura moderna e respectivas cidades acolhem um grande número de pessoas treinadas para ler sistemas técnicos, verdadeiros tradutores..."(Santos, 2002, p.227)

Assim como Gramsci buscou refletir sobre esse mimético aparente, Milton Santos incorreu no mesmo. Ambos alcançaram interpretações estimulantes sobre o papel dos técnicos na intermediação e na tradução dos sistemas técnicos e industriais. A esse técnico, Antonio Gramsci inclui mais uma acepção. A de intelectual. Elemento molecular e orgânico na consolidação do bloco histórico, Gramsci define-o não como uma classe e sim, como grupos *"... vinculados às diferentes classes: 'Não existe uma classe independente de intelectuais, mas cada grupo social possui sua própria camada de intelectuais, ou tende a formá-la'..."*(Portelli, 1977, p.85).

Entendidos como "categorias especializadas" na *"conexão com todos os grupos sociais mais importantes ..."* (Portelli, 1977, p.85), serão observados em Gramsci, sobretudo, como interlocutores. Estamos agora nos textos carcerários. Sobre a unificação italiana, Antonio Gramsci se debruçará e vasculhará na visão de uma pobreza "endógena" e "natural"

presente no *Risorgimento*, o insumo para o surgimento dos intelectuais especializadas na difusão dessa ideologia geográfica. Serão desse modo, intelectuais orgânicos, outra importante acepção (Gramsci, 2002, p.89; Portelli, 1977, p.84).

Dessa perspectiva se apresenta o debate da relação cidade-campo, uma das relações clássicas em que se debruça grande parte do temário geográfico. Nesta perspectiva, um Norte industrioso e um Sul atrasado seriam as bases materiais para a organização de todo um aparato técnico e profissional. Contidas nessas nomenclaturas estariam as bases materiais e regionais caracterizadas por Antonio Gramsci como blocos, entre os quais os mais importante seriam o "bloco urbano sententrional" encabeçado pelo binômio Turim/Piemonte e o "bloco rural" representado pelas "Cem cidades do Silêncio", caracterizadas pelas cidades dominadas pela burguesia rural meridional (Gramsci, 2002, p.91-92).

O pensador analisa através da história do espaço itálico, as congregações de forças do norte e do sul. Mais especificamente, analisa como o mesmo se sucedera:

> "... embrionariamente, a relação histórica entre o Norte e o Sul como uma relação análoga à de uma grande cidade e um grande campo: como esta não é a relação orgânica e normal entre províncias e capital industrial, mas implica dois amplos territórios de tradição civil e cultural muito diversa, acentuam-se os aspectos e os elementos de um conflito de nacionalidade (Gramsci, 2002, p. 88-89).

Gramsci vai a fundo perscrutar nas especificidades da relação espacial entre o Norte e o Sul, as características intrínsecas e funcionais ao seu funcionamento. Afirma que "Parece duvidoso que se possa fazer uma história da grande indústria, abstraindo os principais fatores (desenvolvimento

demográfico, política financeira e alfandegária, ferrovias, etc.)...” (Gramsci, 2002, p.46). Noutros momentos, revira os discursos dos intelectuais orgânicos (técnicos, tradutores, intermediadores, interlocutores) para deles pinçar as motivações inauditas pelos textos oficiais:

> “Morandi não consegue avaliar o significado do protecionismo no desenvolvimento da grande indústria italiana... censura absurdamente à burguesia ‘o propósito deliberado e funestíssimo de não ter tentado a salutar *aventura* do Sul, onde só a duras penas a produção agrícola pode recompensar os grandes esforços que requer o homem’. Morandi não se pergunta se a miséria do Sul não seria determinada pela legislação protecionista que permitiu o desenvolvimento industrial do Norte nem como poderia existir um mercado interno a ser explorado com tarifas e outros privilégios, se o sistema protecionista fosse estendido a toda península, transformando a economia rural do Sul em economia industrial ...”(Gramsci, 2002, p.46)

Esse trecho do texto de Gramsci sobre o *Risorgimento* italiano, escrito no cárcere e vitimado pelo diagnóstico da derrota contra o fascismo, é um importante insumo para observarmos outra acepção portentosa de Gramsci. O cosmopolita.

Tudo é está em algum lugar. Até as idéias são localizáveis. Nesse sentido, o carácter regional do técnico, intermediador, tradutor ou intelectual orgânico, adquire um referencial espacial quando Gramsci qualifica-o como cosmopolita. E não por menos esse termo é nevrálgico. O caráter regional da difusão ideológica de uma aliança Norte/Sul, Cidade/Campo, Meridional/Setentrional não adviria de outra forma senão pelas cidades. Gramsci cita a secularidade das cidades italianas.

A vida urbana processada no Valle Padano e além do Peninos constitui um cosmopolitismo especial para Gramsci. O corporativismo é o principal dos elementos dos "... vestígios do universalismo medieval" presente nos políticos regionais e posteriormente, presente na própria política unificadora do mundo itálico. Os ismos se abundam: mazzianismo, cripismo, cavourianismo, etc (Gramsci, 2002, p.239).

No interior do pensamento de Gramsci reside uma série de outras formulações e análises inauditas e subjacentes ao tema da Questão Meridional, elementos esses explicitados somente quando sua práxis fora tolhida. No cárcere, Gramsci apresenta com elegância e esmero possíveis, a articulação dos grupos unificadores presentes em sua regionalização. Teoriza suas características e eleva à condição urbana dos mesmos, a chave para suas ações. A unificação/dominação/sujeição começa pelas cidades. Verifica a função e a abrangência dos grupos por ele mesmo denominados, forças motrizes:

> "... a primeira força [a força urbana setentrional] devia formular o problema de organizar em torno de si as forças urbanas das outras áreas nacionais, especialmente do Sul. Este problema era o mais difícil, carregado de contradições e de motivos que desencadeavam ondas de paixão ... As forças sociais são socialmente homogêneas, logo devem se encontrar numa posição de perfeita igualdade. Isto era verdade teoricamente, mas historicamente a questão se apresentava de modo diverso: as forças urbanas do Norte estavam claramente à frente de sua área nacional, mas no caso das forças urbanas do Sul, isto não se verificava ... As forças urbanas do Norte, assim, deviam conseguir daquelas do Sul que sua função diretiva se limitasse a assegurar a direção do Norte sobre o Sul no contexto da relação geral cidade-campo, ou seja, a função diretiva das forças urbanas do Sul só podia ser um momento subordinado da função diretiva mais ampla do Norte ..."(Gramsci, 2002, p.94-95).

A sujeição da força urbana do Sul aos preceitos e direitos da força urbana do Norte será organizada através da função dos intelectuais cosmopolitas italianos. As cidades serão as infraestruturas utilizadas. Para Gramsci é a condição urbana existente no Sul, um dos fatores para a ótima inserção da força urbana do Norte. No texto sobre o Risorgimento, Gramsci analisa o papel das "cem cidades do silêncio" e dele extrai algo peculiar: " ... O problema da capital ...", como ele mesmo denomina ao elencar a " ... Função e posição das maiores cidades: Turim-Trieste-Gênova-Bolonha-Florença-Nápoles-Palermo-Bári-Ancona,etc..." (Gramsci, 2002, p.204). A hierarquização das cidades por ele classificadas, desde a Val Padana ao Mezzogiorno (e o etcera indica sua extensão), representa a coluna vertebral da própria Questão Meridional.

Essa coluna vertebral, expressão espacial da Questão Meridional em Gramsci, apresenta elementos estruturantes. As "cem cidades do silêncio" assim são denominadas por conta da *"... ruralização dos patriciados urbanos, que, em sua decadência, abandonaram as finanças e as manufaturas para investir na terra..."* (Anderson, 1985, p. 169). Gramsci destaca a questão das cem cidades do silêncio sobretudo, como a questão " ... da aglomeração da burguesia rural em burgos (cidades) e o da agloremação, em vilarejos, de grandes massas de assalariados agrícolas e de camponeses sem terra, onde existe o latifúndio extensivo (Púglia, Sicília)..."(Gramsci, 2002, p.205).

Essa lista de cidades também representa a rota da economia industrial impulsionada pela "locomotiva", sistema urbano-regional Turim/Piemonte (Gramsci, 2002, p.94). Enquanto as massas urbanas pobres no Norte eram de fato urbanas e operárias, no Sul, as massas urbanas pobres eram

rurais, ou ruralizadas. Gramsci mata a charada histórica da sujeição do Sul pelo Norte no mecanismo de inspiração feudal denominado *enfieuse*. Trata-se de uma apropriação perpétua do trabalho agrícola por meio do arrendamento. *"... Está ligado, parece-me, ao fenômeno do primitivo assalariamento agrícola..."* (Gramsci, 2002, p.183). É o arrendamento ou foro, presente no campo brasileiro. Nos espaços dominados pela relação *enfiteuse*, é a burguesia rural a força motriz (força rural meridional) extratora dos rendimentos dos pobres rurais urbanizados (Gramsci, 2002, p.183). Todavia, a economia industrial carecia de uma nova camada cosmopolita para gerir suas necessidades e interesses. Surge assim, uma nova figura urbana no Sul, o técnico, produzido pela Sociedade Política Italiana através do fomento às escolas politécnicas alvo de duras críticas de Gramsci (Rizzi, 2006, p.110).

Esses novos intelectuais cosmopolitas eram os economistas, os contadores, os advogados, os gerentes etc. Uma semelhança marcava a todos: empregados das grandes indústrias e do aparelho do estado burguês, adquiriram funcionalidades organizativas do sistema comercial, do sistema bancário e do sistema financeiro. Eram os tradutores ou os técnicos (Rizzi, 2006, p.112-113). Tratava-se de um grupo de profissionais empregados, muito provavelmente, nas principais cidades figuradas naquela lista apresentada por Gramsci.

> "... de fato, uma grande parte da atividade da Direita histórica, de Cavour até 1876, esteve voltada para criar as condições técnicas gerais em que uma grande indústria fosse possível e um grande capitalismo pudesse se difundir e prosperar; só o advento da Esquerda, e especialmente com Crispi, ocorre a 'fabricação dos fabricantes' através do protecionismo e privilégios de todo tipo... A política financeira da Direita, voltada para o equilíbrio,

> torna possível a política 'produtivista' subseqüente ..."(Gramsci, 2002, vol 5.p. 46).

Casas de câmbio e de investimento proliferam num mundo meridional onde a burguesia rural ou *"... comunal não conseguiu superar sua fase corporativa e, portanto, não se pode dizer que criou um Estado, porque antes, a Igreja e o Império é que eram o Estado..."* (Gramsci, 2002, p. 238). Gramsci, atento observador de sua época, resultado de uma carreira no mundo jornalístico enriquecida pelo seu caráter de meridional migrante, denuncia a incapacidade dessa burguesia italiana de um modo geral, em resolver as questões estruturais as quais estava atrelada. Jamais resolvera, por exemplo, a questão agrária. *"... No Risorgimento, ocorreu o último reflexo da ´tendência histórica´ da burguesia italiana a se manter nos limites do ´corporativismo´: não ter resolvido a questão agrária è a prova deste fato".* (Gramsci, 2002, p. 239).

A Função lampeduziana do cosmopolita intelectual brasileiro

Hugues Portelli, em seu trabalho "Gramsci e o Bloco Histórico" irá se aprofundar na relação entre intelectuais e a questão meridional, relação em Gramsci chamada de Bloco Histórico (Portelli, 1977, p.83). Irá identificar nessa relação, algumas características da questão *regional* e *territorial* presentes em seu bojo. Portelli, ao observar a função dos *"... intelectuais tradicionais sobre o desenvolvimento da superestrutura."*, apresenta uma característica peculiar dos "países novos" na América Latina: os intelectuais tradicionais fossilizados, diferentemente de sua ausência nos Estados Unidos, produto de uma formação...

> "... cuja colonização ibérica foi influenciada pela Contra-Reforma e pelo 'militarismo parasitário' em vigor na metrópole: 'As forças cristalizadas que ainda hoje resistem nesses países são o clero e uma casta militar, duas categorias de intelectuais tradicionais fossilizados na forma que lhes deu a mãe-pátria européia' ..."(Portelli, 1977, p.95, nota de rodapé).

Com as devidas ressalvas, a tendência histórica colapsada na burguesia italiana encontra lugar comum na burguesia brasileira. Basicamente, a função lampeduziana do cosmopolita intelectual brasileiro, muito similar ao do intelectuais tradicional italiano, fora prender as almas pobres às suas condições de sujeição e miséria. E o fez otimamente, mas, ao custo de inocorrer a realização de seu papel de agente histórico: o das revoluções burguesas. Não houve a elevação do escravo brasileiro à condição de operário de fábrica e sim, a simples substituição de mão-de-obra barata e o aprisionamento à terra privatizada. As grandes imigrações, de certa forma, substituíram as reformas burguesas. Bastou para tanto, a substituição do uso do solo nacional das sesmarias pelo novo modelo de uso do solo sob a Lei de Terras de 1850. Mas, as reformas jurídicas não significaram reformas econômicas e principalmente culturais e sociais.

Como no caso do meridionalismo italiano, no Brasil, os intelectuais cosmopolitas tornaram-se apêndices inócuos da fase heróica da burguesia européia do século XIX. Versaram somente sobre a simples função de técnicos miméticos, intermediadores e tradutores. Sobre a condição urbana dos novos cosmopolitas meridionais, Gramsci apresenta um trecho que não necessita de muitos comentários:

> ".... Também está relacionado ao problema de qual

> grupo social exerce a direção política e intelectual sobre as grandes massas, direção de primeiro grau e de segundo grau. (Os intelectuais exercem muitas vezes uma direção de segundo grau, uma vez que eles próprios estão sob a influência dos grandes proprietários de terra, e estes, por sua vez, direta e indiretamente, de modo parcial ou de modo total, são dirigidos pela grande burguesia, especialmente financeira)."(Gramsci, 2002, p.205).

O intelectual cosmopolita brasileiro de "primeira ordem"

Este é o ensejo para observarmos a figura do intelectual cosmopolita brasileiro de primeira ordem: o partido, o intelectual orgânico. José de Souza Martins, em seu livro "Exclusão Social e a Nova Desigualdade", escreve um trecho intitulado "Mecanismos Perversos da Exclusão: A questão agrária". Nesse texto, destaca o papel da Lei nº 601, de 1850 - a chamada Lei de Terras - na substituição das sesmarias, antigo do direito de uso do solo nacional. Com essa lei, o Estado Brasileiro não cercou as terras comunais, ou despojou a Igreja de seus bens e imóveis. Tampouco se tornaram as oligarquias, postos de alegoria. A Lei nº 601 de setembro de 1850 teve como objetivo, privatizar o acesso ao solo nacional e, ao mesmo tempo, doar terras nacionais à linhagem dos oligarcas locais e regionais (Martins, 1997, p.62-63).

Brilhante lei. Enquanto na Europa as modernizações burguesas foram adventadas com o sangue das revoluções sociais, econômicas e políticas, no Brasil, a caneta estabeleceu um pacto entre o Brasil Arcaico e o Brasil Moderno:

> "... uma espécie de compromisso político, mediante o qual os industriais e os grandes comerciantes tornaram-se grandes clientes políticos das oligarquias, às quais delegaram suas responsabilidades de mando e direção,

> reproduzindo os mesmos mecanismos políticos que vitimavam todo o povo e impediam um efetivo desenvolvimento da democracia entre nós..."(Martins, 1997, p.70)

Celso Furtado em seu livro "Formação Econômica do Brasil" analisa as fases de gestação da economia cafeeira. Para ele, a gestação do café, na segunda metade do século XIX, apresenta uma novidade: *"... a formação de uma nova classe de empresários que desempenhará papel fundamental no desenvolvimento subseqüente do país..."* (Furtado, 1997, p.114).

José de Souza Martins e Celso Furtado deixam claro qual é e onde se localiza na nova, *ma non troppo*, sociedade brasileira o cosmopolita brasileiro. Ele exerce exatamente, o papel apresentado por Gramsci há pouco: o de intelectual de direção de segundo grau, influenciado pelos grandes proprietários de terra e pela grande burguesia financeira, *"... Em troca recebiam favores fiscais, subsídios e incentivos, favores econômicos variados das próprias oligarquias de base rural..."*(Martins, 1997,p.70).

Para Martins, nunca ocorreu de fato, uma *"... contradição histórica ente a terra e o capital... conflito de interesses entre os grandes proprietários e os industriais."* (Martins, 1997, p.70). Um dos ótimos mecanismos encontrados para a equação da contradição foi o *colonato*, fenômeno somente ostensivo no Brasil com o advento da Lei e Terras de 1850 (Martins, 1997, p.61-67). O colonato se deu numa funcionalidade exata àquela observada na *enfiteuse* italiana: prender os homens à terra e conversar a base da acumulação no campo nas mãos das antigas oligarquias sem arrebatá-las do comando da política.

Assim, da mesma maneira que Florestan Fernandes

afirmara que a revolução burguesa no Brasil ainda se mantém no gerúndio, José de Souza Martins vai ao seu encontro ao afirmar que *"... o fim do mundo patriarcal se deu por meio de uma agonia lenta e, em rigor, ainda não está consumado ..."*(Martins, 1997, p.68).

É um eficiente corpo de intelectuais, intrinsecamente reproduzidos pela realidade local, regional e nacional de um país, o elemento mediador entre as almas presas ao mundo do trabalho e os grandes oligarcas, latifundiários, comerciantes e industriais. Unas, provieram do mesmo contexto geográfico:

> "... era uma elite competente e admirável, com uma razoável consciência social e política e razoavelmente ciente das suas responsabilidades sociais (e, obviamente, de seus privilégios). Essa consciência e essa ciência vinham provavelmente das relações patriarcais, no regime da escravidão, entre a casa grande e a senzala..."(Martins, 1997, p.67).

O intelectual cosmopolita brasileiro de "segunda ordem"

Vejamos o caso da cidade de São Paulo sob os auspícios da Lei de Terras de 1850 e a função dos intelectuais cosmopolitas de "segunda ordem": o intermediador, o tradutor, o técnico. Janice Theodoro da Silva em seu livro "São Paulo 1551-1880, Discurso Ideológico e organização espacial" apresenta um tópico chamado "O urbano contra o rural". Neste trecho, Silva argumenta a luta secular da Câmara de São Paulo para desvencilhar o urbano paulistano das "raízes rurais".

> "... Em 1850 foi apresentado à Comissão Permanente um projeto de postura que

> caracterizava, com detalhe, os *novos padrões de uso e ocupação do solo* (tanto das áreas públicas como das áreas privadas) que deveriam ser incorporadas pela população..." (Silva, 1984, p.131)

Com o advento da Lei de Terras, e mesmo antes, a privatização dos espaços urbanos paulistanos tem um novo impulso. As regularizações fundiárias são dinamizadas. Concomitantemente, é buscada uma separação física dos usos urbanos e rurais no interior da cidade de São Paulo e freguesias. (Rizzi, 2008, p.13-14). A Câmara dos deputados de São Paulo terá papel estratégico. Na realidade, *neutro*. Por exemplo, na ocasião da concessão de datas para a construção de prédios em terrenos desocupados, por volta do ano de 1852 (Silva, 1984, p.134). A questão da especulação imobiliária sobre a concessão de datas é apresentada na impossibilidade da sua resolução pelo fato da Câmara não expressar *"... os interesses dos diversos segmentos sociais. A maneira encontrada para resolver esse impasse foi a doação das terras utilizadas como pasto, que eram de propriedade pública."*(Silva, 1989, p.134). Posteriormente, essa posição foi reforçada com *"...a doação de áreas públicas ou de terras devolutas... [localizadas] frequentemente, fora do perímetro urbano ... garantiram ... para o município .. pagar pela desapropriação de áreas urbanas..."*(Silva, 1989, p.140). Isto porque a escassez (elemento tão importante para o acirramento de uma demanda social latente) de espaço inexistia, e "... já que a terra era abundante.", os limites, a demarcação e colonização foram sempre imprecisos (Silva, 1984, p.140) e jamais uma urgência social chegara a pressionar de fato, os intelectuais orgânicos a tomar outras medidas que não a "neutralidade". Desse modo,

naturalmente, esta fora a reforma urbana empreendida: a concessão de terras e a expansão urbana.

A exemplo disso, a Várzea do Carmo, historicamente sujeita as inundações, foi oferecida a todos aqueles aparte *"... da grande partilha das terras facilmente habitáveis..."*. Para Silva (1989, p.135) é assim inserida, a especulação e a estratificação social no espaço urbano. A "neutralidade" da Câmara torna-se explícita, pois,

> "... A especulação, embora fosse vista como um mal que devia ser combatido, era elemento constitutivo do sistema. Cresceria a cidade. Nenhuma medida foi tomada para impedi-la; ao contrário, as imposições de se construir no terreno com prazo delimitado e segundo critérios estabelecidos pela Câmara apenas selecionavam os futuros proprietários .... Os *imigrantes* também vão receber datas em lugares de difícil construção ..."(Silva, 1984, p.137)

Segundo Silva, a política de ocupação das áreas centrais e a substancial divisão espacial dos espaços citadinos em áreas urbanas e de chácaras, dinâmicas efetivas até o final do século XIX representaram "... *a negação do rural, transformando-se em monumento da nova urbanidade.*" (Silva, 1984, p.138).

A Câmara, sempre "mediadora", desta vez, do Governo Provincial com os burgueses rurais, estabelece a divisão das áreas públicas e das áreas privadas e promove a privatização das terras da cidade e ao redor, como projeto oficial (Silva, 1984, p.139). Lentamente, *" ... a questão da propriedade quase sempre ... vista na ótica do tropeiro..."*, ao longo do século XIX, "... *passa a representar em si mesma a possibilidade do lucro ...*(Silva, 1984, p.145). O ferro, o tijolo, a "... solidez dos alicerces..." e a racionalidade efluem dos discursos e das Atas da Câmara. Novos critérios são pautados

agora na lógica do capital (Silva, 1984, p.159-161).

Nesse ínterim, surge um outro intelectual de segunda ordem: o engenheiro. Em novembro de 1852, o Governo Provincial solicita junto a Câmara, "*... um mapa para ter maior controle sobre as terras que porventura forem doadas, bem como sobre aquelas que deverão permanecer sob o domínio público.*" (Silva, 1984, p.139). Essa também era a preocupação dos vereadores. Para realizar "... *uma política de ocupação do solo que não deixasse grandes vazios na zona central da cidade...*" a figura do engenheiro é intensamente requisitada por representar o *agente da racionalidade.* A *eficiência técnica* atribuída a função do engenheiro (elaboração de plantas urbanas e controle dos processos construtivos) passa a ser diretamente correlacionada a "eficiência orçamentária". (Rizzi, 2008, p. 14).

O engenheiro, nesse período, representa a própria racionalização do espaço urbano e a execução das infra-estruturas. Sua presença no canteiro de obras, na hierarquia construtiva, no discurso racionalista e empiricista e na diagramação do novo padrão de paisagem urbana do começo do século XX será uma alegoria da racionalização do mundo do trabalho, com algumas modificações nas relações trabalhistas e contratuais, mas, estruturalmente, será apenas um intermediador e tradutor de uma aristocracia, primeiro pautada na rentabilidade dos pastos ao redor da cidade de São Paulo e posteriormente pautada na rentabilidade cafeeira.

A Questão Meridional e o "Mistério de Nápoles"

Assim como se acredita para a cidade de São Paulo produzida pelo Café, Gramsci observa o "mistério de Nápoles". Enquanto Goethe destaca a iniciativa laboriosa dos napolitanos, Gramsci observa que:

> "... ela não é produtiva e não se destina a satisfazer as necessidades e as exigências de classes produtivas. Nápoles é a cidade onde a maior parte dos proprietários rurais do Sul (nobres e plebeus) gasta a renda da terra. É em torno de algumas dezenas de milhares de famílias de proprietários, de maior ou menor importância econômica, com suas cortes de servos e lacaios diretos, que se organiza a vida prática de uma significativa parcela da cidade, com suas indústrias artesanais, com suas profissões ambulantes, com a enorme pulverização da oferta imediata de mercadorias e do comércio por atacado. A indústria 'produtiva' (no sentido de que cria e acumula novos bens) é relativamente pequena, embora Nápoles seja incluída nas estatísticas oficiais como a quarta cidade industrial da Itália, depois de Milão, Turim e Gênova.)..."(Gramsci, 2001, p.244).

Gramsci estende sua brilhante análise urbano-regional por todo o Mezzogiorno e regiões onde a cidade é o cerne da produção da relação campo-cidade:

> "... A situação de Nápoles se repete ampliadamente em Palermo e em Roma, bem como em toda uma numerosa série (as famosas 'cem cidades') de cidades não só da Itália Meridional e das Ilhas, mas também da Itália Central e até mesmo Setentrional (Bolonha em boa parte, Parma Ferrara, etc).

A relação campo-cidade, cerne da questão meridional, se apresenta definitivamente em Gramsci quando ele analisa a organização espacial da produção do campo e a centralização no urbano das classes investidoras:

> "... a média e pequena propriedade rural não estão em mãos de camponeses produtivos, mas de burgueses da cidadezinha ou da aldeia, e esta terra é concedida em meação primitiva (ou seja, com o aluguel pago *in natura* e em serviços) ou em enfiteuse; existe assim, um volume enorme (em relação à renda bruta) de pequena e média burguesia de 'pensionistas' e 'rentistas', o que criou, numa certa literatura econômica digna do *Cândido*, a monstruosa figura do chamado 'produtor de poupança', isto é, de um setor de população economicamente passiva, que não apenas extrai do trabalho primitivo de um certo número de camponeses o próprio sustento, mas que ainda consegue poupar: modo de acumulação de capital dos mais monstruosos e malsãos, já que fundado na iníqua exploração usurária de camponeses mantidos no limite da fome e que custa enormemente; e já que, ao pequeno capital poupado, corresponde uma enorme despesa, como é aquela necessária para manter o nível de vida de muitas vezes elevado de uma importante massa de absolutos parasitas..."(Gramsci, 2001, p.245).

Quais semelhanças podemos abstrair do "Mistério de Nápoles" e de seus burgueses rurais para o caso do "Mistério de São Paulo" produzido pelo café? O debate parece ainda estar em aberto (Petrone, 1955, p.142-143; Langenbuch, s/d, p.03; Warren, s/d, p.10; Martins, 1979, p.104).

Gramsci auxilia-nos à reflexão do caso brasileiro ao abordar o americanismo em sua inserção nas regiões herdeiras do arcaísmo europeu. Gramsci afirma que o americanismo é uma força reacionária às velhas formas tradicionais de produzir (Gramsci, 2001, p.280). Não pode ser parâmetro para uma "nova ordem", portanto. Contudo, sua presença na Europa força as velhas camadas a tomar uma posição ante a "... 'prepotência' americana..." (Gramsci, 2001, p.280).

Pelo menos nesses casos, houve certa resistência ao "novo", como na *"... oposição que o americanismo encontra*

em Paris..." e mesmo uma *"... acolhida imediata que teria tido em Berlim..."* (Gramsci, 2001, p.281). Ambas posturas são produtos de um mesmo "europeísmo", representadas respectivamente, pelo arruinamento, "... pela guerra e pela inflação..." das classes médias alemãs e pela manutenção da posição das *"... classes médias francesas [que] não sofreram as crises ocasionais, como a inflação alemã, nem a crise orgânica de 1929..."* (Gramsci, 2001, p.281).

O centro é exatamente aonde se encontra a política brasileira. Se em Paris *"... o americanismo aparece como um cosmético, como uma superficial moda estrangeira."* (Gramsci, 2001, p.281), no Brasil, o empirismo dos técnicos e o oportunismo dos intelectuais de primeira ordem, produziram, talvez, o melhor caso de neutralidade existente:

> "... da política moderna, que baseiam sua sorte na organização do conjunto da camada média, não desejam tomar posição, mas se mantêm 'teoricamente' neutros, resolvendo problemas práticos com o tradicional método do empirismo e do oportunismo (cf. as diversas interpretações do ruralismo, desde a de U. Spirito, que pretende 'urbanizar' o campo, até as que tocam a flauta de Pã)..."(Gramsci, 2001, p.280-281).

Portanto, tendo em vista todo o conjunto de assertivas e acepções caracterizadas pelo brilhante Antonio Gramsci, a principal evidencia que podemos extrair da questão meridional e todas as suas particularidades é a posição da política e de seus intelectuais cosmopolitas. Seus textos representados pelos parágrafos 7, 13 e 43, presentes no volume 5 dos Cadernos do Cárcere "O *Risorgimento*, Notas sobre a História da Itália", se dedicam a abordagem da "Função cosmopolita dos intelectuais italianos". Nos mesmos Gramsci ressalta a posição da *"... burguesia medieval e sua permanência na fase econômico-corporativa do desenvolvimento moderno..."*(Rizzi, 2008, p.15). Em outro

estudo, para a observação da formação da base material da cidade de São Paulo, foi-se identificada a mesma funcionalidade geral ...

> "... das cidades itálicas, do campo e dos intelectuais cosmopolitas: estruturas arraigadas num provincianismo semi-fechado, quase relíquias de tempos medievais, permeados por elementos modernos que formam um conjunto complexo de atraso e produtividade. Atraso na política pela manutenção do poder, produtividade com o técnico."(Rizzi, 2008, p.15).

Considerações Finais

A visão espacial privilegiada de Antonio Gramsci fora um produto do próprio roteiro de vida que traçou. Fora um meridional migrante, e como tal, vivenciou as questões de sua época e de sua geografia, não apenas como um cronista, e sim, como um elemento reiterante e coerente da própria história daquele mundo. Por ter vivido na transposição constante entre a Val Padana e o Mezzogiorno, presenciou intensamente a organização e o papel das forças motrizes imperantes nesses espaços. As questões que levantara derivadas dessa experiência surgiram por demais geográficas. Dessa experiência única, extraiu uma obra perpétua, insumo intrínseco para se observar outras regiões do mundo capitalista, em especial, outros casos de modernização conservadora.

São Paulo, diferentemente da realidade turinesa, necessitou produzir seus operários. Para tanto, teve de desprender parte de seu solo dos entraves rurais e converteu-o em solo urbano moderno. A questão da formação do operário nos moldes clássicos da modernização foi resolvida com a imigração de massas pobres européias contendo elementos da revolução burguesa e industrial em processo na Europa do século XIX. Isto é deveras importante, porque, com

esse artifício geográfico, não houve a transformação lenta de estruturas ancestrais de regimes pré-capitalistas em formações sociais modernas, nem o lento êxodo rural para as cidades. Com o artifício jurídico, o solo foi reorganizado, mas, as relações de poder mantiveram-se arraigadas.

Surge então o moderno no Brasil, numa aliança entre oligarquias, industriais e grandes comerciantes. O conflito não se estabeleceu e não a fase heróica da revolução burguesa ainda espera o momento da ruptura, do paradigma. Na cidade de São Paulo, por sua vez, sob uma base econômico-corporativa provinciana, semi-fechada, sutilmente camuflada sob o discurso e sobre a práxis dos intelectuais cosmopolitas, o solo urbano foi separado do solo rural para haver uma especulação imobiliária ótima aos moldes do capitalismo moderno. Sem, contudo, modificar as bases da política e do poder econômico.

Nesse ínterim, a figura inócua e alegórica dos intelectuais cosmopolitas de primeira ordem (partidos, intelectuais orgânicos) e de segunda ordem (técnicos, engenheiros, tradutores, intermediadores), forma a paisagem pitoresca de um Brasil, meio Arcaico, meio Moderno. A irrealização do seu papel histórico acaba, portanto, por estabelecer as bases da "questão meridional", seja no caso italiano, seja no caso brasileiro.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista.* São Paulo: Brasiliense, 1989, 2ª ed., p.143-172.

CAVALCANTI, Pedro Uchoa & PICCONE, Paolo. *Convite à Leitura de Gramsci.* Rio de Janeiro: Achiamé, 1979, 131p.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo.* Capítulos I (O comércio do café gera a indústria, p.9-22, 2ª edição. São Paulo: Difel, s/d.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* 26ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997, 248p.

FRANCISCO, Gil. *Gramsci, entre a realidade e a utopia 70 anos depois.* Especial para "Gramsci e o Brasil". Disponível em <http://www.cinform.com.br/colunistas>. Data de acesso: 24/06/2008.

GALASSO, Giuseppe. *Poder e Instituições em Itália*. Tradução e notas de Fernando Martins Barata. Lisboa: Livraria Bertrand, 1984. 475p.

GRAMSCI, Antônio. *A Questão Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 p.135-165.

_____. *Os Conselhos de Fábrica*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.97-104.

_____. *Cadernos do Cárcere – Temas de Cultura: Ação Católica, Americanismo e Fordismo – volume 4*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001, p241-281

_____. *Cadernos do Cárcere – Risorgimento e notas sobre a História da* Itália - volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002, 494p.

LANGENBUCH, Juergen. *Assentamento industrial na Grande São Paulo – Análise retrospectiva.* S/d, (mimeo), 35p.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão Social e a Nova Desigualdade.* São Paulo: Editora Paulus, 1997, p.07-140.

_____. *O café e a gênese da industrialização em São Paulo.* In: "O cativeiro da Terra."São Paulo:Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p.97-115. Publicado também em: "Contexto", nº03, jul/1977, p.1-17.

PETRONE, Pasquale. *A cidade de São Paulo no século XX – São Paulo transforma-se em metrópole industrial*. In: "Revista de História", Ano VI, 1955, p.127-170.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. 4ª edição, São Paulo: Paz e Terra, 1977, p83-131).

RIZZI, Carlos Alberto. *A "Miséria" do Mezzogiorno. Corpos Catalíticos, Geoeconomias Regionais e hegemonia piemontesa 1680-1870.* Trabalho de Iniciação Científica apresentado no SIICUP. Universidade de São Paulo, SP, 2006, 198p.

_____. *Empirização do Tempo e Dinamização do Espaço na Metrópole Desconcentrada. O caso da Vila Leopoldina*. Trabalho de Graduação Individual – TGI apresentado ao Departamento de Geografia como exigência para conclusão do bacharelado em Geografia. 2008, 89p.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço.* Coleção Milton Santos 1, São Paulo: Edusp, 2002, 392p.

SILVA, Janice Theodoro da. São Paulo 1554/1880. Discurso ideológico e organização espacial. São Paulo: Editora Moderna, 1984. 248p.

O "modelo insular": Ratzel e suas contribuições às idéias de Fernand Braudel sobre as origens do capitalismo

Larissa Alves de Lira[1]

Resumo

O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II é um livro considerado uma grande rutptura na Geografia História de Fernand Braudel. Reconhecido pelos historiadores, é neste livro que o autor desenvolve uma nova concepção de tempo, uma "dialética da duração" e insere seu conceito que revoluciona a epistemologia da História do século XX: a "longa duração". Vinte anos depois, outra grande ruptura : *Civilização Material, Economia e Capitalismo séculos XV e XVIII*, onde ele revisa as origens do Capitalismo. A influência de Vidal de La Blache no primeiro livro é incontestável, porém é difícil precisar a continuidade das relações entre Braudel e a Geografia da primeira para a segundo obra. Porém, pudemos observar outra importante influência que se mantém nas duas obras : a análise das ilhas, cuja proposta é do geógrafo alemão, Friedrich Ratzel.

Palavras-chave: Fernand Braudel, Friedrich Ratzel, Geografia, Geohistória, Economia.

Abstract

"The Mediterranean and the Mediterranean Word in the Age of Philip II" is a book which is considered a landmark in Fernand Braudel´s geographical history. That book, is considered his great contribution to Geohistory. Recognized by historians, in *The Mediterranean* the author develops a new time conception, the "dialectic of the duration" and inserts his conception which revolutions the epistemology's history of the XX century: "the long duration". After 20 years, another landmark : « Civilization and Capitalism, 15th-18th Century", in which he revises the origns of the Capitalism. The influence of Vidal de La Blache in the first book is incontestable, but it is not easy to restore and clarify the evolution of the relation between Fernand Braudel and the Geografy by the first to the second book. However, we could observe another importante influence preserved in both book : the analisys of Islands, proposed by Friedrich Ratzel.

Keywords: Fernand Braudel, Friedrich Ratzel, Geography, Geohistory, Economy.

---

[1] Larissa Alves de Lira é bacharel pelo departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Bolsista FAPESP entre 2005 e 2007 e do CNPQ 2007/2008 com o projeto: "Geografia Braudeliana: A Concepção de Espaço de Fernand Braudel na Primeira Parte de O Mediterrâneo e suas relações com a Geografia Vidaliana". E-mail: lara.lira@gmail.com.

Data de 1949 o lançamento de uma das mais caras obras à historiografia do século XX: *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II*, de Fernand Braudel. Quarenta anos depois, este deu origem a outra ruptura: *Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV ao XVIII*, livro em que revisa as origens do capitalismo. Apesar da aparente conexão temática, não é fácil precisar a medida das contribuições da primeira à segunda obra, em especial as da geohistória.

Em relação ao *O Mediterrâneo*, suas influências vêm se tornando conhecidas. Com quase um século de antecedência à data de publicação, os geógrafos franceses já demonstravam aguda intuição aos seus problemas[2]. Através do mar Interior, edificaram princípios e conceitos da sua ciência baseados na observação didática que este oferecia. Em 1873, a aula inaugural da primeira cadeira do curso de geografia e história em Nancy, de Paul Vidal de La Blache, intitulava-se "*La Peninsule européne, L'océan et la Méditerranée"*, e, após o desmembramento da cadeira, em 1875, a abertura do curso de geografia tinha como tema: *"L'Europe méridionale et lê monde méditerranéen"*[3]. É da reprodução do Mediterrâneo que a análise geográfica explorou o mundo[4].

---

[2] CLAVAL, Paul. "Les géographes français et le monde méditerranéen". In: Annales de Géographie, XCVII, nº 542, Paris, 1988.

[3] ANDREWS, Howard. "Les premiers cours de geógraphie de Paul Vidal de Blache à Nancy (1873-1877). Annales de Géographie, nº 529, 1986.

[4] Para se restringir aos franceses, a experiência dos geógrafos com o Mediterrâneo é uma permanência. Quase todos, dos mais importantes geógrafos franceses, dedicaram-se ao objeto: em 1883, o primeiro tomo da *Nouvelle Géographie Universelle*, de Elisée Reclus chama-se *L'Europe méridionale*; em 1886, mais uma contribuição de Vidal de La Blache, *Dês rapports entre les populations européenes et lê climat sur lê bords européens de la mediterranée*; na mesma data, Charles Flahaut Durant publica *Les limites de la région méditerranéenne*; e, em 1902 é a vez de Jean Brunhes com *L'irrigation dans la péninsule ibérique et dans l'Afrique du Nord.* Em 1913, Max Sorre: *Les Pyrénées méditerranéennes*. Em 1918, novamente Vidal de La Blache com *Les grands aglomérations humaines. Régions Méditerranéennes*, um dos últimos artigos da carreira e que será republicado nos *Príncipes de Géographie Humaine*, em 1922. Entre grandes, a presença de Vidal de La Blache é marcante, coincidindo tal período com o de sua própria carreira acadêmica. Nas décadas de 30 e 40 delineia-se uma conjuntura, cujos temas sugerem uma certa mudança: "ampliar" ou "recortar" a região, além da variedade de autores. Certas condições simultâneas aproximaram ainda mais os geógrafos do Mediterrâneo. O período é iniciado por Max Sorre e Jules Sion, em 1934, com a obra *Méditerranéen Péninsules méditerranéenes*. Na mesma

Após quase 70 anos, *O Mediterrâneo* também foi tema da obra que propôs uma radical revisão metodológica à história: o deslocamento da exclusividade do olhar do historiador do tempo breve, abarcando a longa duração, ou seja, à 'dialética da duração'. A obra inaugurou novos tipos de personagens: as montanhas, os mares, as penínsulas, as ilhas[5]. A 'Geohistória', como ficou conhecido este novo campo epistemológico, unifica os elementos da geografia e da história através da noção de ritmo e da circulação[6].

O Mediterrâneo é uma obra essencialmente teórica. Apesar da abundância de fontes e do amplo conhecimento histórico e geográfico das cidades e dos homens no século XVI, seus objetivos mais profundos dizem respeito a uma revisão de ferramentas. O principal deles era a proposição de uma nova periodização para o desenvolvimento, queda e declínio do Mediterrâneo.

Para tanto, foi necessário conciliar os rígidos métodos da 'história tradicional'[7], como a definição de um recorte temporal "curto" (no caso do Mediterrâneo, 50 anos, no caso da obra Civilização Material, 300 anos) e a presença "mais marcante" de "personagens históricos", como Felipe II (nesta segunda grande obra: a civilização material, a economia e capitalismo); com a

---

data, Jules Sion traz à debate *La France Méditerranéenne* e, um ano depois, *La Région du Bas-Rhône* é a contribuição de Pierre George (1935). 1937 é a data de publicação de *Lê passe de L'Afrique du Nord, Les Siècles obscurs*, de Emile-Félix Gautier; e, *Pâtres et Paysans de Sardaigne* é lançado em 1942 por Maurice Le Lannou. Um ano depois, André Siegfried escreve *Vue générale de la Méditerranée* e em 1946, de Jacques Weulersse, *Paysans du Moyen-Orient*. Pierre Deffontaines publica seu *El Mediterrâneo* na data de 1948. Por fim, em 1949, Fernand Braudel, utilizando-se de grande parte desta bibliografia publica seu *"La Méditerranéen et lê monde méditerranéen à l'époque de Philipe II"*. Segundo o autor, *"songez à l'histoire géographique que nous avons essayé de promouvir et de baptiser géohistoire".* Reconhecido pelos historiadores, é neste livro de 3 partes que o historiador desenvolve uma nova concepção de tempo, uma "dialética da duração" e insere seu conceito mais caro à epistemologia da História do século XX: a "longa duração". A primeira parte de O Mediterrâneo denomina-se 'O Ambiente'.

[5] ARRUDA, José Jobson de Andrade. O mediterrâneo de Braudel. Anais do Museu Paulista, tomo XXXIII, São Paulo, 1984.

[6] BRAUDEL, Fernand. "A Longa Duração". IN: História e Ciências Sociais; Ed Presença, Lisboa, 1972.

[7] SEIGNOBOS, *Introduction aux études historiques*. Paris: Hachette, 1ª ed., 1898. Esta escola ficou conhecida como 'escola metófica'.

liberdade de variar o olhar, no espaço e no tempo, em busca de respostas que atingissem as estruturas do mundo no século XVI e que ajudassem a compreender o mundo no século XX. No final, um equilíbrio entre os acontecimentos e as estruturas sob um novo ponto de vista: da dialética da duração e da história global[8].

Braudel intuía que esta história de grandes rupturas não poderia explicar a complexidade da sociedade ocidental em meados do século XX. As experiências da colonização e da segunda guerra foram por ele sentidas diretamente. O despertar do terceiro mundo num ritmo ainda lento foi vivido em São Paulo e na Bahia, bem como o desenvolvimento e queda do socialismo. As aulas de geografia e a observação de um Mediterrâneo ainda antigo em plena explosão do século davam a ele a certeza de que os indivíduos não dominavam a história.

Qual a duração de um regime político? Qual o alcance das revoluções? Qual o atraso do mundo dito 'subdesenvolvido' numa economia mundial, e, como os homens intervêm nessas pequenas, médias e lentas durações? Para responder perguntas que interessavam particularmente ao presente, colocou-se em perspectiva na maior e mais próxima ruptura 'econômica' da civilização ocidental: 'o auge e queda do Mediterrâneo'. Tanto é assim que, apesar do amplo distanciamento, os conceitos utilizados por Fernand Braudel todos ligam o mundo 'antigo' ao presente, quais sejam: economia mundo e economia mundial redes, centro e periferia, circulação, impérios, colonização, capitalismo.

Ao mesmo tempo, fortalecia-se, na sua geração, o debate sobre a estrutura e sobre o modelo e, de outro lado, 1968 marca a revolta contra todas as hierarquias. De todas as formas,

---

[8] Sobre os dados biográficos ver DAIX, Pierre. Fernand Braudel Uma biografia. Rio de Janeiro: Record, 1999.

procuravam-se por respostas definitivas; neste contexto, sobressaíam-se posições, em plena consolidação da Antropologia, da existência de elementos imóveis nas sociedades.

Inserido no debate de sua época[9], Braudel também se interessa pelos modelos sem, porém, adotar uma concepção *ahistórica*. Segundo sua perspectiva, o modelo deveria conter o princípio da transformação, ainda que em muitos casos ela fosse demasiadamente lenta.

A longa duração é, pois, a forma de 'historicizar' as estruturas e observar as mais arraigadas sob o ponto de vista da mudança[10]. Assim, é também por este motivo que uma análise histórica do século XX, podendo ser empreendida desde a Idade Média e mesmo do Mundo Antigo, deveria ter como ponto de referência uma ruptura que pudesse abrir perspectiva tanto anterior como posterior. A ruptura escolhida foi a segunda metade do século XVI, justamente na transição da economia mundo para a economia mundial.

Mas a longa duração não se configura como a maior das regressões temporais. A longa duração é uma dimensão da história, preenchida pelo ritmo lento que engendra permanências. Em pleno século XX, coexistem os montanheses advindos dos cantões da Europa à rede de cidade altamente tecnicizadas, enquanto que, no século XVI, os mesmos montanheses que dominavam algumas planícies pantanosas eram também "mão de obra sazonal" às cidades litorâneas já interligadas ao comércio mundial. Neste lento processo, os acontecimentos são selecionados pelas suas variações de importância pela longa duração, compondo uma história segundo diferentes durações.

---

[9] WALLERSTEIN, Immanuel. "O Homem da Conjuntura". In: LACOSTE, Y. [org] *Ler Braudel*. São Paulo: Papirus, 1989.
[10] BRAUDEL, A Longa Duração, Op. Cit.

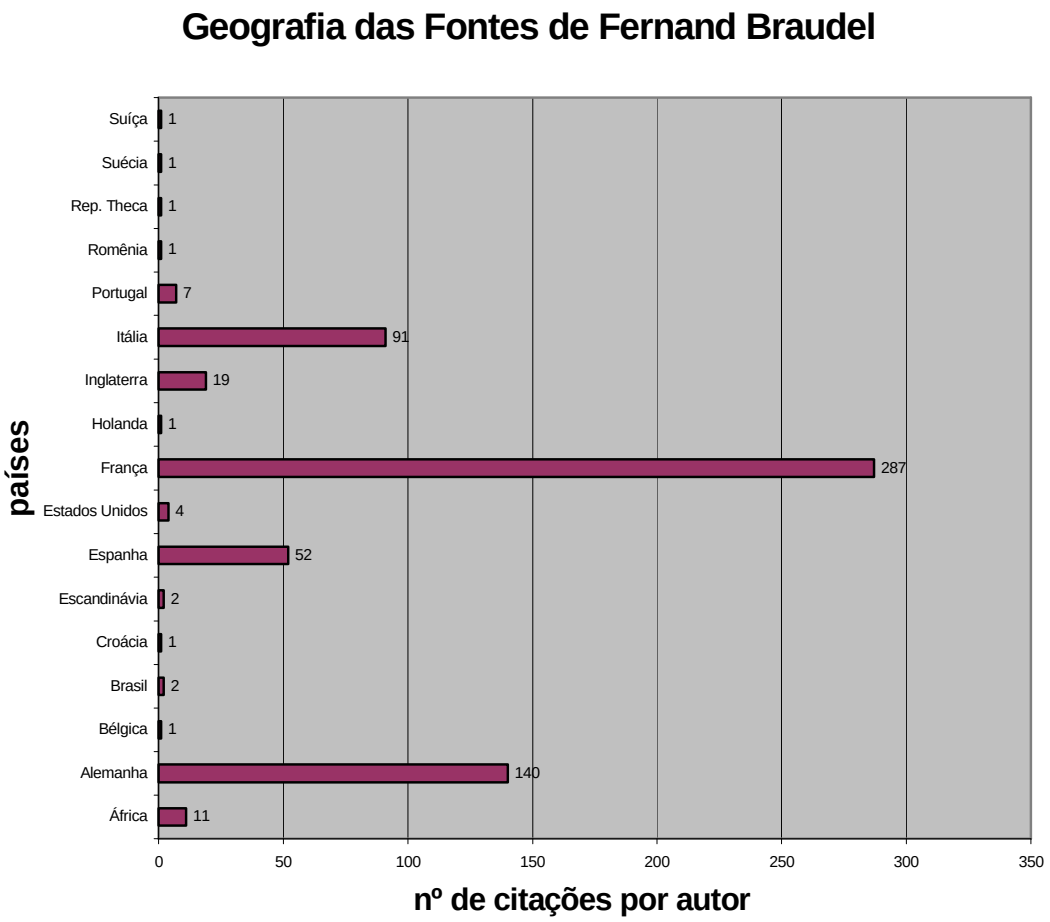
No esforço de definição de um método, Braudel adota uma postura quase didática, vinculando o tempo lento à geografia e ao "tempo geográfico", o tempo médio às conjunturas e a economia, e o tempo breve à política, aos acontecimentos e á história 'acontecimental'. Para ele, o exemplo mais acessível destas lentas mudanças é o da relação do homem com o meio[11]. A influência de Vidal de La Blache nesta obra é observada por uma série de sinais qualitativos: como a utilização de conceitos como gênero de vida, civilização material e região; do método da simultaneidade dos espaços, da história lenta, do meio-obstáculo e da circulação; como quantitativos, pois Vidal de La Blache é o autor mais citado da primeira parte de *O Mediterrâneo*. A elaboração da longa duração teve contribuições importantes do geógrafo francês[12].

Porém, numa época de fortes polarizações, também o pensamento alemão possui importância significativa, como demonstra o gráfico relativo à geografia das fontes da primeira parte de *O Mediterrâneo*, 'O Ambiente'.

[11] Ver Prefácio à 2ª edição de O Mediterrâneo.

[12] LIRA, Larissa Alves de. « Fernand Braudel e Vidal de La Blache: Geohistória e História da Geografia », *Confins*, Número 2 / Numéro 2, 1° semestre 2008 / 1er semestre 2008, [En ligne], mis en ligne le 28/032008. URL : http://confins.revues.org/document2592.html. Consultado em 03/07/2008.

Gráfico 1[13]



Por tais profundas motivações, é evidente que *O Mediterrâneo* subsiste no *Civilização Material* que, além disso, tendo como propósito rever as origens do capitalismo, tem o Mar Interior como lócus fundamental. Porém, nesta obra, a longa duração e, com ela, a utilização da geografia, se complexificam.

Em *Civilização Material Economia e Capitalismo*, o objetivo principal do historiador não é estabelecer novas ferramentas, mas utilizar-se das que havia sistematizado em *O Mediterrâneo* em busca de, em primeiro lugar, sustentar a tese de existência do capitalismo no século XVI, que, com especificidades, já possuía características bastante próximas das atuais, porém em dimensão bastante reduzida no conjunto da Economia Mundo e da Sociedade. Em segundo lugar, Fernand Braudel pretende explicar

[13] LIRA, Larissa Alves de. Relatória de Pesquisa: Geografia das Fontes de Fernand Braudel. 4º relatório. São Paulo: FAPESP, 2007.

como surge este capitalismo.

Neste livro, sua divisão já possui pouco rastro do método, e é a própria realidade estudada que serve de carro chefe às divisões do livro: a primeira parte, a civilização material; a segunda parte, a economia de mercado; e a terceira, o capitalismo. Assim, a longa duração, a espacialidade e a matematização são ferramentas que estão distribuídas, sem que se possa fazer divisões segundo recortes de método. E as ferramentas explicitamente incorporadas de Vidal de La Blache, perdem relativa importância em prol de uma visão interdisciplinar.

Neste debate, é digno de nota a identificação de uma proximidade aparentemente específica entre o geógrafo alemão Friedrich Ratzel e Fernand Braudel, através da incorporação pelo último de um modelo insular amplamente utilizado por Ratzel e talvez pedra de toque de sua obra.

Elemento curioso, uma de suas grandes referências intelectuais de Braudel, o historiador Lucien Febvre, apresentava bastante indisposição "política" às idéias do geógrafo, elaborando uma verdadeira oposição destas com as idéias de Vidal de La Balche, solidificando um debate que ficou conhecido dentro da geografia como o do determinismo x o possibilismo. [14] Porém, segundo Peter Burke,

> "Uma presença igualmente sentida em O Mediterrâneo, embora possa parecer irônica, é a do homem que Febvre adorava atacar, o geógrafo alemão Friedrich Rayzel, cujas idéias sobre geopolítica ajudaram Braudel a formular as suas sobre um bom número de temas, que variam do império às ilhas"[15].

Ocorre que Fernand Braudel silencia tanto às críticas de Febvre como as concepções de Ratzel, principalmente sobre o estudo da Córsega, onde consolidou não só sua concepção de ilhas, como de toda sua Antropogeografia[16]. No entanto, uma análise apurada parece confirmar a influência de Ratzel na análise das Ilhas de Fernand Braudel em *O Mediterrâneo* e a conseqüência mais radical é que tal concepção teve continuidade na análise das origens do capitalismo. Terminada tal observação, o motivo do silenciamento em relação à Ratzel parece ficar relegado aos percalços da história.

---

[14] FEBVRE, Lucien. *A Terra e Evolução Humana.* Lisboa: Cosmo, 1954.
[15] BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989 A revolução francesa da historiografia.* São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1997 P.51.
[16] RATZEL, Antropogeografia. IN: MORAES, Antonio Carlos Robert [org]. FERNANDES, Florestan [coord]. *Ratzel.* São Paulo: Àtica, 1990, 1ª página.

"A Córsega: estudo antropogeográfico", de Friedrich Ratzel

Diferentemente de Braudel, a abordagem de Friedrich Ratzel em relação à Córsega é essencialmente política. Ratzel discute através da Córsega como os espaços se integram diferencialmente à história política. Sua descrição começa por situar a ilha separada de apenas 12 km da Sardenha, configurando ambas uma espécie de muralha insular que separa o mar Tirreno do Mediterrâneo da Espanha, e conseqüentemente, aproxima as duas ilhas da Itália.

De outro lado, é pela ligação ao mar Tirreno que a Córsega não se entrega inteiramente: *"esta muralha ao norte se apóia na Itália; ao sul se distancia da Itália, mas avança tanto mais para o molhe projetado pelo extremo norte da África"*[17]. Mesmo assim, pode-se dizer que, das duas ilhas, a Sardenha é mais africana: *"[...] na época romana, a Sardenha ultrapassava de muito a Córsega; em vestígios de rotas e inscrições, ela é tão rica quanto a Córsega é pobre"*[18].

Assim, apesar da proximidade, e embora pareçam andar juntas na história antiga do Mediterrâneo ocidental, "a Córsega freqüentemente aparece apenas como mero acessório da outra ilha"[19] e seus destinos são diversos: enquanto a Sardenha passou pelo poder de Aragão e da Espanha, e mais tarde, do Piemonte, a Córsega pertenceu a Pisa e a Gênova. Um elemento importante é que nenhuma delas pôde escapar à dominação.

Portanto, é a posição geográfica que definiu o caráter do conflito entre a natureza insular, mas que está sempre relacionado à coerência interna e ao isolamento, e suas "relações exteriores", relacionada à abertura e às rotas globais. Na Córsega, essas são relações violentas:

> "A Córsega é uma ilha. Mas uma ilha de um Mediterrâneo, e ainda mais, de uma pequena parte de um mediterrâneo, extremamente próxima de outras ilhas e de outras terras, não é uma ilha ao mesmo nível de uma ilha lançada à distância no oceano aberto. A Córsega sempre sofreu a ação do continente e das ilhas vizinhas, e não somente sob a forma de influência, mas

[17]. RATZEL, F. A Córsega: estudo antropogeográfico. IN: MORAES, Antonio Carlos Robert [org]. FERNANDES, Florestan [coord]. *Ratzel.* São Paulo: Àtica, 1990, P.152.
[18] Id. Ibidem, pp.152-153.
[19] Id. Ibidem, p.153.

> sobretudo de ataques. Estas influências e ataques foram de encontro, como é natural, ao livre desenvolvimento da natureza insular. Donde as lutas contínuas na história da Córsega, nas quais a ilha se esforça por manter sua independência natural contra a usurpação por qualquer parte do continente"[20].

Se de um lado a Córsega não escapa aos "grandes movimentos políticos", de outro, mantêm-se fechada quanto aos hábitos da população, "de acordo com a natureza montanhosa, a natureza insular resguardou ciosamente os corsos do contato com os povos da história universal, que tão profundamente transformaram a Sicília"[21]. Após a conquista dos franceses, de todos os departamentos da França, a Córsega foi o que menos sofreu, os resultados das mudanças do regime depois da Revolução. De outro lado, é também a ilha o departamento que apresenta maior emigração, configurando uma tendência à expansão dos povos de natureza insular.

Assim, a Ilha parece servir como um excelente laboratório de uma relação específica dentro de uma concepção de história geográfica, pois, ao mesmo tempo que pode ser integrada aos grandes movimentos, ela é naturalmente um mundo autônomo. No caso das ilhas, a autonomia em uma dimensão, significa acesso à grande história, de outro:

> "Se se lança um olhar retrospectivo sobre as vicissitudes sofridas pela Córsega, com sua dependência em relação aos diversos Estados mediterrânicos, é interessante observar deslocamento das sucessivas linhas de dominação que ligaram a Córsega ao continente. Primeiramente, é a direção leste-sudeste, que leva a Roma; de lá, a linha dirige-se a nordeste: Pisa; depois a norte: Gênova; e por fim chega à direção norte-nordeste, isto é, Marselha e França. Assim, na pequena ilha da Córsega, reflete-se o movimento que deslocou o grandes centros históricos"[22].

Assim, o isolamento e o grau de coerência interno dos espaços não é sinônimo de exclusão aos grandes "acontecimentos". Pois não existem espaços naturalmente abertos ou fechados à história de conjunto, de forma que isso pôde ser facilmente observado através do exemplo das ilhas. Portanto, Ratzel parte da idéia de que os fenômenos históricos

[20] Id. Ibidem, p. 156
[21] Id. Ibidem, p.157.
[22] Id. Ibidem, p.155.

possuem geografias diferenciadas, e seu grau de ligação com os grandes eventos históricos está ligado à sua posição. Este espaço geográfico, por sua vez, está inserido num conjunto que é o das rotas globais.

> "É uma circunstância digna de nota, e que frequentemente se pode observar: tal ou qual região em certa medida relega para a sombra a outra região. Este fato não se explica apenas por razoes geográficas; deve sua origem a tendência, manifestada pelos povos, de se concentrarem num determinado domínio, ao qual, a seguir, dedicam toda a sua atividade, em detrimento das regiões vizinhas. Os casos desse gênero repetem-se na colonização de qualquer parte, grande ou pequena do globo"[23].

Para Braudel, a oposição entre autonomia e isolamento e as grandes rotas está inserida dentro de uma concepção de unidade entre a geografia e a história e leva necessariamente às ferramentas da longa duração e da história global. Esta filosofia já tivemos oportunidade de demonstrar que possui influências diversas, em especial de Vidal de La Blache. Porém, esta é uma dicotomia específica, que, ao se basear no "modelo insular", serviu para esclarecer a inserção de espaços longínquos nas rotas globais, de forma que o modelo cai especialmente bem na análise dos mundos ora autônomos ora isolados em relação ao centro do capitalismo.

Apesar da manutenção de uma relativa autonomia em relação ao seu mundo próprio, e, muitas vezes, da distância geográfica, esses espaços estão amplamente integrados numa economia capitalista global. O próprio Ratzel, ainda na esfera da política, apesar da aparente indissociabilidade entre autonomia, o isolamento e as rotas, escreve que o caráter insular pode-se dizer ser sempre "ponto de apoio" aos grandes eventos, ainda que em alguns casos, a exceção apenas confirme a regra:

> "Que a carreira de Napoleão tenha começado na Córsega e terminado na ilha de Elba, foi um simples capricho da história. Gregorovius, amigo desse gênero de paralelos, acrescenta que sua sorte teve por obstáculo a Inglaterra e que ele morreu em Santa Helena: assim, as ilhas intervieram quatro vezes em seu destino. Sem dúvida, eis aí um interessante exemplo do papel relativamente desproporcional das ilhas na marcha da história. É apenas nessa medida que ele pode ser invocado para a antropogeografia da Córsega"[24].

---

[23] Id.Ibidem, p.153.
[24] Id. Ibedem, p.158.

De O *Mediterrâneo* ao *Civilização Material*, esboça-se a utilização do modelo utilizado por Ratzel. Ao se deparar com as origens do capitalismo, as ilhas tornam-se extensíveis a verdadeiros "mundos", como as Américas e outros longínquos lugares, que se configuram como espaços importantes para uma nova explicação para o surgimento do capitalismo: para Braudel, esta longa conjuntura econômica está intimamente relacionada à consolidação dos monopólios pelas viagens de longas distâncias, inseridas num capitalismo mercantil.

É em *O Mediterrâneo*, porém, que fica clara a ponte estabelecida por Braudel entre a inspiração ratzeliana e a análise econômica. Nesta obra, a sugestão de se tratar as Américas como "mundo insulares" é o ponto máximo de seu raciocínio sobre as ilhas. Ao levarmos isso em conta, ganhamos relativo afastamento de considerar a menção sobe as ilhas, em Civilização Material, como mera ferramenta metafórica.

As Ilhas em O Mediterrâneo

Segundo Braudel, as ilhas mediterrânicas são mais numerosas, e, sobretudo, mais importantes do que se supõe. A sua importância deriva do fato de serem elas indispensáveis à vida do mar bem como utilizadas como exemplo dos conjuntos. No Mediterrâneo, não há um setor do litoral onde a sua frente não estenda uma miríade de ilhas.

> "Os países do Mediterrâneo são uma série de regiões isoladas em permanente procura recíproca, e isto é o que explica que, apesar das longas distâncias a percorrer por terra ou mar, entre eles se estabeleça um permanente tráfego (facilitado, aliás, pelo nomadismo); porém, tais contatos são como descargas elétricas:

> violentos, súbitos e sem continuidade. Procurando nas ilhas o exemplo isolado que explica o conjunto"[25].

Contrariamente a imagem que o isolamento das ilhas proporciona, para o autor, essas elas não são necessariamente mundos isolados:

> "Pequenas ou grandes, todas as ilhas se integram num meio humano coerente, dado todas estarem sujeitas a pressões análogas, responsáveis por elas se situarem simultaneamente muito à frente e muito atrás em relação à história geral do mar, e responsáveis também pela permanente oscilação, muitas vezes brutal, entre pólos opostos da modernidade e do arcaísmo"[26].

Assim, as ilhas são mundos coerentes, sujeitos a "pressões análogas", sem significar que sejam mundos isolados. O que essas pressões determinam, na verdade, é uma permanente oscilação entre estar à frente ou estar atrás da vida do mar, entre modernidade e arcaísmo, dependendo do circuito a que estão submetidas.

As Ilhas passam tanto por períodos de isolamento quanto de integração com a vida geral do mar. Como coloca o autor, pode acontecer que uma ação fortuita às levem a abandonar o isolamento, ascendendo uma nova civilização, novos costumes, mas irá, por outro lado, manter intactas essas inovações por outros tantos séculos, constituindo-se em testemunhos vivos de revoluções passadas, inclusive em outras terras. As ilhas estão sujeitas sempre a bruscas ou lentíssimas transformações:

> "É que o 'isolamento' é aqui uma verdade com o seu quê de relativismo. O mar só constitui um fator de isolamento maior que qualquer outro meio físico quando as ilhas estão fora dos grandes circuitos marítimos.

[25] BRAUDEL, Fernand. O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 175.
[26] Id. Ibidem, p.173.

> Quando, pelo contrário, se encontram nesses circuitos, as ilhas tornam-se elos de ligação, fortemente abertas ao mundo exterior, e, em qualquer caso, muito menos isoladas que certas zonas montanhosas do interior"[27].

A conseqüência dessas fronteiras, não é, pois, necessariamente, o isolamento das ilhas mas, mesmo sendo possuidoras de recursos animais e vegetais variados, eles estão longe de significar abundância. Nenhuma ilha está segura do dia de amanhã e todas estão condenadas a viver dos seus próprios recursos, tendo que se abrir ao exterior freqüentemente. *"Com algumas raras exceções [...], todas elas são mundos de fome"*[28].

E como se não bastasse, as ilhas são também ameaçadas pelo próprio mar e seus ataques externos. Têm necessidade de defesa constante e não é fácil para as metrópoles manter a dominação, como é o caso da Espanha na Sardenha. São pois, *"estes condicionalismos [que] explicam a pouca atividade que se registra no interior das ilhas, até mesmo nas mais ricas"*[29].

De outro lado, o processo mais comum de relacionamento das ilhas com outros espaços é o da emigração. Todas as montanhas são exportadoras de homens, e as ilhas não fogem a regra, já que muitas delas são também compostas por montanhas.

A Córsega é o maior exemplo desse processo. Segundo Braudel, não houve um evento sequer no Mediterrâneo na qual não estivesse presente um corso. Os corsos, no século XVI, vivem em todos os lugares. As dificuldades do Mediterrâneo e seus centros de atração, cuja vida é mais movimentada,

---

[27] Id. Ibidem, p.174.
[28] Id. Ibidem, p.175.
[29] Id. Ibidem, p.177.

atraem os homens a ocuparem outras terras segundo a conjuntura lhes favoreça.

Mas há também aquelas que se abriram à grande história:

> "Uma vida precária, frugal, permanentemente ameaçada, esta a sorte comum das ilhas. Em termos exteriores, porém, o seu principal papel histórico é de uma grandeza pouco de esperar em zonas tão pobres. Com efeito, os grandes eventos históricos culminam freqüentemente nas ilhas. Mas seria mais justo dizer que se 'servem' delas"[30].

Portanto, avançando para uma análise econômica, este é o papel desempenhado: a expansão das culturas, como as da cana de açúcar que instalaram em Chipre no século X. Muitas vezes incapazes de resistir eficazmente a forças exteriores, acontece que são tomadas por culturas estrangeiras que só se justificam em termos de mercado Mediterrâneo e às vezes mundial. É este o caso de Madeira, Canárias, São Tomé, "e por que não o Brasil?"[31] Essas grandes monoculturas são devastadoras do antigo equilíbrio e são um tanto perigosas.

A cana, por exemplo, é apoiadora de um capitalismo poderoso que no século XVI provém tanto da Itália como de Lisboa ou Antuérpia. Acontece que estas culturas extensivas estão sujeitas às crises de excessos de produção ou de diminuição de procura e só um conjunto de complexas condições permite que essas economias coloniais funcionem com êxito.

Todavia, muitas vezes, assumindo características de monocultura destruidora, estas atividades agrícolas em grande escala são bases da riqueza das ilhas, porque

---

[30] Id. Ibidem.
[31] Id. Ibidem, p.177.

asseguram as disponibilidades financeiras necessárias aos novos produtos à importação e manutenção da população. Essas são, pois, as ilhas conectadas aos grandes circuitos.

O Capitalismo no Século XVI

Antes de entrar no debate da existência do capitalismo já no século XVI fora da Europa, cujos espaços, em especial as Américas, foram chamados por Braudel de "mundos insulares" é preciso expor os argumentos que sustentam a existência do capitalismo na Europa no século XVI e como é o seu funcionamento.

Segundo Braudel, o debate do surgimento do capitalismo é, antes de tudo, conceitual. É comum denominarmos a atividade econômica do século XVI pelo mal definido termo "mercantilismo". Porém, "há, quer se queira quer não, mesmo na época pré industrial, uma atividade econômica que evoca irresistivelmente a palavra e não aceita nenhuma outra"[32]. Além disso, a palavra capitalismo data do século XVIII e muitos economistas arriscaram explicar a realidade econômica sem necessariamente a utilizarem: em 1867, a palavra é ignorada por Marx.

Já a palavra capital, varia e acumula significados ao longo da história. Por muito tempo aceita com o sentido do dinheiro, demora significativamente até que atinja a noção de "valor-trabalho", tendo em vista que seu uso data dos séculos XII e XIII.

Desde o século XVIII, 'capitalistas' equivale aos detentores de grandes fortunas e manipuladores de fundos[33]. Estas realidades persistentes definem a existência de uma

[32] BRAUDEL, Fernand. A produçao do capitalismo em casa alheia. IN: Civilizaçcão material, economia e capitalismo Séculos XV e XVIII, vol 2, Os jogos de troca, p. 199.
[33] Id. Ibidem, pp.201-204.

realidade econômica peculiar, que cabe discernir e localizar no conjunto da economia:

> "Já disse que o capitalismo de ontem (ao contrário do de hoje) ocupava apenas uma estreita plataforma da vida econômica. Então, como é que se falaria, a seu respeito, de um 'sistema' extensivo ao conjunto social ? Nem por isso deixa de ser um mundo em si, diferente, até estranho em relação a globalidade social e econômica que o rodeia. E é em relação a esta ultima que se define como 'capitalismo', não apenas em relação às novas formas capitalistas que surgirão mais tarde. Com efeito, ele é o que é em relação a um não-capitalismo de proporções imensas. E recusar admitir esta dicotomia da economia de ontem, a pretexto de o que o 'verdadeiro' capitalismo dataria do século XIX, é renunciar a compreender o significado, essencial para a analise desta economia do que se poderia chamar de topologia antiga do capitalismo. Se há lugares onde ele se implantou por eleição, não por inadvertência, é, com efeito, porque estes eram os únicos favoráveis a reprodução do capital"[34].

Sem jamais perder a perspectiva de historicizar os modelos, Braudel chama atenção ao fato da realidade econômica não ser apenas composta pelas "relações essenciais", sobressaltadas nas explicações gerais. Porém, sem poder prescindir delas, é necessário compreender os fenômenos não apenas nas suas lógicas internas como também na densidade dessas relações dentre de um conjunto maior.

Os fenômenos históricos não possuem a mesma extensão, nem espessura, segundo as durações. Dessa forma, Braudel introduz na análise da realidade, através do nascimento do capitalismo, não apenas a duração e a extensão dos fenômenos, como uma terceira dimensão, que é a da espessura ou densidade das relações sociais, trabalhando, então, com três dimensões da realidade histórica.

---

[34] Id. Ibidem. P.207.

Ele defende: se se quer reter pela teoria as origens do capitalismo, é necessário precisar todas as suas dimensões. Neste caso, como não observar um capitalismo no século XVI que, ao atingir os requisitos da acumulação e, portanto, seus próprios objetivos, reduz seu tamanho e espessura, mas garante sua continuidade? "Tudo bem ponderado, a nova noção de capital apresenta-se como uma problemática indispensável para compreender os séculos deste livro"[35].

É evidente que, pela sua "estreita" existência, o capitalismo no século XVI depara-se com grandes dificuldades. Isso pode ser demonstrado por uma rede de cálculos por onde a Europa, antes de 1750, possui uma taxa de reprodução do capital que se mantém em níveis muito modestos. Nem por isso ele é inexistente visto possuir uma particularidade que lhe ascende como o cerne do problema: dividido em capitais fixos e circulantes (ou fixo e variável): "a sociedade produz, todos os anos, certa quantidade de fixos, imobilizados no processo da vida econômica ativa". Contudo, as economias antigas possuem uma dificuldade congênita do trabalho, de forma que, em certos lugares, tal capital "derrete como a neve no sol" e daí as necessidades suplementares de labor[36].

Disso deriva que o capital encontrou, no século XVI, um *locus* privilegiado da acumulação: a circulação. E explica porque, envolvido numa dificuldade técnica estrutural, tenha se mantido afastado do setor industrial e agrícola para se manter na esfera mercantil:

> "Neste caso, não é apenas a hierarquia social que reserva a 5% de privilegiados, como há pouco dizíamos, as altas rendas e as possibilidade de poupar; é a estrutura

[35] Id. Ibidem. P.207.
[36] Id. Ibidem. P.213.

> econômica e a técnica que condena certos setores- particularmente a produção 'industrial' e agrícola - a uma pequena formação de capital. Sendo assim, não é de admirar que o capitalismo do passado tenha sido mercantil, que tenha reservado o melhor do seu esforço e dos investimentos à 'esfera da circulação'[37].

Neste caso, o problema chave consiste em esclarecer como o sistema pôde se manter como que 'enquistado' e não pôde se estender ao conjunto da sociedade. Dessa problemática, deriva o seu contrário: se não podia se estender, como pôde se manter? Os equilíbrios entre os obstáculos e as possibilidades da acumulação, envolveram o mundo numa rede que, se não se pôde caracterizar como tipicamente capitalista, ao mesmo está dentro da gama das possibilidades de entrada e de retirada do capital.

> "Saber exatamente onde se estabelece o capitalismo de ontem tem pois interesse indubitável, pois essa topologia do capital é a topologia inversa da fragilidade e do não-lucro das sociedades antigas. Mas, antes de situarmos o capitalismo nos setores em que está verdadeiramente em casa, começaremos por examinar os setores que ele atinge de forma oblíqua e sobretudo limitada: a agricultura, a indústria, os transportes. O capitalismo invade muitas vezes terras alheias, mas também se retira muitas vezes, e sempre a retirada é significativa[...]"[38].

Também não se poderia dizer que o capitalismo de hoje encontra, em certos setores e lugares, dificuldades de reprodução? Dificuldades de ontem e hoje, se se considera a inexistência do capitalismo pela sua pequena extensão, esta pode ter sido a vantagem encontrada no mundo do século XVI. Da mesma forma, quando se reclama das poucos horizontes geográficos que o capitalismo têm hoje, ao menos ele está, para a teoria, bem constituído.

---

[37] Id. Ibidem. P.215
[38] Id. Ibidem, p.216.

As dificuldades de hoje podem ter sido as vantagens de ontem: num mundo por explorar, os lucros podem ser reduzidos, mas em muitos lugares a reprodução do capital pode se comportar como "visitante da noite". Se encontra desvantagens em casa, por um sistema senhorial e camponês que, ao se corromper, resiste, no campo da agricultura, as fazendas da América foram um dos lugares privilegiados dessas visitas noturnas.

O Capitalismo e os "mundos insulares": as fazendas

Com dificuldades de manterem sua autonomia e distantes do centro do sistema que, se mal conhecem, não controlam, apenas os granes monopólios podem romper o isolamento desses mundos insulares, e, daí, construírem uma sociedade "de cima para baixo". No século XVI como hoje, tais ilhas são alvos aos "ataques externos": a diferença é que o capitalismo do mundo antigo não poderia prescindir-lhas, pois o lucro do sistema mercantil vem justamente do rompimento desses isolamentos, de forma que, novamente, são as ilhas que contribuem para explicar o conjunto.

> "O resultado é um feixe de experiências. No Canadá francês, o regime senhorial construído a partir de cima falha logo de saída. Nas colônias inglesas, o Norte é uma região livre como a Inglaterra- o futuro lhe pertence. Mas o Sul é escravocrata: são regimes de escravos todas as fazendas, particularmente as de cana-de-açúcar nas Antilhas e no interminável litoral do Brasil. Regimes senhoriais espontâneos prosperam nas zonas de pecuária, como a Venezuela ou o interior do Brasil. Os regimes feudais fracassam na América espanhola de forte povoamento indígena. [...].
> Entre essas experiências só nos interessarão as fazendas. Mais diretamente do que os domínios de segunda servidão, elas são criações capitalistas por excelência: o dinheiro, o crédito, os tráficos, as trocas ligam-nas à margem oriental do oceano. É de Sevilha, de Cádiz, de Bordeaux, de Nantes, de Rouen, de Amsterdam, de

> Bristol, de Liverpool, de Londres que tudo é controlado à distância.
> Para criar as fazendas, foi preciso mandar vir tudo do velho continente, os patrões, colonos de raça branca; mão de obra, a dos negros da África (pois o índio das regiões litorâneas não suportou o choque dos recém-chegados); as próprias plantas, exceto o tabaco. No que se refere à cana de açúcar, foi preciso importar, ao mesmo tempo que a planta, a técnica açucareira, implantada pelos portugueses na Madeira e nas longínquas ilhas do golfo de Guiné (ilha do Príncipe, de São Tomé), *de forma que estes mundo insulares foram todos pré-américas, pré-Brasis* [grifos nossos]"[39].

Assim, as fazendas da América são francamente associadas à geografia física das ilhas, que as assola pela restrição das fronteiras e restringe suas possibilidades quando fora das grandes rotas, ao mesmo tempo em que não perdoam sua inserção. Isso se dá, pois, diferentemente dos lugares em que o capitalismo esteve presente, nestes espaços não há uma apropriação pelicular das estruturas pré-existentes, como a segunda servidão na Europa Oriental. A questão, para nós, é precisar em que medida há a incorporação de um modelo insular extensível a todo o comportamento do capital mercantil no século XVI.

É claro que não são apenas os espaços longuíquos que definem o capitalismo no século XVI, de forma que o autor explica uma série de mecanismos para as vitórias relativas no coração da Europa. Porém, um de seus mecanismos mais fundamentais é de apresentar a esta sociedade um mundo em expansão, de forma que um dos mais importantes mecanismos de suas reprodução é a exploração desses lugares: *"Trata-se realmente de um capitalismo que tenta crescer de dentro para fora. È só esperar um pouco e tudo lhe sorrirá"*[40].

---

[39] Id. Ibidem, pp.236-7.
[40] Id. Ibidem. P. 246.

De fato, "o mundo insular" americano nasce dentro do sistema, talvez já mais inserido que muitos lugares em que capitalismo esboça apenas vitórias parciais ou por onde não se arrisca: é por isso que as Américas são mais facilmente identificadas com as ilhas. Pois, se não são todos os espaços que o capitalismo prospera que podem ser identificados com as características insulares, persiste o fato desses mundos serem os mais excelentes laboratórios tanto das experiências quanto da observação, de forma que, se há um caráter que não pode ser retirado das ilhas dentro do pensamento braudeliano, é de, por serem espaços cercados, constituem-se como modelos naturais tanto para as experiências reais desses capitalistas do século XVI, como ajudam a compreender o conjunto, situando-se, assim, dentro do exemplo ratzeliano.

Fato importante, esta é uma das ferramentas que, no campo da geografia, mantém-se quase intacta do *Mediterrâneo* ao *Civilização Material*, chegando a causar a impressão de que tal abordagem seja um dos *insights* que relacionam e inspiram do primeiro ao segundo livro.

Referências Bibliográficas

ANDREWS, Howard. "Les premiers cours de geógraphie de Paul Vidal de Blache à Nancy (1873-1877). Annales de Géographie, nº 529, 1986.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. O mediterrâneo de Braudel. Anais do Museu Paulista, tomo XXXIII, São Paulo, 1984.

BRAUDEL, Fernand. "A Longa Duração". IN: *História e Ciências Sociais*. Ed Presença, Lisboa, 1972.

BRAUDEL, Fernand. A produção do capitalismo em casa alheia. IN: *Civilizaçcão material, economia e capitalismo Séculos XV e XVIII*, vol 2, s/d, Os jogos de troca. Lisboa: s/d.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II.* São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989 A revolução francesa da historiografia.* São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1997.

CLAVAL, Paul. "Les géographes français et le monde méditerranéen". In: Annales de Géographie, XCVII, nº 542, Paris, 1988.

DAIX, Pierre. *Fernand Braudel Uma biografia.* Rio de Janeiro: Record, 1999.

FEBVRE, Lucien. *A Terra e Evolução Humana.* Lisboa: Cosmo, 1954.

LIRA, Larissa Alves de. « Fernand Braudel e Vidal de La Blache: Geohistória e História da Geografia », *Confins*, Número 2 / Numéro 2, 1° semestre 2008 / 1er semestre 2008, [En ligne], mis en ligne le 28/032008. URL : http://confins.revues.org/document2592.html. Consultado em 03/07/2008.

LIRA, Larissa Alves de. Relatório de Pesquisa: Geografia das Fontes de Fernand Braudel. 4º relatório. São Paulo: FAPESP, 2007.

RATZEL, Antropogeografia. IN: MORAES, Antonio Carlos Robert [org]. FERNANDES, Florestan [coord]. *Ratzel*. São Paulo: Àtica, 1990.

RATZEL, F. A Córsega: estudo antropogeográfico. IN: MORAES, Antonio Carlos Robert [org]. FERNANDES, Florestan [coord]. *Ratzel*. São Paulo: Àtica, 1990.

SEIGNOBOS, Charles. *Introduction aux études historiques*. Paris: Hachette, 1ª ed., 1898. Esta escola ficou conhecida como 'escola metófica'.

WALLERSTEIN, Immanuel. "O Homem da Conjuntura". In: LACOSTE, Y. [org] *Ler Braudel*. São Paulo: Papirus, 1989.

Alimentação no Brasil Colonial: economia, sociedade e cultura

Rubens Leonardo Panegassi[1]

Resumo

A alimentação é um tema cada vez mais presente na historiografia brasileira. Contudo, ainda é rara sua bibliografia especializada. Este artigo aborda o tema da alimentação no Contexto do Brasil Colonial a partir de diferentes estudos que tangenciam o assunto. Nele é apresentado de modo sucinto o tema no âmbito do debate historiográfico, notavelmente a partir de duas perspectivas. A primeira delas é a da atividade mercantil especializada, direcionada ao mercado. A segunda é a da vida doméstica cotidiana. Com efeito, a proposta é debater os elementos econômicos, sociais e culturais que contribuíram na constituição do repertório alimentar na Colônia.

Palavras-chave: Brasil Colônia; Alimentação; Cotidiano; Mercado; Economia Colonial.

Abstract

Food is a theme whose presence is progressive in the Brasilian historiography. However, its specialized bibliography is rare. This article is about the History of Food in a context of Brazil's Colonial History. This paper deals with the theme of food in the historiography that touches the topic. The theme is briefly presented in the scope of the histotiographical discussion, which is followed by the main problemes notes related to food in two diferents poit of view. Firstly, like an economic produce of the colony. In the second place, like an produce of everyday life. The purpose is discusses the creation of the eating habits in the colony.

Keywords: Colonial Brazil; Food; Everyday; Colonial Markets; Colonial Economy.

---

[1] Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do Projeto Temático FAPESP/Cátedra Jaime Cortesão "Dimensões do Império Português: investigação sobre as estruturas e dinâmicas do Antigo Sistema Colonial". Membro do Grupo de Estudos Fernand Braudel. Professor substituto da Universidade Federal de Viçosa. Este artigo é parte de uma pesquisa financiada pela FAPESP.

Introdução

É certo que a alimentação ocupa um espaço privilegiado no âmbito da vida cotidiana das sociedades humanas. Esse privilégio é evidente, por exemplo, em sua importância na organização do tempo social, muito embora elementos fisiológicos também exerçam influências determinantes (UTERMOHLEN, 1993). Além disso, a alimentação mobiliza um acervo cultural onde se manifestam aprendizados tanto para sua produção – tal como, no caso dos alimentos vegetais, o conhecimento do meio ambiente e das condições atmosféricas que proporcionem melhor ocasião para plantio e colheita dos gêneros, além de técnicas de cultivo do solo e sua exploração – quanto para seu beneficiamento – tal como salgamento, secagem, defumação, fermentação, cocção e mesmo consumo.

Por sua vez, o cultivo de alimentos implica também a seleção de gêneros por meio de critérios nem sempre fundamentados em princípios dietéticos, mas sim, muitas vezes, religiosos ou higiênicos, entre outros. Um caso de opção alimentar orientada por critérios religiosos, é a interdição do consumo de seres "híbridos" pela religião hebraica: um animal como o porco carrega a conotação de impureza e por isso não deve ser consumido (SOLER, 1998). Esses princípios de opção por um alimento em detrimento de outros modelam o repertório alimentar de um grupo social e, nesse sentido, conformam sua identidade. A própria distribuição dos alimentos no interior de uma comunidade traz consigo elementos para a diferenciação social entre os indivíduos, envolvendo regras ligadas à idade, ao *status* de quem consome ou mesmo ao valor simbólico que o alimento possui.

Com efeito, nesse artigo, a alimentação será compreendida não apenas como um repertório de nutrientes essenciais à manutenção da vida, mas, também, como as técnicas de preparo dessas substâncias, assim como as inúmeras atividades a elas relacionadas na esfera da produção. Desde os interesses econômicos até as heranças culturais que orientam opções de cultivo e preparação. Debruça-se, portanto, sobre o sistema que coordena as atividades envolvidas na cadeia alimentar e, simultaneamente, possibilita a caracterização da especificidade de um grupo social no tempo e no espaço. Particularmente a sociedade no contexto do Brasil Colonial.

Nessa perspectiva, o artigo compreende o tema da alimentação em duas esferas. A primeira delas é a da atividade mercantil especializada, direcionada ao mercado. A segunda o aborda enquanto atividade pertencente à vida doméstica, no âmbito daquilo que Fernand Braudel chamou de vida material (BRAUDEL, 1961), onde a escolha, a preparação e o consumo de alimentos obedecem às lógicas de culturais. Por fim, note-se o artigo foi elaborado a partir de um balanço bibliográfico produzido no intento de alinhar diferentes estudos que tangenciassem o tema da alimentação na Época Colonial. Desse modo, a proposta de debater os elementos econômicos, sociais e culturais que contribuíram na constituição do repertório alimentar na Colônia se sobrepôs à definição de uma problemática específica em a região ou período.

Opções alimentares entre a produção e o abastecimento

A obtenção e a utilização dos recursos materiais necessários à vida pertencem ao domínio da economia. A produção, o consumo, o armazenamento, o transporte e a comercialização de alimentos influenciaram os meios de subsistência na história das sociedades. Fernand Braudel define três esferas da economia: primeiramente, sugere a existência de uma economia de mercado, representada pelos mecanismos de produção e de troca ligados às atividades rurais, lojas, oficinas, e aos estabelecimentos de comércio em geral. Nesse âmbito da economia, o funcionamento de seus mecanismos são mais "transparentes" e relativamente fáceis de apreender. Aquém dessa primeira esfera da economia, há outra, situada um nível abaixo, a que o autor denomina como vida material ou civilização material. Essa consiste nas atividades de base informais e de auto-suficiência, na troca de produtos e serviços em escala provinciana, enfim, naquilo que Braudel chama de infra-economia. A terceira esfera da economia seria o capitalismo propriamente dito, que se encontra em um nível acima da economia de mercado, e demarca seu limite superior, atuando de modo mais efetivo na economia, envolvendo os comércios longínquos, bem como complexos jogos de créditos, além de influenciar, à distância, importantes setores financeiros da economia de mercado. Essas duas últimas instâncias são mais opacas e de difícil apreensão (BRAUDEL, S/DATA).

Com relação ao último campo da economia, esse é o lugar em que se situa, desde suas origens, o capitalismo com seu traço cosmopolita, que atuou na história de acordo com os interesses das grandes companhias e também dos monopólios diversos que ocorreram na Época Moderna. Tal como foi o caso do exclusivo metropolitano, característico das

políticas que orientavam o relacionamento entre Metrópole e Colônia nesse período (NOVAIS, 1979).

Todavia, a produção de alimentos pode perpassar essas três esferas. Foi esse o caso do fabrico e comércio de açúcar na América portuguesa, controlado pelo monopólio da metrópole, que em seguida o vendia para a Holanda, principal pólo dinamizador da economia européia da época. Com efeito, a fabricação de açúcar na América pertence ao último nível das classificações sugeridas por Fernand Braudel. Entretanto, a produção de alimentos na Colônia também deveria atender à demanda interna de seus moradores. E para suprir tais necessidades em uma economia majoritariamente voltada para o mercado externo, havia tanto os produtores de gêneros que buscavam atender à demanda dos grandes centros urbanos coloniais quanto os que, à margem desse sistema econômico, tendiam à auto-subsistência. Não é o intento, aqui, examinar minuciosamente a estrutura social sob a luz da dinâmica do mercado, mas apenas a um dos setores dessa produção: a de alimentos.

Com efeito, vale distinguir uma primeira categoria de alimentos: os vegetais. A produção desse gênero de alimentos na América portuguesa obedeceu a algumas condições que contribuíram de modo decisivo para a circunscrição das características mais elementares do repertório alimentar colonial. A colonização do Brasil foi marcada pelo cultivo sistemático de produtos que satisfizessem a demanda européia por gêneros exóticos. Com isso, o açúcar se tornou o grande produto da terra. Essa perspectiva utilitarista que motivou a colonização deixou para segundo plano a produção de gêneros voltada para o abastecimento interno. Em função disso, grande parte das mudanças que se instauraria nos hábitos alimentares dos colonizadores

resultaram tanto de sua capacidade de se ajustar a novas circunstâncias ecológicas, como também de sua incapacidade em manter o abastecimento regular de gêneros procedentes da Europa (MELLO, 1998). A esses fatores que dão a tônica das opções de cultivo e consumo de alimentos na América portuguesa, estão associados outros que podem ser enunciados em três planos.

O primeiro desses planos situa-se no próprio meio ecológico. Embora este, na extensão geográfica que correspondeu aos núcleos de colonização na América portuguesa, tivesse um solo considerado bastante rico, muitas vezes esta riqueza foi contraproducente. [2] Contudo, vale lembrar que a fertilidade da terra não é biologicamente determinada, mas está sujeita à eficiência de técnicas e métodos de exploração que são historicamente condicionados (LINHARES, 2002). Desse modo, em um solo cuja fecundidade propicia a ação de ampla vegetação parasitária, bem como de considerável microfauna [3] daninha, resultante de sua própria disposição de recursos, pode-se imaginar que a capacidade de produção muitas vezes ficava comprometida, visto que a criação de permanentes empecilhos para o manejo do solo restringia sua intensidade de utilização.

---

[2] Quanto à produtividade do solo, Luís Amaral diferencia a riqueza da fertilidade, afirmando que um solo rico não é necessariamente fértil, isto porque, nos solos excessivamente ricos, a ação de plantas daninhas pode prejudicar a cultura (AMARAL, 1958). Outros estudiosos do tema, como A. Maurizio também apontam o desenvolvimento da agricultura como um conflito entre as plantas úteis e as plantas daninhas (MAURIZIO, 1932).

[3] A respeito da microfauna atuante na cultura de vegetais, alguns historiadores estudaram com afinco a interferência do meio biológico na alimentação e seus reflexos na esfera social. Este é o caso de Mary Kilbourne Matossian que em seu trabalho revelou a fragilidade à contaminação por fungos das culturas de trigo e centeio em climas excessivamente frios e úmidos. Além disso, a autora enfatizou também os desdobramentos que a presença de toxinas nestes fungos implicam para a sociedade, supondo que fenômenos como a bruxaria e mesmo o “Grande Medo” sucedido no decorrer da Revolução Francesa sejam conseqüências de um maciço processo de envenenamento pela ergotina, arraigado no consumo de cereais contaminados (MATOSSIAN, 1989).

No que tange à América portuguesa, foi precisamente por sua resistência frente a esta nociva riqueza do solo, que um vegetal como a mandioca se impôs como uma das opções de cultivo mais bem-sucedidas: a utilização do tubérculo é tributária das sociedades autóctones americanas e sua importância na alimentação dos colonos é sublinhada na obra de diversos autores que apontam-na como o principal alimento consumido, sem fronteiras sociais nem econômicas (CASCUDO, 1983; FREYRE, 1978; HOLANDA, 1995). Todavia, ainda que a mandioca tenha sido bastante consumida, o milho também desempenhou papel muito importante como alimento de base, sobretudo na região de São Paulo, como assinalou oportunamente Sérgio Buarque de Holanda, que sugeriu a predominância do cereal nas regiões de "serra acima", enquanto a mandioca prevalecera em áreas litorâneas (HOLANDA, 1994).

O segundo fator que também pode ser apontado como atuante na estruturação do repertório alimentar colonial já foi apontado de modo sucinto acima. E ele é uma decorrência daquilo que Caio Prado Júnior denominou como "sentido" da colonização (PRADO JR., 1963). Resultado da empresa colonial, o "sentido" condicionou por muitos anos a exploração agrícola na América portuguesa à produção dirigida ao mercado externo. A conseqüência mais notável dessa política econômica foi a concessão de maiores cuidados à produção de gêneros exportáveis, em detrimento de aqueles a serem consumidos no dia-a-dia da Colônia. Com isso, dada a demanda do açúcar na Europa, a cana-de-açúcar impusera-se como principal produto a ser cultivado. Essa gramínea, inicialmente cultivada em grande parte das capitanias, se restringiu, mais tarde, ao litoral nordestino, de modo que a circunstância fez dela elemento civilizador,

responsável pela edificação de vilas e cidades, exercendo influência na gestão econômica da Colônia, bem como em sua vida social, sobretudo nas regiões especializadas em seu cultivo. Foi nesse sentido que Gilberto Freyre caracterizou o Nordeste canavieiro como "uma civilização ecologicamente do açúcar" (FREYRE, 1997, p. 22).

Essa política que coordenou as relações entre Portugal e sua colônia americana, o Sistema Colonial, foi um desdobramento da expansão comercial de orientação mercantilista que caracterizou o início da Época Moderna. Questões relacionadas à ocupação e povoamento manifestavam-se da necessidade de valorizar as terras descobertas, integrando-as às necessidades da economia européia (NOVAIS, 1979). É nessa conjuntura que se define a especialização da produção que deu forma à paisagem econômica da América portuguesa, delimitando áreas exclusivas tanto para a grande lavoura, quanto para a agricultura de abastecimento e a pecuária extensiva (LINHARES, 2002). Alguns reflexos desse modelo de colonização foram comentados pelo geógrafo Josué de Castro, que apontou a ocorrência de fome endêmica na área onde houvera predomínio de lavouras monocultoras como a do açúcar no período colonial. Isso porque, de acordo com o autor, a adoção de um sistema de exploração especializado em um único produto comprometeu a produtividade do solo (CASTRO, 1953). Por sua vez, Gilberto Freyre comenta que a monocultura latifundiária acarretou a carência de víveres frescos, submetendo grande parte da população a um regime alimentar deficiente, assentado no uso constante de peixe seco e farinha de mandioca bem como pela utilização de gêneros importados que, devido às

técnicas de armazenamento da época, muitas vezes chegavam já deteriorados (FREYRE, 1978).

Embora as regiões especializadas na produção de cana-de-açúcar tenham sofrido limitações na manutenção de seu repertório alimentar em função dos constrangimentos resultantes do pacto colonial, a produção de víveres para o consumo interno não foi totalmente desconsiderada. Em relação à escravaria, Stuart B. Schwartz notou que parte dos donos de engenhos na Bahia concedia-lhes áreas para o cultivo de alimentos. Além disso, nas regiões periféricas, isto é, situadas às margens das grandes plantações de cana-de-açúcar, realizava-se o cultivo de inúmeros vegetais, tanto de espécimes provenientes da Europa e adaptados ao meio ambiente americano, quanto dos gêneros nativos. Contudo, note-se que sempre existiu uma hierarquização das culturas: enquanto as melhores terras ficavam disponíveis ao plantio da cana-de-açúcar, os solos mais pobres destinavam-se ao plantio de hortaliças e mandioca (SCHWARTZ, 1998).

Com efeito, ainda que seja possível observar a existência de duas modalidades diferentes de lavoura voltada ao abastecimento da população do Brasil Colonial – sendo uma delas a cultura de subsistência, realizada no âmbito doméstico, e a outra a produção de grandes quantidades de farinha de mandioca, direcionadas aos engenhos e às cidades litorâneas –, essa produção não orientou o horizonte das práticas políticas metropolitanas (SCHWARTZ, 1998).

Havia ainda os roçados cultivados em terras reservadas à plantação de cana. Quanto a estes, os camponeses agricultores sofriam oposição dos senhores de engenho, o que dificultava ainda mais a agricultura de subsistência. Essa relação orientada por interesses antagônicos entre os proprietários de engenho e os pequenos agricultores remete

ao modo de apropriação que cada um desses grupos sociais fazia da terra: enquanto para o grande fazendeiro a mata virgem era um potencial fornecedor de lenha ou de novas terras para futuras plantações de gêneros exportáveis, para o pequeno agricultor, ela era sua única fonte de sobrevivência (SCHWARTZ, 1998). Oportunamente, Gilberto Freyre notou que esse relacionamento funcional entre o senhor de engenho e a mata virgem afastou gradualmente o homem da mata, tornando-a objeto de desdém, a ser tomada como propriedade e transfigurada (FREYRE, 1937).

No entanto, é preciso reiterar o fato de que a descrição de uma colônia essencialmente monocultora não representa a América portuguesa em sua totalidade. As regiões periféricas, situadas tanto ao sul dos grandes centros produtores de cana-de-açúcar, quanto ao norte, não estavam vinculadas de modo tão intenso ao comércio internacional, e com isso, muitas vezes se dedicavam à agricultura de outros gêneros. No Estado do Maranhão, onde o alimento de base também era a mandioca, a produção local proporcionava para o consumo gêneros ainda frescos. Por sua vez, em São Paulo, o meio permitia o cultivo de trigais e videiras, gêneros raros e ambicionados pela população dos centros econômicos da Colônia. Além disso, a distância entre as vilas na região de Piratininga e as regiões centrais serviu de estímulo para que lá se alcançasse certa auto-suficiência. O que, entretanto, não significou necessariamente a abundância de víveres frescos: essa independência em relação aos gêneros importados, somada à opção local pelo milho como alimento de base, representou mais um repertório alimentar particulares da região do que propriamente a melhor qualidade dos alimentos ali disponíveis (BRUNO, 1991).

Mesmo com a produção mais diversificada, grande parte dela dirigia-se ao abastecimento de outras regiões mais importantes na dinâmica interna do comércio colonial. Foi o caso, por exemplo, do empenho de São Paulo para se transformar em região fornecedora de gêneros para as Minas Gerais, na ocasião de seu "súbito" aumento demográfico, motivado pela corrida de colonos vindos de diversas regiões em direção às lavras auríferas. Uma das conseqüências mais patentes do encaminhamento da produção paulista para o crescente mercado consumidor mineiro foi o sacrifício de seu próprio abastecimento (ZEMELLA, 1951). Desse modo, a alta de preços e a carência de mantimento também estiveram presentes em São Paulo, mesmo com sua possibilidade, apenas latente, de manter um repertório alimentar mais diversificado.

O problema do abastecimento de gêneros alimentares nas Minas Gerais também foi condicionado pela política de colonização assentada em sua exploração comercial, de acordo com as necessidades do mercado metropolitano. Embora nesse caso não fosse a monocultura que ocasionasse a carência de víveres, a obsessão dos mineradores pela extração de ouro originou um quase absoluto desinteresse da população pela agricultura, mesmo de subsistência, privando a disposição de gêneros aos habitantes da região e levando-os a crises de fome constantes, sobretudo nos períodos iniciais da exploração aurífera ao final do século XVII e início do XVIII (ZEMELLA, 1951).

Além da inquietação dos mineiros pela extração de ouro, outras circunstâncias contribuíram para a situação de escassez de víveres nas regiões auríferas, todas elas diretamente relacionadas ao exclusivo metropolitano. A primeira é conseqüência do atrófico movimento comercial no

interior da Colônia, totalmente voltado para a monocultura açucareira. Acrescente-se a isso o fato de que os centros produtores comercializavam mais com a metrópole do que entre si, em função das dificuldades do comércio interno na Colônia e da distância das zonas auríferas, que, associadas à precariedade dos métodos de conservação de víveres, também dificultavam seu abastecimento. Afora os problemas apresentados, vale notar que a situação das áreas onde se constituíram as zonas auríferas, até então desabitadas e baldias, contribuíram da mesma forma para a fome na região mineira (ZEMELLA, 1951). Com efeito, segundo Antonio Carlos Robert de Moraes, a ocupação da fachada litorânea em detrimento do interior foi uma diretriz da geopolítica lusitana em sua empresa colonizadora americana (MORAES, 2000).

O terceiro plano ao qual se vincula as opções alimentares na América portuguesa reside na distância da Colônia em relação à Metrópole. Embora a escolha do Nordeste como centro produtor de cana-de-açúcar estivesse apoiada na propensão do local para o cultivo da gramínea, isso revela também a opção por uma área que facilitasse a integração desse espaço à dinâmica internacional de circulação de produtos (MORAES, 2000). Entretanto, a morosidade dos meios de transporte e a ineficiência das técnicas de conservação de alimentos comprometiam a qualidade dos gêneros importados, dificultando a reprodução dos modos de vida metropolitanos na Colônia. Não obstante a preferência por gêneros estrangeiros fosse permanente, a recorrência aos produtos da terra foi definitiva, ainda que relutante (MELLO, 2002).

Com efeito, inúmeras escolhas alimentares são conseqüentes desse distanciamento físico em relação à paradigmática Metrópole. O que estimulou a reelaboração

de opções alimentares tradicionais: para o europeu, alimentos como o pão de trigo, a carne e o vinho traziam consigo a aura da excelência. No caso do trigo, a despeito de sua pequena produção em São Paulo, ele foi paulatinamente substituído pela farinha de mandioca no decorrer do processo de colonização, ainda que se mantivesse o consenso quanto à superioridade do primeiro. Por sua vez, o vinho também, jamais perderia sua primazia, sobretudo por sua carga simbólica. Essa bebida em nenhuma oportunidade encontraria uma substituta, tal como a farinha de mandioca o foi para a de trigo. Primeiramente das Canárias e dos Açores e depois, da Ilha da Madeira, sua importação manteve-se constante, tal como sugeriu Luis da Câmara Cascudo, para quem "era mais fácil o comboio não trazer farinha-do-reino ou azeite doce do que deixar de atestar os porões com as pipas soberanas" (CASCUDO, 1983, p. 816).

Quanto à carne esta se enquadra em outra categoria de alimentos. Sua produção na Colônia resultou da expectativa de uma sociedade que via nela o valor alimentar por excelência. Sem dúvidas uma importante fonte de proteínas, na Europa, a carne adquiriu *status* como um símbolo de poder e prestígio. Sempre associada à abundância, seu consumo remetia ao vigor físico (MONTANARI, 2003). Daí a presença na Colônia de bois, vacas, ovelhas, cabras, carneiros, porcos e aves domesticadas em geral.

Com efeito, a produção e o consumo de carne no repertório alimentar da América portuguesa foram atividades de volume considerável. Notavelmente a criação de gado *vacum* e suínos. Contudo, ao passo que a primeira atividade mobilizava imensos espaços para sua criação – e articulava uma intensa rede de comércio para abastecimento de

grandes centros consumidores – a segunda se limitava à criação doméstica.

Para abordar a criação de gado de corte na Colônia não se pode deixar de lado seu papel enquanto fornecedora de gêneros tropicais para o mercado europeu. Diante disso os engenhos de açúcar eram o centro mais elementar da economia colonial. Note-se que o abastecimento dessas unidades produtoras mobilizava a produção de lugares muitas vezes distantes, uma vez que nas terras posteriormente destinadas às plantações de cana-de-açúcar não era admitida a presença de agricultores. Com efeito, o espaço destinado à pecuária sofreu os mesmos constrangimentos: ainda que os engenhos carecessem bois tanto para o corte como para tração e outras utilizações – como extração de sebo e couro –, sua presença não era consentida de muito boa vontade nas terras próximas aos canaviais.

Muito embora a criação de gado fosse uma atividade desenvolvia de modo paralelo à cultura canavieira – visto que a presença dos bois era indispensável ao funcionamento dos engenhos – o abastecimento de carne foi um problema constante na Colônia. Enquanto a produção de cana-de-açúcar concentrava-se no litoral, a pecuária foi impelida para as regiões interioranas. Com efeito, a história do sertão nordestino está ligada estreitamente à instalação de fazendas de gado, notavelmente sob o modelo da pecuária extensiva. Essa expansão do gado em direção aos sertões estimulou a instalação de fazendas de criação de gado tanto em locais relativamente próximos ao litoral, quanto em áreas mais distantes, submetidas às mais diversas condições de clima e vegetação (ABREU, 1988).

Por sua vez, ainda que a atividade pecuária estivesse fundamentalmente integrada ao sistema da grande lavoura,

são evidentes algumas características inerentes aos criadores de gado que os particularizavam em relação às sociedades típicas dos engenhos de açúcar, notavelmente em sua dimensão política: longe da interferência direta da metrópole, a sociedade pecuarista gozava de amplos poderes sociais e políticos em seus domínios. Essa relativa autonomia dos pecuaristas sertão adentro teve como um dos seus mais evidentes resultados a instabilidade no abastecimento das regiões litorâneas. Ora, uma vez que o tipo de carne mais consumido – tanto nos engenhos produtores de açúcar, quanto nos centros urbanos desenvolvidos ao redor das áreas portuárias – era a bovina, a dependência desses centros consumidores em relação aos criadores de gado sertanejos era notória, o que lhes permitia o efetivo controle dos preços, bem como a qualidade dos rebanhos (SCHWARTZ, 1998).

Essa dependência do litoral nordestino em relação ao abastecimento proveniente do sertão ficou mais evidente a partir do desenvolvimento de um mercado consumidor na região das Minas Gerais por volta do início do século XVIII. No entanto, o sertão nordestino jamais conseguiu abastecer de modo regular o mercado de carne das Minas, principalmente em função da ostensiva perseguição que esse comércio sofreu das autoridades metropolitanas. Por sua vez, essa situação irregular do abastecimento de carne estimulou a criação de suínos, visto que esse espécime exigia menor espaço, podendo, inclusive ser reproduzir na esfera doméstica, seja nos quintais das casas ou em outras dependências que permitissem esse tipo de atividade (ZEMELLA, 1951).

Em síntese, é possível notar uma estreita relação entre as opções alimentares na América portuguesa e seu papel desempenhado enquanto colônia do reino de Portugal. São

notórias as conexões entre as atividades de base e a economia de mercado. Nesse sentido, as opções alimentares no Brasil Colonial estiveram articuladas por um lado, às necessidades de subsistência locais, mas também, por outro, aos interesses da metrópole. Isso, evidentemente, no âmbito da economia. Contudo, é preciso considerar que essas escolhas possuem, também, uma dimensão cultural.

Alimentação, cultura e os limites das escolhas

Os hábitos alimentares são orientados a partir da infância, nos primeiros anos de vida come-se exclusivamente aquilo que é dado, pela mãe ou por quem quer que assista a criança. É desse modo que se aprende a comer e, portanto, nesse momento é que tanto a aparência, quanto o aroma, bem como o paladar que caracterizam os alimentos, concorrerão e se conjugarão no consentimento daquilo que se comerá no decorrer de boa parte da vida. Contudo, enquanto critério valorativo, nenhum desses atributos relativos ao alimento lhes é intrínseco, são aprendizados que variam de uma sociedade para outra, são códigos que identificam e diferenciam grupos sociais adequando-se às referencias específicas de um grupo. É por isso que há grandes dificuldades na reelaboração de gostos e preferências, visto que é difícil romper paradigmas.

Tendo em vista que cada grupo social possui modelos de conduta específicos e, conseqüentemente, padrões alimentares adequados a sua própria realidade, é possível imaginar a dificuldade de um grupo em abrir mão de seus referenciais sem prejuízo de sua identidade. Com efeito, o processo de colonização da América portuguesa foi um palco privilegiado para a observação de diversos processos de reelaboração de modos de agir tradicionais, decorrentes dos

contatos interétnicos que se seguiram a "Época dos Descobrimentos".

Ora, ao tempo da chegada dos europeus no continente americano, a população autóctone tinha o milho e a mandioca como seus alimentos de base. Mais tarde, ambos os gêneros predominariam como base da alimentação na América portuguesa. Contudo, em meio às estratégias adotadas diante da nova situação, cada um dos grupos em relação procurou manter seu modo de vida original: se por um lado os nativos incorporaram técnicas de preparo estrangeiras, por outro, essas técnicas seriam aplicadas em alimentos locais já conhecidos. Por sua vez, os adventícios europeus insistiriam em reconhecer como alimentação ideal e paradigmática os gêneros vindos do reino: apenas na impossibilidade da manutenção do cardápio original é que se verificou opção por outro gênero que pudesse substituí-lo. Quanto aos africanos, estes também procuraram manter uma dieta em torno de um repertório que não contrariasse seu regime alimentar de origem (CASCUDO, 1983; SCARANO, 1994).

No âmbito dessa dinâmica de assimilação e resistência na esfera das preferências alimentares, há elementos que facilitam ou dificultam esse processo. No caso da presença européia na América portuguesa, um dos elementos mais atuantes nesse sentido foi o cristianismo. Gilberto Freyre sugere que a existência de longos e sacrificados períodos dedicados ao jejum entre os cristãos colaborou definitivamente para a insuficiente dieta na Colônia (FREYRE, 1978).

Entretanto, embora exista, de fato, resistência na aceitação de alimentos pelo que nele há de simbólico, há limites à recusa. Tal como observou oportunamente Sérgio Buarque de Holanda, existem traços culturais que são

assimilados em condições específicas e que, para observá-los, "é preciso nunca perder de vista a presença, no interior do corpo social, de fatores que ajudam a admitir ou a rejeitar a intrusão de hábitos, condutas, técnicas e instituições estranhos à sua herança de cultura. Longe de representarem aglomerados inânimes e aluviais, sem defesa contra sugestões ou imposições externas, as sociedades, inclusive e sobretudo entre povos naturais, dispõem normalmente de forças seletivas que agem em benefício de sua unidade orgânica, preservando-as tanto quanto possível de tudo o que possa transformar essa unidade. Ou modificando as novas aquisições até ao ponto em que se integrem na estrutura tradicional" (HOLANDA, 1994, p. 55).

No que se refere aos alimentos e aos hábitos alimentares, esse senso de preservação é ainda maior, tanto em função de seus significados culturais, quanto do alto grau de ritualização envolvido em seu consumo. Os alimentos e todo o sistema de referenciais que os rodeiam são sinônimo, entre outras coisas, de civilidade, sociabilidade e normas de conduta que influenciam definitivamente na ordenação da vida cotidiana (UTERMOHLEN, 1993). Note-se, por exemplo, a grande diferença entre os horários de refeições dos nativos americanos em relação aos dos estrangeiros europeus notada nas crônicas e cartas que retrataram a vida na Colônia. Enquanto os primeiros norteavam seus horários de refeição por conveniência fisiológica, os europeus viam nas refeições um recurso de divisão temporal do dia.

Com efeito, os significados culturais mais agudos se encontram nos alimentos considerados indispensáveis, notavelmente naqueles tidos como base da alimentação para um determinado grupo social. Nesse sentido, vale observar que a mandioca foi o principal alimento de diversos

grupos autóctones americanos. O empenho dos indígenas no cultivo do tubérculo se beneficiou principalmente pela resistência desse vegetal ao meio biótico tropical (AMARAL, 1958). Contudo, havia ainda outros gêneros cultivados sistematicamente, tais como o feijão, o milho, a batata, a abóbora, além de diversos outros tubérculos, gêneros que em boa parte seriam assimilados ao cardápio colonial. No entanto, seria a farinha de mandioca que viria a ser o alimento básico da grande maioria dos habitantes da América portuguesa (CASCUDO, 1983).

Além da mandioca, o milho também ocupou um lugar importante na alimentação colonial. Contudo, ao passo que a utilização da farinha de mandioca se dava principalmente no litoral, a farinha de milho era consumida no interior. Henrique Carneiro sugere que a alimentação na Colônia possuiu dois grandes complexos: "o litorâneo da mandioca e do peixe, e o sertanejo, interiorano, do milho e do porco. Duas farinhas como protagonistas principais: a da mandioca e a do milho, e suas variadas formas de preparo e acompanhamento. No litoral: pirão, tapioca, mingau, moqueca, cauim. No sertão: angu, fubá, canjica, cuscuz, pipoca, jacuba, aluá, catimpuera. O charque, o feijão-de-tropeiro e o arroz-de-carreteiro enriqueceram especialmente o complexo interiorano, na penetração dos sertões" (CARNEIRO, 2003, p. 157).

Sem perder de vista que as adaptações dos estrangeiros aos víveres americanos não ocorreram sem resistências, é possível filiar essa recusa dos hábitos alimentares às súbitas alterações de dieta às "suas conotações simbólicas de *statu* e de especialização do paladar de classe ou de estamento" (MELLO, 1998, p. 269). Nessa perspectiva, Evaldo Cabral de Mello sugere que a aceitação dos gêneros nativos pela elite

açucareira da Colônia só se concretizou com a instabilidade do abastecimento de gêneros importados da metrópole durante as guerras holandesas (MELLO, 1998). Ou seja, numa circunstância em que a única opção possível em detrimento da fome era a utilização da farinha de mandioca, a elite açucareira submeteu-se ao gênero predileto dos nativos.

Nesse sentido, a idéia de que os hábitos alimentares se tornam menos rígidos e mais aptos a adequarem-se a alimentos inusuais em situações cuja escassez torna-se imperativa, foi também apresentada por A. Maurizio em sua *Histoire de l'alimentation végétale*. De acordo com o autor, em casos de extrema necessidade, sobrevém a opção por plantas alimentares outrora inutilizadas como fonte de subsistência, mas que, eventualmente são reabilitadas: os "briseurs de famine". Todavia, observa Maurizio, a essas preciosidades vegetais jamais se atribui *status* similar ao dos vegetais já consagrados após a normalização do abastecimento tradicional (MAURIZIO, 1932).

Com a farinha de mandioca não foi diferente. A despeito de sua adoção em períodos críticos, a farinha de trigo era considerada superior. No entanto, a substituição da farinha de trigo por cereais de qualidade inferior foi uma prática comum na história da Europa, onde diversos cereais panificáveis eram utilizados na fabricação do pão preto, destinado às categorias sociais mais pobres (BRAUDEL, S/DATA). A especificidade desse fenômeno na América portuguesa foi que os cereais de segunda foram substituídos pela farinha de mandioca (MELLO, 2002).

Diante dessa dinâmica que marcou a reorientação dos hábitos alimentares, é possível sublinhar, ainda, o fato de que o cardápio autóctone não foi explorado em sua totalidade. O que se deve, principalmente, à prática difundida na Colônia

de coletar o necessário da natureza local, sem desenvolver a cultura dos vegetais nativos. Além disso, a devastação da flora nos lugares onde a monocultura se impôs comprometeu a disponibilidade de inúmeros frutos. Um terceiro elemento que promoveu o alijamento de parte do cardápio autóctone foi a assimilação de alimentos estrangeiros, provenientes de outras regiões tropicais e que se adaptaram bem na América portuguesa (CASCUDO, 1983).

Com efeito, o processo de interpenetração de culturas na América foi um movimento incessante e que ocorreu em dois sentidos: tanto o estrangeiro associaria condutas indígenas, quanto, os nativos desenvolveriam um novo modo de vida. Quanto a utilização do milho, Sérgio Buarque de Holanda observou que, a despeito da associação de técnicas estrangeiras em seu beneficiamento, a população continuou a preferir "o grão pilado ou apenas pelado ao pilão, de acordo com os métodos usuais entre índios" (HOLANDA, 1994, p. 181). Por sua vez, algumas técnicas venatórias estrangeiras foram adotadas entre a população nativa, ainda que o conhecimento do meio fosse absolutamente herdado dos autóctones. Também a criação de animais domésticos foi aprendida com o estrangeiro, muito embora, nem sempre o emprego da criação se daria de acordo com os modelos europeus (HOLANDA, 1994).

Se, no âmbito da economia de mercado, a colonização do Brasil foi marcada pelo cultivo sistemático de produtos que satisfizessem a demanda européia, deixando para segundo plano a produção de gêneros voltada para o abastecimento interno, no âmbito da vida cotidiana, a alimentação foi motivo de atenção e cuidado permanente. Foi essa a realidade no interior de qualquer grupo social, independente da esfera em que estivesse situado na hierarquia social, ou do

espaço onde habitasse. O dia-a-dia colonial estaria sempre às voltas com a criação de animais domésticos, bem como a manutenção dos roçados (ALGRANTI, 1997). Todas essas atividades dirigidas para a subsistência do grupo e nelas é que se cristalizavam as adaptações e reelaborações culturais que a colonização estimulou.

Tais atividades eram realizadas de modo articulado a outras tarefas para a preparação dos alimentos: ora seria a farinha, que primeiramente deveria ser lavada, para que depois fosse extraída sua toxina; ora seria sua cocção para depois transformá-la em pães, bijus ou bolos diversos; ora era o milho que seria pilado ou moído. Enfim, todo o repertório alimentar a compor o sustento cotidiano era preparado com intensa atividade na esfera doméstica (ALGRANTI, 1997). Portanto, foi no âmbito da vida doméstica que os aprendizados e as trocas culturais ganharam espaço mais notório.

Com efeito, a relação de trocas culturais entre o europeu estrangeiro e os povos nativos da América foi evidente no âmbito da assimilação dos gêneros nativos, ou na implementação e cultivo de espécies importadas. Todavia, essa dinâmica se processava no dia a dia da Colônia, no plantio, preparo e consumo desses alimentos. Diante disso, não se pode deixar de lado a intensa participação dos africanos na vida doméstica e, portanto, sua colaboração nesse intercâmbio cultural. Em *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freyre aponta o papel desempenhado pelo africano na vida doméstica pernambucana do período colonial, e nota que a culinária foi seu principal meio de atuação (FREYRE, 1978).

Se, como observou Florestan Fernandes, ao início da colonização os estrangeiros na América viviam sujeitos à

vontade dos nativos – dos quais dependiam principalmente na esfera da alimentação (FERNANDES, 1960) –, com a introdução maciça de escravos africanos, a cozinha colonial foi enriquecida de sabores variados. A cultura africana atuou não somente pela introdução de condimentos e frutos diversos, como também pela transformação de alimentos portugueses ou indígenas a partir de suas técnicas culinárias (FREYRE, 1978). Contudo, o resultado dessa contribuição extrapola os limites da vida doméstica para instituir verdadeiros centros de alimentação afro-brasileira, tais como Bahia, Maranhão, e Pernambuco.

Por sua vez, os escravos africanos se constituíram como o grupo mais essencial e numeroso da Colônia. Concentrados na realização das atividades produtivas, sua alimentação foi motivo de atenção permanente do senhorio. Oportunamente, Julita Scarano observou que os alimentos destinados a esse grupo não contrariavam em demasia sua dieta original (SCARANO, 1994).

Com efeito, ao passo que a principal região fornecedora de escravos para a América portuguesa foi a África Ocidental, onde a dieta era composta de carne de gado, hortaliças, sorgo, inhame e feijões, na América portuguesa, sempre que possível, os escravos cultivaram o inhame, por preferirem-no em relação à mandioca americana (SCARANO, 1994).

Todavia, ainda que algumas espécies chegassem juntamente com os escravos, notavelmente os alimentos aquilo que lhes parecesse indispensável – como foi o caso do inhame –, a transferência da flora africana para o Brasil Colonial foi bastante limitada. Diante disso, inúmeras resoluções culinárias foram obtidas pela apropriação de vegetais americanos sob formulação africana, e isso se deve

principalmente por sua proximidade com o indígena, que facilitaria seu contato e adaptação ao meio (SCARANO, 1994).

Contudo, não havia diferenças significativas entre o modelo alimentar do escravo e do homem branco livre na América portuguesa. Ambos os grupos consumiam tanto a farinha de mandioca quanto a de milho. Como foi mencionada, tentava-se não contrariar seus preceitos alimentares dos escravos. Entretanto, quando necessário, a mandioca substituiria o inhame africano e, por sua vez, o milho faria a vez do milharete. O resultado disso foi que, para esse grupo, quando não lhes era possível cultivar os produtos de sua preferência, os gêneros locais seriam os substitutos imediatos. Daí seu papel criador no âmbito da culinária (CASCUDO, 1983; FREYRE, 1978).

Mas ainda que houvesse alguma unidade vertical no consumo de gêneros, essa equiparação tinha limites. E o consumo do pão de trigo, destinado essencialmente à elite, seria a linha balizadora desse domínio. Na América portuguesa haveria, sempre, a comida própria do escravo. Para essa categoria social, a disponibilidade dos gêneros residiria na necessidade de nutrir um agente de produção, tendo em vista sua plenitude funcional. Em função disso, a comida do escravo jamais se apresentaria à mesa do senhor tal como se apresentava para o consumo entre a escravaria (SCARANO, 1994).

Com isso, a dieta reservada aos escravos teria sempre uma conotação negativa. Havia notáveis reticências por parte da elite em consumir determinados gêneros, sobretudo à medida que o alimento está sempre associado a seu consumidor: em muitos casos, os víveres destinados aos escravos eram também a base da ração consumida por

bestas, bois, porcos, enfim, alimentos destinados ao sustento de animais de carga ou de tração, e não de gente. Com efeito, a comida sempre se apresentou como elemento de diferenciação social.

Em síntese, a colonização da América portuguesa foi o palco de inúmeras transformações culturais. Tendo em vista que os hábitos alimentares resultam, também, de opções culturais, o Brasil Colonial possibilitou a conjugação de diferentes tradições em que hábitos, técnicas e preferências alimentares ganharam as cores locais. Entretanto, a comida também é um elemento carregado de significados sociais e, em vista disso, garantiu a manutenção de diferenças sociais no seio de uma sociedade onde essa diferenciação devia ser bem demarcada.

Considerações finais

Tal como foi dito anteriormente, as sociedades humanas dedicam especial atenção à produção de alimentos. Definitivamente, a alimentação está presente em todas as dimensões da vida dos homens. Note-se que ela resulta, antes de tudo, da domesticação de animais e da seleção de vegetais. Com efeito, a esse nível biológico da elaboração do repertório alimentar de uma sociedade se articula a sua distribuição. Por sua vez, as atividades envolvidas na distribuição evocam uma rede de inter-relações sociais onde as condições sociais determinam o acesso aos alimentos. E o acesso aos alimentos se articula ao imaginário social, estimulando a criação de critérios de valorização de alguns alimentos em detrimento de outros.

Assim, em todos os níveis, esse sistema alimentar remete de algum modo, a uma escolha. A trajetória dos alimentos, desde sua domesticação até o consumo, é mediada por uma série de instâncias sociais que interferem definitivamente na disponibilidade dos gêneros comestíveis no interior de uma sociedade. Diante disso, a apreciação do tema da alimentação no Brasil Colonial procurou trazer à luz um determinado horizonte da situação alimentar na América portuguesa e, nesse sentido foi possível apontar alguns princípios que nortearam a produção de alimentos na Colônia e também o sistema de abastecimento que a ela se articulava. No entanto, não se pode deixar de lado a dimensão cultural dessas escolhas, uma vez que os processos de incorporação e rejeição de hábitos vinculados à alimentação, bem como as diversas utilizações dos alimentos, correspondem às necessidades materiais do viver cotidiano na Colônia. Portanto, a alimentação na América portuguesa se apresenta necessariamente vinculada tanto à sua condição de colônia, quanto às relações entre culturais a ela intrínsecas.

Referências bibliográficas

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800.* Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988.

ALGRANTI, Leila Mezan. “Famílias e vida doméstica”. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

AMARAL, Luís. *História geral da agricultura brasileira. No tríplice aspecto político – social – econômico.* São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV – XVIII. Tomo I. As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível.* Lisboa: Ed. Teorema.

_____. "Vie matérielle et comportements biologiques". *Annales E.S.C.,* v. 16, n.3: p. 545, 1961.

BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo. Vol. I. Arraial de sertanistas (1554 – 1828).* São Paulo: Hucitec, 1991.

CARNEIRO, Henrique. *Comida e sociedade: uma história da alimentação*, Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1983.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço.* Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1953.

FERNANDES, Florestan. "Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupis". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (direção) e CAMPOS, Pedro Moacyr. *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I. A época colonial. 1º volume. Do descobrimento à expansão territorial.* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

FREYRE, Gilberto. *Açúcar.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Casa-Grande & Senzala.* Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

_____. *Nordeste. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras.* São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Raízes do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LINHARES, Maria Yedda Leite. "A pecuária e a produção de alimentos na Colônia". In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica do Período Colonial.* São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.

MAURIZIO, A. *Histoire de l'alimentation végétale depuis la pré-histoire jusqu'à nos jours.* Paris: Payot, 1932.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630 – 1654*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

_____. *Um imenso Portugal: história e historiografia.* São Paulo: Ed. 34, 2002.

MONTANARI, Massimo. *A fome e a abundância: história da alimentação da Europa.* Bauru, SP: EDUSC, 2003.

MORAES, Antonio C. R. *Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial no "longo" século XVI.* São Paulo: Hucitec, 2000.

NOVAIS, Fernando. A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 – 1808).* São Paulo: Hucitec, 1979.

MATOSSIAN, Mary Allerton Kilbourne. *Poisons of the past: molds, epidemics, and history.* Yale University Press, 1989.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia.* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1963.

SCARANO, Julita. *Cotidiano e solidariedade. Vida diária das gentes de cor nas Minas Gerais, século XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SCHWARTZ, S. B. "O Brasil Colonial, C. 1580-1750: as grandes lavouras e as periferias". In: BETHEL, Leslie. *História da América Latina*, Vol. I. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SOLER, Jean. "As razões da Bíblia: regras alimentares hebraicas". In: Flandrin, Jean-Louis e Montanari, Massimo. *História da alimentação.* São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

UTERMOHLEN, Virginia. "L'horaire des repas et les exigences biologiques". In: AYMARD, Maurice; GRIGNON, Claude; SABBAN, Françoise. *Le Temps de manger: alimentation, emploi du temps et rythmes sociaux.* Paris: Ed. De la Maison des sciences de l'homme: Institut national de la recherche agronomique, 1993.

ZEMELLA, Mafalda. *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII.* São Paulo: FFLCH/USP, 1951.

Caminhos alternativos à inovação científica e tecnológica: o caso da biotecnologia brasileira e o Projeto Genoma Fapesp[1]

Agnaldo dos Santos[2]

Resumo

A hipótese geral deste artigo é a de que o desenvolvimento da biotecnologia no Brasil, após a experiência bem-sucedida do Projeto Genoma Fapesp, estaria encontrando um formato de *trabalho em rede* que poderá criar as condições necessárias para uma *abordagem aberta* de inovação, muito similar à produção por pares encontrada no campo da informática. A demonstração da possibilidade técnica de *ferramentas abertas* criadas pela Iniciativa BIOS da Austrália, está criando as bases para o surgimento de estratégias alternativas de desenvolvimento científico-tecnológico que podem levar à reformulação da proteção à propriedade intelectual baseada exclusivamente em patentes de processos e ferramentas de pesquisa.

Palavras-chave: Projeto Genoma; Tecnologia; Propriedade Intelectual; Ciência; Patentes.

Abstract

The general hypothesis of this paper is that the development of biotechnology in Brazil, following the successful experience of Genome Project carried out by Fapesp, would be finding a *networking* format that will be able to create necessary conditions for a *open source approach* to innovation, very similar to peer production found in the computing field. The demonstration of technical possibility of *open source tools* developed by BIOS Initiative in Australia, is building the basis for the arising of alternative strategies of scientific and technological development which can lead to reformulation of protection of intellectual property rights based exclusively on patents of processes and research tools.

Keywords: Genoma Project; Technology; Intellectual Property; Science; Patents.

---

[1] Esse texto é baseado em reflexões realizadas em minha tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo em 2006.

[2] Doutor em Sociologia pela FFLCH-USP, professor da Universidade Nove de Julho e pesquisador do Instituto Pólis. Endereço eletrônico: santos_ag@msn.com

Introdução

Este texto é uma contribuição para o debate acerca das possibilidades de desenvolvimento científico e inovação tecnológica a partir de paradigmas alternativos aos mecanismos atualmente existentes, que utilizam instrumentos de proteção à propriedade intelectual que reforçam ainda mais a dinâmica concentradora de capital. Gostaríamos de aproveitar essa reflexão para indicar também como plataformas abertas de inovação tecnológica podem ser interessantes para aqueles setores da sociedade que se colocam contra o desenvolvimento da biotecnologia de matriz transgênica, entre outros fatores porque reforçaria exatamente essa concentração de capitais nas mãos das corporações transnacionais.

O caso que tomaremos para discutir a idéia de inovação aberta, de forma mais detida e conceitual, é o do seqüenciamento genético da bactéria *Xyllela Fastidiosa* pelo Projeto Genoma Fapesp, comparado com iniciativas de biotecnologia aberta do projeto australiano BIOS CAMBIA. A primeira técnica possibilitou mapear a seqüência de genes de uma bactéria que ataca laranjas, logo possibilita encontrar soluções genéticas para combatê-la. No segundo caso, temos o desenvolvimento de vetores de transferência genética de um organismo para outro – a famosa engenharia genética transgênica – que utiliza um padrão aberto, com licenças de uso da técnica similares a aquelas dos *softwares* livres na informática.

Construímos nosso texto da seguinte maneira: primeiro uma rápida exposição acerca do nosso entendimento sobre a

relação homem *versus* natureza a partir do paradigma marxiano, que pode nos ajudar a compreender o sentido do desenvolvimento das forças produtivas; depois uma discussão sobre propriedade e bens não-materiais na “nova economia” digital, que sugerem uma mudança significativa nos meios pelos quais o capital procura se reproduzir; por fim, procuraremos indicar como a biotecnologia brasileira reúne condições de utilizar de forma bastante eficiente plataformas abertas de inovação, além de erguer ambientes capazes de facilitar o controle social dos produtos biotecnológicos.

Natureza socializada em Marx

As ciências humanas, que nasceram com a clara intenção de demarcar seus limites para com as "ciências da natureza", fizeram notar em seus primórdios que o meio ambiente, ainda que fator real nas interações humanas, não era de maneira nenhuma fator determinante das relações sociais. Giuliani (1998) indicou como os autores fundadores da tradição sociológica (Marx, Durkheim e Weber), ainda que por interpretações distintas, compreendiam o caráter secundário das forças naturais no meio social.

De fato, ao visitarmos os escritos de juventude de Marx (os *Manuscritos Econômicos Filosóficos*) encontraremos a idéia de uma relação com a natureza pautada pelo crivo social, em particular com a maneira como essa natureza é apropriada. É possível afirmar que o filósofo alemão considerava apenas a natureza "humanizada" pelo homem que, sendo um elemento do processo produtivo, apenas estaria "livre" quando os próprios homens superassem as relações de exploração. Mesmo uma reforma agrária, como partilha da terra (e, portanto, da natureza) encontraria limites

e manteria as amarras da "servidão humana" se não se desprendesse do conceito fetichizado de propriedade:

> "Dessa forma, quando a divisão da propriedade agrária tem lugar, a única alternativa é regressar a uma forma mais abominável de monopólio, ou, então, negar e extinguir a própria existência da propriedade agrária. Entretanto, não se trata de um retorno à propriedade feudal, mas da eliminação da propriedade privada na terra e no solo. A primeira eliminação do monopólio forma sempre a sua generalização, a extensão de sua existência. A invalidação do monopólio, que alcançou sua mais ampla e global existência, é a sua completa ruína. Aplicada à terra e ao solo, a associação tem a vantagem, do ponto de vista econômico, da grande propriedade agrária e realiza ao mesmo tempo a tendência original da divisão da terra, ou seja, a igualdade. A associação recompõe a íntima relação do homem e a terra de maneira racional e não por meio da servidão, do domínio senhorial e de uma absurda mística da propriedade. A terra deixa de ser um objeto de desprezível especulação, e, por meio do livre trabalho e da livre posse transforma-se em propriedade verdadeira e pessoal do homem" (Marx, 2002, p. 108).

Vemos que as relações que os homens estabelecem entre si são as condições que estruturam a maneira como eles irão se relacionar com a natureza. Somente uma relação de homens "livres e associados" tornaria possível, segundo Marx, uma recomposição entre o ser humano e a terra. Em sua interpretação Giuliani teria observado que:

> "Se tudo em Marx volta de novo para a sociedade, se a natureza que vale é a humanizada e se a natureza é vista como um limite à expansão das potencialidades do homem, mais do que o reino da realização de sua própria natureza, por outro lado é presente para ele um projeto de sociedade capaz de romper com a concepção da natureza como exclusivo campo de aproveitamento utilitário. Nas partes em que se refere à futura sociedade

> comunista, a sociedade sem classe é também a sociedade de reconciliação do homem com a natureza" (*op. cit*., p. 6).

Engels, em sua *Dialética da Natureza*, procurou argumentar como a natureza, apesar de sua "história" e de seu rumo próprios, só é importante na medida em que o homem está nela e passa a interferir nela, pois dessa interferência é que surgiriam as condições para sua própria emancipação:

> "Com o homem, entramos *na* história. Também os animais têm uma história: a de sua descendência e desenvolvimento gradual até seu estado atual. Mas essa história é feita *para* eles e, na medida em que eles mesmos dela participam, se realiza sem que o saibam ou queiram. (...) Mas, se aplicarmos essa medida à história humana, (...) verificaremos que inclusive entre eles persiste ainda uma colossal desproporção entre os objetivos fixados e os resultados obtidos (...). E não pode ser de outra maneira, enquanto a principal atividade histórica do homem, aquela que o elevou da animalidade à humanidade, (...) enquanto essa atividade estiver submetida ao jogo flutuante de influências indesejáveis, de forças não controladas, só excepcionalmente se realizando o objetivo desejado, mas com maior freqüência, exatamente o contrário. (...) Somente uma organização consciente da produção social (...) pode elevar os homens, também sob o ponto de vista social, sobre o resto do mundo animal, assim como a produção, em termos gerais, conseguiu realizá-lo para o homem considerado como espécie. A partir daí, iniciar-se-á uma nova época histórica, em que os homens, como tais, (e com eles, todos os ramos de suas atividades, especialmente as ciências naturais) darão à sociedade um impulso que deixará na sombra tudo quanto foi realizado até agora (Engels, 2000, p. 26-27).

Fica evidente que falar nas relações homem-natureza implica necessariamente considerar as *relações políticas*

estabelecidas entre os homens, logo a transformação da natureza em *mercadoria apropriada privadamente* só pode encontrar tratamento (para consolidar, reverter ou alterar a rota dessa transformação) nesse registro. O que podemos ver nessas rápidas passagens é que a tradição marxista considerava a transformação da natureza e a transformação da sociedade como realidades complementares, expressando um certo otimismo no que se refere à relação homem-natureza.[3]

Como acreditamos que a ciência e, especialmente, a tecnologia não são esferas soltas e acima das relações sociais e aceitando o pressuposto marxiano de interferência na natureza mediada pelas relações sociais, então, teremos de verificar qual é exatamente a incidência das mudanças sociais no campo tecno-científico e vice-versa. Nossa perspectiva será, portanto, a de evitar uma análise maniqueísta do papel que os organismos geneticamente modificados poderão desempenhar na sociedade brasileira. Eles, assim como os demais produtos resultantes da biotecnologia, podem representar uma tentativa dos atores sócio-econômicos brasileiros em "agregar valor" aos produtos nos quais se pode aumentar a competitividade internacional. De um ponto de vista do desenvolvimento econômico, surge como uma necessidade e não pode ser simplesmente negligenciada. A dinâmica que a inovação tecnológica experimenta em geral reflete as mudanças que ocorrem na própria sociedade, e esta acaba igualmente sendo influenciada pela dinâmica tecnológica. Toda nossa

[3] Em relação às reflexões de Engels, é curioso notar que, apesar de muito do que ele discute nesse livro sobre ciência tenha sido superado já nos últimos anos do século XIX e do forte traço evolucionista típico da época, ele teve duas intuições que efetivamente foram muito discutidas anos depois na física e nas humanidades: a da incerteza (presente nos trabalhos de Werner Heisenberg) e das limitações sociais da ciência (tema caro à Escola de Frankfurt).

argumentação sobre a ascensão de modelos abertos de inovação vai ao encontro dessa constatação. A Embrapa, os laboratórios das universidades e os centros de pesquisa das pequenas e médias empresas apresentam condições de promover a intersecção dos interesses governamentais (de consolidação de um setor estratégico cientifica e comercialmente), privados (desenvolvimento de pesquisas em parceria com laboratórios das grandes e pequenas empresas, consolidação dos mesmos no país e diferenciação nos produtos para exportação) e públicos (desenvolvimento de tecnologias que atendam aos interesses dos pequenos e médios produtores, bem como dos consumidores que buscam alimentos mais nutritivos ou novos fármacos a preços acessíveis). O modelo a ser seguido é apontado mais à frente em nosso texto pela experiência do Projeto Genoma e seu formato de rede, que possibilitou o seqüenciamento de uma bactéria responsável por fitopatologia que atinge a produção de laranja. A adoção da biotecnologia, lançando mão das facilidades criadas pelos ambientes abertos de inovação, contornando alguns obstáculos impeditivos gerados pelos altos custos impostos pelo pagamento de *royalties* às corporações das "ciências da vida" (no âmbito da pesquisa), indica possibilidades de elevar não só a quantidade de produtos desenvolvidos em seus laboratórios, como também de flexibilizar os excessos na proteção patentária sobre produtos e processos de pesquisas transgênicas, hoje em poder dessas grandes corporações.

Mas notamos que essa intersecção de interesses não ocorreu ainda por uma série de fatores, que envolvem orientações políticas em luta no Executivo (desde o Governo Fernando Henrique e também no Governo Lula), desobediência civil dos produtores agrícolas que plantaram

transgênicos sem autorização legal entre 1995 e 2004 e relutância ideológica de expressivos segmentos da sociedade civil, somadas às dificuldades para os agentes inovadores promoverem suas pesquisas e desenvolvimento tecnológico. Acreditamos ser fundamental investigar a viabilidade de outra relação que não seja a da mera submissão dos interesses nacionais aos laboratórios das empresas transnacionais ou da simples negação dessa tecnologia em nome de um preservacionismo radical que encontra dificuldades de propor alternativas para a questão. O domínio dessa tecnologia por parte de institutos de pesquisa públicos ou com alguma relação com redes da sociedade civil poderá gerar um círculo virtuoso, não apenas econômico, mas também de controle social das opções técnicas e científicas.

Acreditamos que esse é um bom terreno para uma análise daquilo que Karl Polanyi (2000) chamou de "processos econômicos institucionalizados", ou seja, como a *mercantilização crescente da vida moderna* acaba por provocar respostas da sociedade a essa mercantilização, por meio de arranjos institucionais que procuram amenizar os impactos dessa lógica mercantil aplicada às demais esferas da vida, viabilizando a própria economia de mercado por meio da regulação legal dos agentes econômicos. A nós parece claro que o problema é articular a lógica privada com a pública, de modo a que o interesse público não seja submetido a interesses de poucos agentes privados, evitando novas modalidades de "moinho satânico".

Polanyi procurou demonstrar como a criação da economia de mercado na Europa, logo estendido para o além-mar, foi um artifício sem precedentes (em termos de magnitude) na história. A necessidade de garantir regras para esse mercado, tendo como princípios a defesa da

propriedade privada e o livre comércio, acabou gerando um movimento de resposta (reacionário ou revolucionário, dependendo do segmento) por parte da sociedade. Notou o autor que uma mesma lógica ligava a mercantilização da natureza e do homem (sua força de trabalho):

> "Os perigos que ameaçavam o homem e a natureza não podem ser separados simplesmente. As reações da classe trabalhadora e do campesinato à economia de mercado levaram ao protecionismo, a primeira principalmente sob a forma de uma legislação social e de leis fabris, a última sob a forma de tarifas agrárias e de leis fundiárias. Todavia, havia essa importante diferença: numa emergência, os fazendeiros e os camponeses da Europa defenderam o sistema de mercado que a política das classes trabalhadoras ameaçava. Embora a crise do sistema inerentemente instável fosse acarretada por ambas as alas do movimento protecionista, os estratos sociais ligados à terra estavam inclinados a um compromisso com o sistema de mercado, enquanto a ampla classe do trabalho não se furtava a quebrar suas regras e desafiá-lo abertamente" (*op. cit.*, p. 227).

Sem entrar aqui no mérito do caráter - conservador ou reformador - desse protecionismo, importa atentar nas reflexões de Polanyi a estrutura institucional que a sociedade impôs às leis "naturais" (alguns diriam cegas) do *laissez-faire*. Os arranjos encontrados (leis fabris e trabalhistas, leis para controlar a formação de monopólios), variando temporal e espacialmente, procuraram por uma concertação das forças em disputa a fim de garantir minimamente a coesão dos laços sociais que a economia de mercado tendia a corroer. Desse modo, mesmo sem superar a sociedade capitalista, essa legislação social e trabalhista vai colocando "cunhas" no

avanço desestruturador das forças cegas do mercado que poderiam levar a uma insuperável crise de sociabilidade.

Pensando no caso da biotecnologia contemporânea, a transformação da natureza em mercadoria e em elemento do processo produtivo, manipulável está longe de decisões tomadas de forma neutra ou "objetiva", a partir de dados da realidade que falam "por si só". A sua própria manipulação (e manufaturamento) indica que ela é feita em função de algum objetivo, para atender a determinados interesses. O que parece estar ocorrendo no ambiente da inovação tecnológica que estamos analisando é que a multiplicidade de interesses (comerciais e científicos) estaria construindo uma resposta ao crescente *cercamento* promovido pelo regime de patentes utilizados pelas grandes transnacionais; daí estaria surgindo redes de inovação "aberta" promovidas por pesquisadores acadêmicos e também por alguns laboratórios privados. E elas são possíveis exatamente porque surgiram instrumentos técnicos com poucos custos que facilitam a interconexão de grupos de pesquisa em locais os mais diversos, notadamente a *internet*.

Seria importante, pensando em nosso objeto de estudo, identificar os mecanismos que, conjugados, favoreceriam a ascensão e o desenvolvimento de empresas nacionais de biotecnologia. Outros setores da economia podem nos indicar esses percursos. Alguns estudos indicam que o desenvolvimento tecnológico dos países chamados de *recentemente industrializados* não foi apenas uma obra das livres forças de mercado, pelo contrário, foi a conjugação de esforços entre decisões de Estado e "parcerias" com o setor privado. Isso significa que a promoção e o desenvolvimento tecnológico não ocorrem simplesmente por obra e graça do Estado, mas também não ascende espontaneamente de

interesses privados presentes na sociedade civil (nesse caso, do mercado). Peter Evans (2004) apresenta um argumento interessante: as experiências dos países asiáticos - Japão, Coréia do Sul e Taiwan - e casos específicos na Índia e no Brasil indicariam uma forte correlação entre uma robusta *burocracia* próxima ao tipo ideal weberiano, com inquestionável *autonomia* frente aos interesses particulares, e uma real *parceria* com o setor privado, incentivado a desenvolver produtos com grande valor agregado, com capacidade competitiva no exterior. Se estamos preocupados com a possibilidade de um verdadeiro desenvolvimento biotecnológico no país (Evans se debruçou mais especificamente sobre o caso da indústria de informática), então teremos de considerar as variáveis "não mercantis" desse arranjo econômico.

O sentimento *corporativo* dos funcionários públicos desses países estudados por Evans, alguns egressos das mesmas escolas e universidades, com forte sentimento de dever e honra ao cumprimento das normas institucionais, possibilitou a consolidação de um *staff* que possibilitava ao Estado resistir às investidas de setores privados ansiosos por "comprar" favores dos governantes. Na verdade, foi a existência dessa burocracia competente que possibilitou uma relação mais criativa e construtiva com a sociedade:

> "O capital privado, especialmente aquele organizado dentro de estreitas redes oligopolistas, provavelmente não vai proporcionar para si mesmo um mercado competitivo. Tampouco um Estado que é simplesmente um reflexo passivo desses interesses oligopolistas será capaz de impor algo que os empresários não querem dar a si mesmos. Somente um Estado que é capaz de agir de forma autônoma pode oferecer esse 'bem coletivo' essencial. A parceria é necessária para obter

> informações e implementar políticas, mas sem autonomia a parceria vai degenerar em um supercartel, com o propósito, como todos os cartéis, de proteger seus membros das mudanças no *status quo* (Evans, 2004, p. 91).

A idéia inspiradora das reflexões desse autor é a relação que ele chama de "parceria com autonomia", ou seja, que o desenvolvimento tecnológico deve se pautar em uma relação em que tanto o Estado quanto a sociedade consigam ser fortes e autônomos, para aí sim desenhar com mais segurança estratégias nacionais. As constatações que Evans fez no caso dos países que procuraram adotar o desenvolvimento da indústria informática parecem válidas também para a biotecnologia. As decisões que deverão ser tomadas pelos promotores da tecnologia dos organismos GM serão melhor definidas se, além do Estado, os diversos representantes da sociedade civil – cientistas do setor público, as empresas nacionais de biotecnologia dos "cientistas-empreendedores", produtores agrícolas, representantes dos trabalhadores, dos consumidores e ambientalistas – encontrarem um efetivo canal de diálogo e colaboração. Uma rede de colaboração mais intensa já está ocorrendo entre os participantes da comunidade científica e já dá sinais de que pode ser promovida pela iniciativa privada, e como veremos está se constituindo em uma possibilidade de driblar as restrições à inovação científico-tecnológica.

Dessa maneira, vemos que refazer a trajetória das decisões públicas e privadas sobre a questão dos transgênicos é fundamental. Sem essa discussão – que procura a gênese social da inovação tecnológica como também os constrangimentos que essa sociedade precisa impor para se proteger – o debate sobre transgênicos fica relegado ou à

rejeição inflexível ou ao enviesado pragmatismo economicista das grandes corporações.

Valor, Propriedade, Troca e Bem Comum

A Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI ou WIPO, na sigla em inglês), indica em seu sítio na internet a importância em utilizar instrumentos de defesa da propriedade intelectual, em especial a patente, para garantir o incentivo à criação e à invenção nos mais diversos ramos de atividade, da cultural até a científica:

> "A propriedade intelectual é um conceito jurídico que está relacionado com as criações da engenhosidade humana. Tais criações, sejam elas invenções, desenhos ou modelos, marcas ou obras artísticas, coreografias de balés, a escultura ou a fotografia são consideradas e protegidas como propriedade durante certo tempo, sempre que os criadores respeitem certos critérios tais como, por exemplo, a originalidade, definidos pelas leis pertinentes. O sistema de propriedade intelectual é dinâmico e se caracteriza por sua capacidade de evolução e adaptação. Os progressos tecnológicos atuais, especialmente nas esferas das tecnologias da informação ou da biotecnologia, assim como a evolução da própria sociedade, exigem necessariamente uma reavaliação constante desse sistema. As mudanças raramente ocorrem sem suscitar de início debates - e com freqüência controvérsias - nos níveis nacional e internacional".[4]

Essa definição é, de uma maneira geral, bastante aceita entre cientistas, artistas e demais criadores, inventores e inovadores, pois representaria a garantia de recompensa pela

[4] "Propiedad intelectual y recursos genéticos, conocimientos tradicionales y folclore". Disponível em <http://www.wipo.int/about-ip/es/studies/publications/genetic_resources.htm> Acessado em 20/01/2006. Tradução própria.

inventividade e criatividade. Contudo, a menção ao dinamismo propiciado pelo sistema de patentes esconde um fato extremamente importante para o tema que estamos discutindo (que é a liberdade como condição de criação): a ampliação sem precedentes da regulação de propriedade intelectual.

Um dos temas que mais foram explorados por toda a literatura acerca das sociedades "pós-industriais" e "pós-modernas" é que o capitalismo ingressou numa nova fase, distinta do mercado concorrencial do século XIX e do mercado oligopolista do início do século XX, algo que alguns autores de orientação marxista chamaram de *capitalismo tardio*. Nesse contexto, a produção de mercadorias – ainda a pedra angular desse modo de produção – ganhou novas feições, que inclusive poderiam até mesmo questionar a famosa e convencional distinção entre "infraestrutura" e "superestrutura". Tomado um dos autores que discutiram esse questão, vemos que a cultura (no sentido mais amplo do termo, incluindo aí informação e conhecimento) e a economia não são mais apenas esferas sociais semi-autônomas, mas formam uma *totalidade*, em que todas as dimensões do real são permeadas pela lógica do capital, inclusos aí a Natureza e o Inconsciente:

> "A força do conceito de mercado está, pois, em sua estrutura 'totalizante', como se diz hoje em dia, ou seja, em sua capacidade de nos fornecer um modelo da totalidade social. Ela nos proporciona uma maneira diferente de deslocar o modelo de Marx: diferente da já bem conhecida mudança weberiana e pós-weberiana do econômico para o político, e da produção para o poder e a dominação. Mas o deslocamento da produção para a circulação não é menos profundo ou ideológico, e tem a vantagem de substituir as representações antediluvianas da fantasia que

> acompanhava o modelo de 'dominação', de *1984* e *Despotismo oriental* até Foucault – narrativas um tanto cômicas na nova era pós-moderna –, por representações de ordem completamente diferente(...)" (Jameson, 2004, p. 279).

Assim, a incorporação de todas as dimensões da realidade à lógica do capital faz com que alguns campos antes apenas potencialmente capazes de serem integrados ao processo de produção e reprodução passem a ter pertinência econômica singular, como o conhecimento científico (associado ao conhecimento tecnológico).[5] Por seu turno, o próprio campo econômico (e por extensão a produção) passa a ter características similares às da cultura e do conhecimento, como a *virtualidade* e a *imaterialidade*. Isso implica dizer que o conceito de propriedade passa a ter vigência onde até então prevalecia a compreensão de algo como "domínio público" ou *commons*, na tradição européia. Muda também a abrangência da proteção à propriedade intelectual.

As garantias de exclusividade atribuídas a ela foram ampliadas significativamente no decorrer da últimas décadas, ao passo que as tecnologias de restrição de uso (códigos de restrição nos programas de computador ou sementes estéreis, por exemplo) aumentam ou prometem aumentar ainda mais o poder das patentes e do *copyright.* A isso somamos a própria dinâmica econômica das transnacionais, que por meio da concentração dos negócios tende a diminuir um ambiente mais competitivo e de incentivo a uma criatividade socialmente mais horizontal. As adaptações que

[5] "(...) nenhum biólogo molecular importante que conheço deixa de ter interesse financeiro no negócio da biotecnologia (...); a questão [da propriedade] está no âmago de tudo que fazemos" (Lewontin, 1992 *apud* Hobsbawm, 1995, p.535).

o desenvolvimento tecnológico sugere e necessita não são a ampliação dos direitos de propriedade (como querem as grandes corporações), mas sua flexibilização (Lessig, *op. cit.,* p. 180).

É preciso conceituar bem a natureza da mercadoria, para compreender o que vem a ser "direitos de propriedade" e "propriedade intelectual". A definição clássica (smithiana) da economia política, depois reinterpretada por Marx, compreende a mercadoria como um bem físico carregado de valor, elaborado em um processo produtivo cujo agregador de valor é o trabalho humano. Nesse processo produtivo a instituição estruturante é a propriedade privada dos meios de produção. Sobre a mercadoria produzida nesse processo reinaria, portanto, direitos de propriedade de quem contratou a mão-de-obra que fez mover os meios de produção necessários para tal elaboração. Ocorre que estamos aqui tratando de um tipo muito específico de propriedade, que não possui exatamente o formato material das mercadorias.[6] Ela surge não por meio de um processo produtivo clássico, mas por meio de investigação técnica e científica que gera um produto ou, mais comum nesses casos, uma *informação* capaz de garantir um *processo* de elaboração de um futuro produto, aí sim uma mercadoria em seu formato convencional (um carro, um medicamento, um disco compacto, uma batata transgênica). Em outras palavras, esse trabalho intelectual estaria também gerando e

[6] "(...) As idéias são o que os economistas chamam de *bens não rivais*. Bens rivais, como alimentos, combustível e ferramentas, são feitos de matéria e energia. Se uma pessoa os usa, outras não podem usá-los, pois, como diz o ditado inglês, 'não se pode comer o bolo e tê-lo'. Mas as idéias são feitas de *informação*, que pode ser duplicada a um custo ínfimo. Uma receita de bolo, a planta de um edifício, uma técnica para cultivar arroz, a fórmula para um medicamento, uma lei científica útil ou um programa de computador podem ser dados a outros sem que nada seja subtraído de quem deu. A aparentemente mágica da proliferação de bens não rivais recentemente vem trazendo novos problemas relacionados à propriedade intelectual, à medida que vamos tentando adaptar um sistema legal baseado na posse material ao problema da posse de informação – como gravações musicais – que pode facilmente ser compartilhada via internet (Pinker, 2004, p. 327).

agregando valor às mercadoria, na forma de "bens simbólicos".

Conforme a interpretação de um outro intérprete marxista para essa nova forma de valor, temos que tais bens simbólicos

> "Representam (...) um gasto de trabalho e cristalizam um novo valor, que se incorpora ao valor final dos produtos e, do ponto de vista quantitativo, rivaliza com o valor criado pela produção materializada. Inovações tecnológicas de certa importância (a exemplo de uma droga farmacêutica revolucionária, um programa de computador ou um material inventado em laboratório) têm custo elevadíssimo, que as empresas recuperam através da incorporação fracionada por unidade de produto resultante da inovação" (Gorender, 1999, p. 163).

O que une esses dois tipos de propriedade (convencional/material e intelectual) é o fato de que algum investimento é realizado pelo indivíduo ou organização empresarial que possui o capital necessário ao empreendimento. A distinção, como vimos, ocorre em função da natureza diversa dessas propriedades (em que existe ou não materialidade) e quanto ao tipo de agregação de valor a mais ao produto final. De acordo com Gorender, a conversão da ciência (e do conhecimento tecnológico) em força produtiva não é estranha às reflexões de Marx, pelo contrário. O que poderia parecer estranho a essa tradição filosófica é a contração do número de trabalhadores envolvidos diretamente com a produção "material" e a expansão de atividades do chamado setor terciário (que englobaria Pesquisa e Desenvolvimento [P & D], que nessa perspectiva passa a compor valor por ser uma força produtiva), sem uma mudança estrutural da sociedade, ou

seja, uma revolução (*id*., *ibid*.). Portanto, os citados gastos elevados e a preocupação com a proteção à propriedade intelectual colocariam em um mesmo registro, apesar das singularidades, tanto a propriedade material quanto a intelectual, pois ambas garantiriam a produção e a reprodução da vida humana sob o capitalismo.

Mas haveria também um outro ponto em comum – ambas as propriedades são em algum grau um produto derivado de trabalho ou conhecimento pretérito. Mais: em uma sociedade globalizada e complexa como a contemporânea, só é viável esse tipo de elaboração / invenção se ela estiver inserida em alguma modalidade de *rede*, dada as estruturas setoriais porém interligadas do mercado. Segundo a definição de Castells (2005), essa nova fase de acumulação capitalista difere de outras fases porque os fatores da produtividade não estão mais circunscritos ao aumento da mão-de-obra e recursos naturais (modo agrário de desenvolvimento), nem à introdução de novas fontes de energia e de sua descentralização (desenvolvimento industrial). Agora, "(...) a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimento, de processamento da informação e de comunicação de símbolos" (p. 53). Se entendermos tecnologia como "o uso de conhecimentos científicos para especificar as vias de se fazerem as coisas de uma maneira reproduzível" (Brooks e Bell *apud* Castells, 2005), então poderíamos acrescentar no rol das tecnologias da informação todo o "(...) conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (*software* e *hardware*), telecomunicações/radiodifusão e optoeletrônica. Além disso

(...) a engenharia genética e seu crescente conjunto de desenvolvimentos e aplicações"[7] (*op. cit.*, p. 67).

Ainda no registro marxiano, é possível argumentar a favor do caráter produtivo do conhecimento, na esfera do chamado setor terciário (ou seja, fora do setor industrial convencional), quando olhamos os termos propostos por outro renomado interprete brasileiro desse paradigma:

> "O que Marx sustentou foi que nem todo trabalho que se troca por capital (isto é, trabalho assalariado em empresa capitalista) é necessariamente produtivo. (...) Na medida em que essas atividades produzem valores de uso, sob a forma de mercadorias capitalistas, o trabalho nelas despendido é 'produtivo para o capital' no sentido que Marx dá a esse conceito. (...) O essencial – e isso Marx não se cansa de repetir nas *Teorias da Mais-Valia* (volume 1) – é que um produto do trabalho social não precisa ser material para ser uma mercadoria. Para tanto, basta que tenha valor de uso e valor de troca" (Singer, 1982, pp. XVIII-XXIX - introdução).

Indubitavelmente, é uma tarefa inglória – para não dizer impossível – buscar com precisão o quanto de valor criado no passado (Marx diria trabalho morto) existe em uma mercadoria ou propriedade intelectual e quanto há de mais-valor ou valor novo por unidade produzida. Mas essa dificuldade não nos exime de buscar exatamente aí como desatar o nó da questão. A criatividade e a invenção não são elas próprias tributárias da engenhosidade do passado, e não avançaram exatamente porque havia algum grau de liberdade de acesso a processos e informações de pesquisa? Esse conhecimento consegue avançar estando restrito a

[7] Mesmo aceitando a sugestão de Mowery e Rosenberg (2005) quanto à possibilidade de desenvolvimentos tecnológicos sem aporte inicial de conhecimento científico (e de ocorrer muitas vezes aporte tecnológico para o avanço científico), acreditamos que a intercambialidade de ambos os conhecimentos justifica esse raciocínio.

apenas poucos atores capazes de aperfeiçoar e mesmo criar algo novo tomando o conhecimento pretérito?

Para alguém que defende a proteção convencional da propriedade intelectual, essa questão não seria motivo de dissenso. Ele argumentaria que é exatamente isso que faz do sistema de patentes um sistema justo, por premiar a criatividade e a invenção do passado. Mas esse sistema permitiria ainda (sem nenhum tipo de restrição) promover um trabalho cooperativo em rede, sem aqueles obstáculos legais à criatividade construídos precisamente para defender os engenheiros, artífices e artistas? Estaríamos testemunhando um renascimento dos cercamentos (*enclosures*) do final da Idade Média, porém bem mais maléfico, porque pode trazer uma série de obstáculos ao desenvolvimento científico, e não a sua livre circulação? Ou, pelo contrário, vemos agora uma lenta transmutação da própria essência do capitalismo, que é a mercadoria?[8]

Os pensadores do movimento do *open source* parecem apostar na viabilidade da segunda alternativa (para manter um moto-contínuo de inovação, é preciso desenvolver alternativas abertas de inovação), ainda que seja possível apenas construir hipóteses a respeito de sua viabilidade a longo prazo e apesar da forte resposta dos grandes conglomerados corporativos transnacionais no sentido de cercear a liberdade de criação por parte de agentes independentes, procurando manter esse novo tipo de

[8] É possível estabelecer um paralelo com a discussão levantada por Polany e seus seguidores. Ao mesmo tempo que em seu nascedouro a economia de mercado derrubava as barreiras "artificiais" do Antigo Regime, que dificultavam o livre comércio, também liberou um poder de mercantilização da vida que – levada ao limite – acabaria por destruir fisicamente aqueles que fazem mover as forças produtivas: os trabalhadores. Daí então a necessidade da sociedade em recriar contenções à lógica cega dos mercados; essa "artificialidade" (antes bloqueadora do novo, agora garantia de estruturação da vida social) está presente no próprio espírito que levou ao *Welfare State* e à revitalização da economia de mercado, na segunda metade do século XX.

mercadoria nos mesmos ditames da velha *forma material.*[9] Os investidores privados, interessados em acessar informações indispensáveis para a promoção da inovação tecnológica, vão gradativamente percebendo que acessar e disponibilizar informações em redes de colaboração podem aumentar as chances de identificar as áreas mais promissoras (os "nichos") para alocar recursos que possibilitarão a exploração econômica de algum produto, mesmo que em determinados casos não exista processos cobertos por patentes e, portanto, a exclusividade.

Temos então que essa contradição – criação e inovação sofrendo entraves por parte dos atores mais bem-sucedidos em seus respectivos setores – parece ser uma constante no padrão capitalista de acumulação, mas os avanços da informática e das telecomunicações podem elevar, num efeito não-previsto, a patamares nunca antes vistos o questionamento da inibição que está paradoxalmente ocorrendo com uma máxima do pensamento liberal, que é a competição. A discussão travada no campo da produção cultural exposta por Lessig, ainda que tenha suas particularidades (*copyright* não é o mesmo que patente), indica uma tendência geral no campo da inovação e da invenção: as grandes corporações não desejam ver a ampliação de um espaço de "domínio público" porque em tese isso implicaria concorrência em relação aos seus produtos e processos (Lessig, 2005, p. 252-253). Se o problema no caso do *copyright* estudado por Lessig é a extensão infinita da duração do direito de exploração da criação, no caso da patente em biotecnologia o problema é a extensão (escopo) da proteção dos direitos de propriedade de organismos,

[9] Verificar o "dilema do inovador", em Lessig, 2005, p. 176.

genes e técnicas de engenharia genética necessários ao processo de transgenia. Aqui também a liberdade de pesquisa, se não é totalmente obstruída pelos direitos de propriedade, certamente a torna bem mais custosa, inviabilizando a pesquisa a diversos setores da comunidades científica e tecnológica. Existe, de fato, uma real "queda de braço" entre as tendências de maior extensão da proteção patentária e um alargamento do "domínio público" no que se refere às informações fundamentais à pesquisa e desenvolvimento em biotecnologia. Ainda que no atual estágio o patenteamento de genes e processos não esteja emperrando completamente esse desenvolvimento,[10] crescem os indícios de que a aproximação dessas pesquisas com possibilidades de exploração pelo mercado tendem a complicar o debate sobre o alcance da propriedade intelectual.

Dádiva e intercâmbio entre comunidades

Richard Barbrook, um dos críticos norte-americanos daquilo que ele próprio chama de "ideologia californiana", sugere que as profundas transformações técnicas e sociais baseadas na informação digital (incluída aí a biotecnologia) estariam dando lugar a duas tendências antagônicas: um "stalinismo digital", paradoxalmente apropriado por uma vertente neoliberal, e um "cibercomunismo". Seu argumento é que a classe dos novos *litterati* do mundo digital – os *digerati* – estariam resgatando a idéia leninista-stalinista de *vanguarda:* aqueles que demonstrariam o novo caminho da riqueza das nações e da "revolução individual", ainda que em um registro

[10] Muito em função das chamadas "Regras das Bermudas" estabelecida em 1996 entre os pesquisadores envolvidos no Projeto Genoma Humano internacional para que toda informação ficasse sob domínio público.

de *modernismo reacionário,*[11] que defende o crescimento econômico junto à manutenção das disparidades sociais. O endurecimento das leis que garantem a exclusividade da informação na rede é uma das armas defendidas por esses setores. A outra tendência, o cibercomunismo, seria um movimento dialético dentro da abundância oferecida pela gigantesca quantidade de informações alimentada a cada segundo na *Web*, que estaria solapando uma das bases da propriedade: o direito de propriedade intelectual. Argumenta que comunidades abertas alocam de forma mais eficiente soluções para os problemas dos usuários da rede do que soluções proprietárias, pelo simples fato de que em uma rede nós sempre recebemos mais do que damos. Haveria aí uma "lógica da dádiva" (Barbrook, 2006). Sua reflexão, ainda que possa se questionada por "exageros" quanto à terminologia utilizada para sua classificação, pode ser útil: propõe que estaríamos vivenciando uma lenta transformação na própria natureza da mercadoria, e que ela seria fruto exatamente do próprio desenvolvimento das forças produtivas, nesse caso das informações que trafegam no ciberespaço, somente possível com os diversos avanços ocorridos na informática nas últimas décadas, que cada vez mais encontram confluência com outros campos, como a biotecnologia.

Sugerimos que esse contradição (busca de vantagens econômicas *versus* necessidade de intercâmbio tecno-científico) talvez possa ser equacionada se passarmos a

---

[11] Jeffrey Herf elaborou essa tese estudando o desenvolvimento do nazismo durante as primeiras décadas do século XX na Alemanha: "Se os literatos buscavam conquistar o nacionalismo para a causa do avanço tecnológico, os engenheiros buscam convencer a si mesmos, e a seus céticos companheiros de medicina, do direito, do funcionalismo público e das disciplinas humanísticas tradicionais, de que eles – os engenheiros – e os resultados de seus labores – os artefatos da segunda revolução industrial – pertenciam a *Kulturnation*. (...) A política cultural dos engenheiros também servia a interesses pragmáticos: aos desejos de maior reconhecimento político, de prestígio e status igual ao das profissões mais antigas, especialmente a dos advogados, de mais assistência do Estado e, nos últimos anos da República de Weimar, de empregos e do fim das restrições aos avanços técnicos e ao rearmamento" (Herf, 1993, p. 175)

entendê-la fora dessa dualidade em que ambos se anulam mutuamente. Uma reflexão bastante rica e inspiradora é aquela feita, ainda no início do século XX, pelo sociólogo francês Marcel Mauss para compreender a lógica da dádiva entre diversos povos considerados "não-civilizados", estudo que inaugurou a antropologia econômica. Ao analisar relatos e estudos etnográficos sobre povos nativos da América do Norte, da Polinésia e da Melanésia em seu clássico *Ensaio sobre a Dádiva*, nota que havia entre eles uma tradição de grupos presentearem outros grupos, estabelecendo relações de reciprocidade. O mais significativo desses rituais de dádiva era o *potlatch* dos nativos do noroeste americano. Entre as tribos e clãs eram estabelecidas trocas de presentes, serviços e honrarias, ainda que nessas festas coexistissem a generosidade e o estranhamento. Isso ocorria, na interpretação maussiana, porque a dádiva estabelecia mais que a obrigação da reciprocidade – estabelecia a disputa entre os chefes e, consequentemente, entre os clãs. Esse ritual estabelecia três obrigações: o *dar*, o *receber* e o *retribuir*. Para obter o respeito e manter a ascendência sobre seus comandados, os chefes dos grupos deveriam distribuir presentes o mais possível, mostrando sua "grande generosidade". Aqueles que o recebiam não podiam se recusar a recebê-los, sob pena de serem considerados "derrotados" de antemão, de perderem sua dignidade. Deveria, portanto, retribuir ao menos na mesma medida, para não perder prestígio e, consequentemente, poder político. Note-se que esse ritual não ocorria exatamente entre indivíduos, mas entre grupos e no interior dos grupos. Havia assim uma relação que transcendia os indivíduos e mesmo os grupos, no sentido de estabelecer hierarquias e interdependências:

> "[Deve ocorrer retribuição] Mesmo se, por um serviço prestado, um súdito recebe uma manta de seu chefe, da entronização do filho do chefe etc. É verdade que, por sua vez, redistribuirá todos os bens que obtiver nos próximos *potlatch* em que os clãs opostos lhe fizerem suas oferendas. A obrigação de retribuir é imperativa. Perde-se a 'face' [a honra] para sempre se não houver retribuição ou se valores equivalentes não forem destruídos [consumidos] (...). Mas, assim como o *kula* trobriandês não é senão um caso supremo da troca das dádivas, assim também o *potlatch* das sociedades da costa noroeste americana não é senão uma espécie de produto monstruoso do sistema de presentes. (...) Trocam-se presentes a propósito de tudo, de cada 'serviço'; e tudo se retribui posteriormente ou na mesma hora para ser redistribuído imediatamente" (Mauss, 2003, pp. 249-250).

Mais significativo ainda é que, dentre muitos objetos que são dados, existem aqueles de possuem uma "força" especial, que portanto não podem ser alienados, pois representam a própria essência do clã. Eles circulam, mas permanecem vinculados a seus proprietários originais.[12] Isso demonstra que o fundamental nesses rituais de dádivas é o *intercâmbio constante de contatos entre os grupos*, que por meio dos presentes buscam o reconhecimento e o fortalecimento de laços. Isso explica porque objetos não-alienáveis também são transformados em presentes.

Mauss acreditava que esse tipo de relação não é estranha às demais sociedades, incluindo a ocidental. Haveria em nossas instituições sociais ainda muito dessas relações que poderíamos chamar de "não-mercantis", mesmo que inseridas em transações econômicas. Desse modo, a criação de um Estado-Providência e, mais, de uma Previdência Social

[12] Notemos a similaridade com a proposta do *copyleft* e dos *Criative Commons:* continua a existir um "proprietário", mas ele permite que sua propriedade circule e, mais, que seja utilizada de diversas maneiras, desde que não se torne exclusividade de um dos usuários.

custeada de forma tripartite (com a participação estatal, de empresários e dos trabalhadores) corresponderiam à obrigação da sociedade em "retribuir" aos cidadãos pelo trabalho, como empregados que "doaram" sua vida em prol do sucesso dos empreendimentos econômicos. O advento de caixas de assistência, anteriores à Previdência, mostravam também o advento de um espírito de solidariedade que foi posteriormente chamado de "espírito de corpo" ou "corporativismo".[13] Mauss afirmou que essa era uma forma em que o Estado parecia querer buscar sua "célula social", o re-atamento entre o indivíduo moderno e seus grupos (*idem*, p. 297).

Encontramos nessas passagens muitas similaridades entre Mauss e Polanyi. Ambos procuraram apontar para o fato de, na sociedade moderna, coexistirem instituições e valores sociais típicos do racionalismo econômico e relações sociais e econômicas que eram pautadas por valores "não-mercantis", como instrumentos que revertiam a tendência de atomização do individualismo no mundo contemporâneo. Na análise particular de Mauss, ele sugere que a dádiva não era desprovidada de *interesse*, mas este seria de um tipo diverso ao que emergiu com a economia de mercado, e que continuariam a existir ainda relações de interesse que não são pautadas pelo racionalismo econômico:

> "Acumulam-se tesouros, mas para gastar, para 'obrigar', para ter 'servos da gleba'. Por outro lado, fazem-se trocas, mas sobretudo de coisas luxuosas, ornamentos, vestuários, ou de coisas imediatamente consumidas, festins. Retribui-se com usura, mas para humilhar o primeiro doador e não apenas para recompensá-lo da perda que um 'consumo adiado'

[13] Alguns preferem o termo "corporatismo" e, atualmente, "neocorporatismo", dada a implicação política negativa que o termo ganhou nas últimas décadas. Em relação ao tema, conferir Oliveira, 1993.

> lhe causa. Há interesse, mas é um interesse apenas análogo ao que, dizem, nos guia. (...) Foram nossas sociedades ocidentais que , muito recentemente, fizeram do homem um 'animal econômico'. Mas nem todos somos ainda seres desse gênero. (...) O homem foi por muito tempo outra coisa e não faz muito tempo que é uma máquina, complicada, uma máquina de calcular. (...) A busca brutal dos fins do indivíduo é prejudicial aos fins e à paz do conjunto, ao ritmo de seus trabalhos e de suas alegrias, e – por efeito contrário – ao próprio indivíduo" (*id*., pp. 306-309).

Podemos até reconhecer que aqui ressoam ecos da influência de seu tio sociólogo Émile Durkheim, que portanto haveria uma crença demasiado funcionalista da troca como instrumento da ordenação social (para ele, a "troca-dádiva" se constituía em um *fato social total*). Mas há uma inegável contribuição para a compreensão de relações socioeconômicas que não são pautadas exclusivamente pelo frio cálculo racional utilitarista: a dádiva garante realmente a manutenção de seus próprios interesses, quer sejam perante seus subordinados, quer sejam junto aos seus semelhantes. Doar ou trocar, sem um cálculo imediatamente utilitarista, pode garantir a obtenção de *status* e de outras premiações; tentar maximizar o acúmulo, a exclusividade de exploração, em qualquer circunstância e sem mediações culturais e políticas, pode resultar paradoxalmente em maiores dificuldades para garantir seus próprios interesses. Acreditamos que essa sugestão de análise da obra maussiana pode ser extremamente rica para compreender a dinâmica das "comunidades abertas", quer seja na informática ou, no nosso caso particular, no campo da biotecnologia. De um lado, a "troca-dádiva" pode tornar o acúmulo de conhecimento científico-tecnológico e as possibilidades de inovação mais intensas e efetivas; de outro, a abertura de ferramentas e processos de investigação poderiam, em casos específicos,

facilitar o próprio controle da sociedade no que se refere às opções a serem feitas no repertório da biotecnologia.

Biotecnologia Aberta e Controle Social da Ciência

Se o avanço tecnológico realmente cria um movimento *dialético* de maior capacidade técnica de circulação de informação e maior controle dessa informação, é possível então que o componente político seja um elemento singular nessa dinâmica, exigindo um papel ativo *mas* dinâmico do Estado (no sentido de "Estado parteiro", como sugerido por Peter Evans) e de atores da sociedade diretamente envolvidos no tema. É possível aventar a possibilidade de uma interferência *política* (entendida aqui como regulação de uma novidade e promoção de setores estratégicos) se as práticas científicas e tecnológicas demonstrarem que já estamos a tratar de uma nova natureza da propriedade intelectual, que vai encontrando dificuldades para se alojar nas definições tradicionais de proteção à invenção e à inovação.[14]

Uma experiência considerada hoje paradigmática nessa tentativa de consolidar a pesquisa científica-tecnológica no Brasil foi aquela promovida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que, em 1999, anunciou o seqüenciamento do genoma de um organismo responsável pela chamada "Praga do Amarelinho", doença típica de plantações para a produção de laranjas. Essa agência de fomento à pesquisa foi

[14] Um tema que foi temporariamente abortado na OMPI é a discussão de "projetos abertos e colaborativos para criar bens comuns". Esses projetos incluem alguns dos produtos e processo mais bem sucedidos dos último anos, como a própria invenção da *internet* e da *world wide web* , o *open source* , mas também o Sistema de Posicionamento Global – GPS – e o desenvolvimento de polimorfismos de nucleodíteos simples, de grande importância na pesquisa médica. (Lessig, 2005, p. 260)

responsável não só pelo financiamento do projeto, conhecido por "Projeto Genoma Fapesp" (U$ 12,5 milhões somados aos U$ 500 mil do Fundo Paulista de Defesa da Citricultura - FUNDECITRUS), mas também pela estruturação de uma rede de pesquisa descentralizada e articulada, inicialmente com 192 pesquisadores de 35 laboratórios ligados pela *internet*, que viabilizou a investigação com grande eficácia e eficiência, colocando o país entre os *players* no campo da biotecnologia e das assim chamadas "ciências da vida". O modelo desenvolvido pela Rede ONSA[15] da FAPESP, ainda nos ditames da propriedade intelectual tradicional, poderia ser ainda mais bem sucedido se combinado com a estratégia de "comunidade aberta", entendida como um recurso não apenas econômico, mas também social, de potencializar descobertas e aplicações tecnológicas desde a realidade brasileira.

Nesse sentido, fica clara a importância de iniciativa *open source* nessa área tão estratégica. Note-se que a maioria dos produtos transgênicos de origem vegetal é resultado de engenharia genética que utiliza exclusivamente bactéria *Agrobacterium Tumefaciens* para trasnferências de material genético de um organismo a outro, cujas funcionalidades estão patenteadas pela empresa alemã Bayer CropScience e que estabeleceu licenças para os produtos da Monsanto e da Syngenta, duas das grandes transnacionais de sementes e produtos agrícolas (e que já atuam em outras áreas das *life sciences*). A iniciativa australiana BIOS CAMBIA (de "*Biological Innovation for Open Society*" e "*cambia*", troca em espanhol) é uma organização de cientistas e técnicos ligada à Universidades Charles Stuart e

[15] *Organization for Nucleotide Sequencing and Analysis* – Organização para o Seqüenciamento e Análise de Nucleotídeos, um instituto virtual inicialmente formado por cerca de 35 laboratórios do Estado de São Paulo, em 1997.

à Universidade Nacional Autraliana. Eles conseguiram criar uma técnica, chamada *Trans-Bacter*, que utiliza a capacidade de transferência do plasmídeo[16] similar a da *Agrobacterium Tumefaciens* (no caso a das bactérias da família *Rhizobium*, *Sinorhizobium meliloti* e *Mezorhizobium loti*) para inocular e integrar o DNA no genoma do organismo receptor. Para garantir a correta expressão do gene no novo genoma, os pesquisadores de CAMBIA utilizaram um novo gene "relator/marcador", o *GUS-Plus,* que possibilita visualizar os eventos de transferência gênica, licenciados sob *BIOS License,* a versão biológica do licenciamento do software livre, a GPL do GNU/Linux.[17] As informações para utilizar a *Trans-Bacter* estão disponíveis em um sítio da *Web* que se propõe como uma plataforma para consulta e depósito de ferramentas e suas informações, chamada *BioForge.* Lá, os pesquisadores cadastrados ganham autorização para utilizar as ferramentas e trocar informações para propósitos científicos e comerciais, desde que utilizem essa modalidade de proteção patentária, que os impede de manter tais informações sob exclusividade ou de licenciar apenas quando achar conveniente.[18] Assim, do ponto de vista estritamente técnico, o experimento da Iniciativa BIOS CAMBIA indica que existem condições de empreender trabalhos cooperativos, sob um tipo "aberto" e "invertido" de proteção patentária,

---

[16] Os plasmídeos são moléculas circulares duplas de DNA que estão separadas do DNA cromossômico. Geralmente ocorrem em bactérias e por vezes também em outros organismos eucarióticos, ou seja, organismos cujas células possuem um núcleo rodeado por uma membrana e com vários organelos. Disponível em "<pt.wikipedia.org>, verbete "plasmídeo".

[17] General Public License é a licença pública geral que protege de forma "aberta" os programas computacionais. O termo GNU/Linux se refere ao sistema operacional desenvolvido originalmente por Richard Stalman desde 1984, compatível com o sistema operacional UNIX da IBM mas sem utilizar seu código-fonte. Além da referência ao mamífero, GNU significa "GNU is not UNIX". Linux é a contração de Linus com UNIX, em referência a Linus Torvalds, finlandês que desenvolveu o núcleo do sistema operacional que popularizou o software livre. Disponível em <pt.wikipedia.org>, verbetes "GPL" e "GNU".

[18] "Open Source Initiative Circumvents Biotech Patents", *The Scientist*, 2005.

que podem potencializar sobremaneira as redes de inovação biotecnológica.

Pesquisadores do setor público, como os que trabalham na Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), mostraram-se entusiasmados com a proposta da "Iniciativa BIOS" da CAMBIA, que está desenvolvendo procedimentos e produtos de transgenia por meio de técnicas que utilizam "códigos abertos", ou seja, disponibilização de dados em plataformas de intercâmbio para o desenvolvimento livre de produtos e processos biotecnológicos sem a necessidade de contratos de cobrança de *royalties* pelo seu uso, mas envolvendo um licenciamento que torna as técnicas e processos abertos, excluindo aos futuros desenvolvedores qualquer tipo de exclusividade[19]. No dia 10 de fevereiro de 2005, a organização apresentou o *paper* à Revista *Nature* em que seus pesquisadores demonstravam como conseguiram a transferência de genes estranhos a uma planta por meio de um micróbio do solo (chamado *Agrobacterium Tumenfaciens*, descrito no início deste trabalho), técnica que era dominada apenas pelas grandes corporações de biotecnologia, como a Monsanto. No documento apresentado em sua página da Internet, seus idealizadores resumem sua iniciativa como sendo uma proposta no sentido de:

> "(...) fundir a análise de propriedade intelectual, as reformas em políticas de inovação e as atividades relacionadas com o desenvolvimento tecnológico cooperativo, com o objetivo de promover uma inovação democrática na aplicação da tecnologia biológica para um desenvolvimento sustentável" (Bios Cambia, 2005, p. 2, tradução própria).

[19] Ver reportagem da Folha de São Paulo em 12 de fevereiro de 2005, sobre a opinião dos cientistas brasileiros acerca do experimento australiano.

A lógica presente aqui é a mesma da comunidade "GNU/Linux", ou seja, a possibilidade de desenvolver e aperfeiçoar os processos e produtos elaborados a partir de dados disponibilizados por uma comunidade aberta, mas que estabelece ao pesquisador dessa comunidade, como contrapartida, uma "proteção" à propriedade intelectual coletiva: compartilhar qualquer inovação que venha a desenvolver.

O que está por trás dessa concepção é a idéia de que a indústria biotecnológica, pautada unicamente pelo interesse de lucratividade via detenção de propriedade intelectual, não teria motivação para desenvolver alguns produtos que atendessem às populações dos países em desenvolvimento, já que estes não se constituiriam em clientes com grande capacidade consumidora; isso já é verdadeiro quando analisados a indústria farmacêutica, ela própria parte integrante das *science life companies*. O desenvolvimento de produtos e técnicas em DNA recombinante pelos países pobres seria facilitado caso a barreira econômica das patentes fosse amenizada, ao menos parcialmente. Como na informática (em que o *software* livre dificulta a disseminação de vírus), seria muito mais fácil controlar efeitos indesejáveis de organismos potencialmente daninhos à natureza se uma comunidade internacional livre pudesse pesquisar sem os constrangimentos de excessivos contratos de licenciamento patentário a produtos e processos necessários para pesquisas inovadoras; isso inclusive dotaria tais produtos de maior credibilidade ante a opinião pública. Acreditamos que essa seria uma ótima oportunidade para procurar uma intersecção entre os interesses públicos e os investimentos privados, com especiais ganhos para os primeiros, já que os custos de pesquisa ficariam muito mais baratos do que hoje. Vários

estudos de sociologia econômica, na tradição inaugurada por Weber e Polanyi, indicam a necessidade de uma dinâmica peculiar para tratar as inovações tecnológicas:

> "(...) atualmente é reconhecido que a inovação é o maior fator competitivo, que precisa ser controlada e não pode ser deixada sozinha com os assim chamados mecanismos de mercado. Isso tem, de um lado, conduzido a um crescente interesse em estudos de inovação, políticas de inovação e aprendizado em que, por exemplo, estão muitos dos tópicos de estudos sociais sobre ciência que são financiados pela União Européia. Simultaneamente, (...) alguns tem detectado uma motivação centrífuga com os próprios estudos de ciência e tecnologia, particularmente entre a 'segunda geração' [de estudiosos da sociologia econômica], isto é, um retorno à economia, à sociologia e à história" (Sverrisson, 2000, p. 10, tradução própria).

Exatamente pelo fato de ser um campo vasto, com implicações sobre vários segmentos da sociedade, as chamadas "ciências da vida" despertam o interesse de um número cada vez maior de protagonistas sociais, o que de certa maneira incomoda aqueles que entendem o desenvolvimento tecnocientífico como um domínio restrito a poucos expertos. Por outro lado, uma compreensão enviesada das potencialidades e riscos da biotecnologia pode tornar esse debate e eventuais interferências sociais muito mais difíceis. Os setores da sociedade civil que são nesse momento absolutamente contrários aos organismos GM poderiam ganhar uma inédita possibilidade de influenciar os rumos da pesquisa biotecnológica, discutindo com os especialistas as melhores opções de inovação biotecnológica, "empoderando" inclusive sua participação em canais institucionais criados pela legislação brasileira, como a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNbio). Em

outras palavras, a correlação de forças no seio da sociedade, entre sistemas peritos (estes divididos entre cientistas ligados às transnacionais do setor e aqueles outros pesquisadores do setor público) e interesses organizados (organizações não-governamentais, partidos políticos, sindicatos e demais movimentos sociais) apresenta condições de ser decisivamente influenciada caso a abordagem de inovação aberta em biotecnologia seja gradativamente adotada, em especial naquelas situações em que a inovação leva ao desenvolvimento de produtos demandados por nossa realidade. Ao invés de um debate estéril entre defender ou atacar a biotecnologia (pois resultaria numa "soma zero", em que as partes em conflito não seriam convencidas da legitimidade do argumento do oponente), o país poderia encontrar caminhos para resguardar sua soberania e atender as reais necessidades da população, sem a submissão unilateral aos interesses das grandes transnacionais, caso essa iniciativa internacional de rede aberta ganhe espaço na arena científica e na política.

Acreditamos, como alguns autores discutidos ao longo desse trabalho, que o uso "perverso" da engenharia genética tem muito mais que ver com os contornos da própria sociedade do que com a tecnologia *per se*, que pode realmente desencadear a dissolução de tradições agrícolas regionais, reserva de mercado por parte das empresas transnacionais de biotecnologia – logo uma orientação exclusivamente mercantil desse engenho – caso não ocorra essa intersecção de interesses de desenvolvimento tecnológico e de soberania alimentar. É preciso reconhecer que o debate da segurança alimentar, que ganhou a agenda política não só por conta da propaganda do Programa Fome Zero do governo federal a partir de 2003, mas principalmente

devido à ação da sociedade civil (desde a campanha contra a fome promovida por Herbert de Sousa/Betinho em 1992), será elevada a patamares mais condizentes com as reais necessidades da população. Alimentos transgênicos enriquecidos do ponto de vista nutricional e farmacêutico, sob maior controle social devido às patentes abertas da comunidade livre, poderão deixar de ser o ícone da "globalização do capital" para tornarem-se símbolo do desenvolvimento científico, levando em consideração os mais variados interesses da sociedade brasileira. Padecemos desde há muito de processos de exclusão social e concentração de renda, portanto as novas tecnologias não criaram agora tais mazelas. Concordamos assim com Luiz Felipe Pondé quando lembra que:

> "Estamos tendo a chance, com a revolução genética, de empreender uma transição da magnitude do caminho do nomadismo à agricultura, só que dessa vez com todo um aparelho de comunicação, de educação e de Estados, capazes, se quiserem, de prepararem essa passagem de uma forma que as pessoas fiquem menos desnorteadas, que não saiamos da coleta para o cultivo de genes como a humanidade saiu na revolução neolítica".[20]

Assim, para evitar que a biotecnologia tenha impactos tão ou mais negativos do que aqueles que as sociedades ocidentais vivenciaram com a ascensão do padrão industrial, é preciso que a ciência não se afaste das expectativas da sociedade. Isso implica em regulações públicas com regras bem definidas e canais de debate entre as partes interessadas. Mas mencionar qualquer idéia de controle social nos remete logo à crítica que se faz na mídia e em certos

[20] Revista Teoria e Debate, Fundação Perseu Abramo, ano 14, número 47, p. 35.

círculos acadêmicos a respeito do excesso de regulação (principalmente estatal) e de entraves legais ao comércio, posto que existe uma tendência desde alguns anos a liberar (ou regular de forma insatisfatória) vários setores econômicos, condenando de forma categórica quaisquer interferências nos mecanismos de um suposto mercado auto-regulado. Mesmo nesse setor, que naturalmente demanda inequívoca vigilância do ponto de vista da saúde pública e da biodiversidade, existiria forte pressão para que o debate se restringisse aos ganhos produtivos na adoção dos transgênicos e seu alegado barateamento de custos ao produtor agrícola, desconsiderando estratégias de desenvolvimento regional por parte dos pequenos e médios produtores, uso medicinal e nutricional desses alimentos *etc*.

Desta feita, acreditamos que o tipo de estratégia para promover a inovação tecnológica no país, usando c*omunidades abertas* por meio de plataformas com bancos de dados comuns, capacitarão nossa comunidade científica e facilitarão arranjos institucionais públicos, envolvendo Estado, empresas privadas de biotecnologia e produtores agrícolas (grandes e pequenos), dando uma orientação mais efetiva à Lei de Inovação que, associada à Lei de Biossegurança, garanta o desenvolvimento de produtos socialmente pertinentes.

Além disso, setores vinculados às cooperativas do MST, da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura), somados à entidades ambientalistas e de defesa dos consumidores, podem igualmente fazer valer seus interesses, participando dos debates sobre que tipo de pesquisa, produção e comercialização de organismos geneticamente modificados seriam socialmente benéficos e aceitos em nosso território, ultrapassando assim as visões

dicotômicas supra citadas. A representação social em canais institucionais como a CTNbio seria mais qualificada se esses representantes, pautados por essa comunidade livre de pesquisadores, pudessem indicar quais organismos GM são de interesse nacional e quais demandariam maior atenção e estudos quanto aos impactos ambientais. Em um espaço desse, não haveria porque deslegitimar a atuação de cientistas envolvidos profissionalmente com empresas biotecnológicas, nem deslegitimar a sociedade civil por não participar do ambiente acadêmico e tecnológico, leigos em assuntos científicos.[21] Por ser uma produção *social*, a ciência deve estar nos debates públicos e decisões que envolvem o conjunto da sociedade devem ser também tomadas coletivamente.

O que parece estar em jogo é a visão que alguns setores da sociedade têm e procuram imprimir acerca do *papel do Estado,* de um lado, e do *controle social*, por outro. Para os setores mais próximos dos interesses das grandes corporações, não haveria nesse caso nenhuma defesa de qualquer tipo ideal "neoliberal" e ausente de Estado, mas sim de um mantenedor e juiz das regras do mercado. Aos cidadãos caberia exclusivamente o papel de *consumidores passivos* dos produtos gerados pelos tais sistemas peritos.[22] Do

---

[21] Infelizmente, o que vem ocorrendo desde o funcionamento da CTNbio após a regulamentação da nova Lei de Biossegurança de 2005 é uma disputa entre os segmentos pró e contra OGM, que vem caracterizando um novo mal-estar entre as partes, que continuam usando as mesmas acusações do final dos anos 1990 ("vendidos" versus "obscurantistas").

[22] Outra vez, encontramos uma forte analogia com os argumentos da comunidade GNU/Linux. Eric Raymond escreveu em 1997 um ensaio intitulado *A Catedral e o Bazar*, onde discute duas formas de desenvolvimento de programas computacionais livres: um formato "catedral", altamente centralizado e dependente de um pequeno número de programadores especializados, e o formato "bazar", onde os usuários também são desenvolvedores e a solução para os problemas são rapidamente identificados e resolvidos pelos participantes da comunidade aberta. Tempos depois, o formato catedral foi identificado com o desenvolvimento empreendido pelas empresas de grande porte, com a diferença que eles não permitem o acesso ao código fonte dos programas, tornando o dilema das falhas dos *softwares* ainda maior. A crítica que fazem ao chamado "sistema catedral" é exatamente o de que grandes empresas impõem um padrão de consumo,

mesmo modo que seria possível aceitar como uma hipótese plausível a importância do conjunto da legislação trabalhista e do *Welfare State* como os principais fatores de crescimento no pós-guerra (Singer, 1998, p. 121), também pensamos que o desenvolvimento tecnológico dos países nessa "era da informação" deverá passar necessariamente por canais públicos (não necessariamente estatais) de geração e disseminação de conhecimento, posto que no Brasil não poderemos nos valer dos meros instrumentos mercantis de desenvolvimento científico, levando em conta nossa relativa defasagem em pesquisa e desenvolvimento tecnológico e os elevados custos de pesquisa. O domínio dessa tecnologia e a formação e capacitação de pessoal nessa área, baseados no princípio da "comunidade aberta", dará ao país não só condições de desenvolver produtos condizentes com a realidade brasileira como também tornar mais eficaz o controle da biossegurança, evitando utilizar produtos de grande impacto à saúde humana e ao ecossistema.

Esse espaço institucional já existe, ao menos formalmente; é aquele indicado pela nova Lei de Biossegurança (já votada e aprovada, regulamentada por decreto presidencial em março de 2005), ampliando a composição da CTNbio, que fará a avaliação técnica definitiva da segurança do organismo geneticamente modificado, ao passo que o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS) – um conselho de ministros e representantes da sociedade civil que assessora à presidência da República – analisa os pedidos de liberação comercial desses produtos, à luz da conveniência e oportunidade socioeconômicas e do interesse nacional (Machado, 2004).

---

impossibilitando aos usuários adequar suas necessidades ao produto oferecido pelo mercado.

Ainda que desagrade parte considerável dos pólos em disputa, essa estrutura já possui condições de facilitar o debate sobre as pesquisas dessa tecnologia no país, evitando por outro lado que as decisões sejam tomadas tão somente por análises tecnocráticas e mercantilistas. Afinal, estamos falando de uma tecnologia que será consumida direta ou indiretamente por milhões de brasileiros, e portanto a decisão exigida deve ser tão política quanto técnica.[23] Ao que parece, uma comunidade aberta de pesquisadores – como um ambiente de troca e de capacitação de empresas privadas mas também públicas – tornaria possível que os representantes da sociedade civil pudessem dialogar com os principais atores da biotecnologia, abrindo então um canal de diálogo hoje ainda muito travado em função de posições antagonizadas por interesses econômicos e políticos.

Algumas Considerações Finais

Acreditamos que esse tema, devido ao seu grau de novidade e às poucas (mas interessantes) experiências, demandam ainda muito estudo e uma maior compreensão das orientações gerais de sua lógica produtiva e reprodutiva. Como pudemos indicar em nosso estudo anterior[24], a biotecnologia brasileira já está entre uma das mais promissoras do mundo, e o formato extremamente bem-sucedido da Rede ONSA do Projeto Genoma Fapesp indica que a produção por pares (*peer production*) pode e deve ser replicada em outros empreendimentos. Nossa tese

[23] Desde a sua instituição em 2005, esse formato tem sido criticado por parte da comunidade científica, que considera a ampliação da CTNbio e o "conselho de ministros" obstáculos para uma efetiva "avaliação técnica" dos experimentos propostos pelos laboratórios públicos e privados, pois estariam aos sabores da disputa "ideológica" anti-biotecnologia. A nós parece que esse problema é real, mas dificilmente seria encontrado outro formato para viabilizá-lo, dados os fortes interesses antagônicos em questão.

[24] Sobre essa discussão, ver Santos, 2006.

fundamental é a de que tais trabalhos em rede serão ainda mais produtivos se levarem em conta instrumentos de propriedade intelectual alternativos aos convencionais, que no lugar das patentes e *copyrights* passem a usar também licenças abertas. E a necessidade de mudar a proteção à propriedade intelectual já é amplamente debatida nos círculos acadêmicos e reguladores na Europa e nos Estado Unidos, o que vem a confirmar ainda mais sua pertinência. Acreditamos também que tais formatos abertos de desenvolvimento tecnológico poderão contribuir significativamente para o debate acerca do controle social da ciência, cada vez mais necessário ante os produtos biotecnológicos e nanotecnológicos, que possuem uma capacidade de impacto na sociedade e no meio ambiente como talvez nunca antes na história da humanidade. Mais do que simplesmente negar e combater, de forma quixotesca, os "moinhos de vento" tecnocientíficos, cabe à sociedade se apropriar desse debate de modo a escolher como e de que maneira podemos usar tais conhecimentos para inserir o país de maneira mais soberana e menos vassala possível no ambiente globalizado da produção científica e tecnológica.

Referências Bibliográficas

ARBIX, Glauco; DE NIGRI, João Alberto. "A nova competitividade da indústria e o novo empresariado: uma hipótese de trabalho". [IPEA, 2005]

----------; SALERNO, Mario Sérgio; DE NIGRI, João Alberto. "Inovação, via internacionalização, faz bem para as exportações brasileiras".Versão preliminar. *Estudos e Pesquisas, n° 61*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Altos Estudos, 2004.

BARBROOK, Richard. *Cibercomunismo – Como os americanos estão superando o capitalismo no ciberespaço*. Tradução de Barbara

Nickel. Disponível em <http://www.rizoma.net/interna.php?id=163&secao=potlatch>. Acessado em 07/07/2006.

BENKLER, Yochai. "Coase´s Penguin, or, Linux and the Nature of the Firm", *The Yale Law Journal* (Selection Version), volume 112, 2002.

---------- "Intellectual Property: Commons-Based Strategies and the Problem of Patents", *Science*, 20 August 2004: Vol. 305. no. 5687, pp. 1110 – 1111 DOI: 10.1126/science.1100526.

BONACCORSI, Andrea; MERITO, Monica; PISCITELLO, Lucia; ROSSI, Cristina. *The "open innovation" paradigm. How firms do business out of open source software*. Paper to be presented at the DRUID Summer Conference 2006 *on:* Knowledge, Innovation and Competitiveness: Dynamics of Firms, Networks, Regions and Institutions. Copenhagen, june 2006.

BUAINAIN, Antônio Márcio; MENDES, Cássia Isabel Costa. "*Software* Livre e flexibilização do direito autoral: instrumentos de fomento à inovação tecnológica?", *In: Parcerias Estratégicas / Centro de Estudos Estratégicos*. n. 19 (dezembro de 2004). Brasília, CGEE, 2004, pp. 55-85.

CAMBIA-BIOS. *La Iniciativa de Cambia BIOS. Innovación Biológica para una Sociedad Abierta*. Disponível em www.bios.bet. Acessado em 15/02/2005.

CAMPOLINA, Adriano, GONÇALO, José Evaldo. "Transgênicos em debate", *Revista Teoria e Debate*, Fundação Perseu Abramo, fev/mar/abr 2001, ano 14, número 47, pp 16-21.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em Rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1*. 6ª edição. São Paulo, Paz e Terra, 2005.

ENGELS, Friedrich. *A Dialética da Natureza*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000, 6a. edição.

EVANS, Peter. *Autonomia e Parceria: Estados e transformação industrial*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2004.

FOUCALT, Michel. *Microfísica do Poder.* Rio de Janeiro, Edições Graal, 2001, 16ª edição (1ª edição 1979).

GIULIANI, Gian Mario. "Sociologia e Ecologia: Um diálogo Reconstruído". *Dados – Revista de Ciências Sociais* [*on line*], 1998, vol. 41, nº 1 [citado 26 janeiro 2005]. Disponível em: <http://www.scielo.br>. ISSN 0011-5258

GORENDER, Jacob. *Marxismo Sem Utopia*. São Paulo, Editora Ática, 1999.

GUERRANTE, Rafaela Di Sabato. *Transgênicos: uma visão estratégica.* Rio de janeiro, Editora Interciência, 2003.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos – O breve século XX (1914-1991).* São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HERF, Jeffrey. *O Modernismo Reacionário – Tecnologia, Cultura e Política na República de Weimar e no 3o. Reich.* São Paulo/Campinas, Editora Ensaio/Editora da Universidade de Campinas, 1993.

HOPE, Janet Elizabeth. *Open Source Biotechnology*. Tese (Doutorado). Australian National University, 2004.

HARVEY, Mark. "Genetically Modified Food: A suitable case for an economic sociology treatment", *Economic Sociology – European Eletronic Newsletter*, volume 1, number 3, june 2000, pp. 6-11.

JAFFE, Adam; LERNER, Josh. "Inovation and Its Discontents". *The Milken Institue Review*. First Quarter 2005, pp. 59-82.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo – A lógica cultural do capitalismo tardio*. 2ª edição. São Paulo, Editora Ática, 2004.

LACEY, Hugh. *A controvérsia sobre os transgênicos – questões científicas e éticas*. Aparecida-SP, Idéias e Letras, 2006.

LANNA, Marcos. "Notas sobre Marcel Mauss e o Ensaio Sobre a Dádiva". *Revista de Sociologia e Política*. Universidade Federal do Paraná. Número 14, pp. 173-194, 2000.

LESSIG, Lawrence. *Cultura Livre: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para bloquear a cultura e controlar a criatividade*. São Paulo, Trama, 2005.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. "Transgênicos: o controle legal", *Ciência Hoje*, volume 34, nº 203, abril de 2004, pp. 46-48.

MARTINS, Paulo Roberto (Organizador). *Nanotecnologia, Sociedade e Meio Ambiente: 1° Seminário Internacional.* São Paulo, Associação Editorial Humanitas, 2005.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo, Editora Martin Claret, 2002.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, 2003.

MERTON, Robert K. *La sociologia de la ciencia*. Volumes I e II. Madrid, Alianza Universidad, 1977.

MOTOYAMA, Shozo (organizador). *Prelúdio para uma história – ciência e tecnologia no Brasil*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MOWERY, David C., ROSENBERG, Nathan. *Trajetórias da Inovação – A mudança tecnológica nos Estados Unidos da América no século XX*. Campinas, Editora da Unicamp, 2005.

NIGHTINGALE, Paul, MARTIN, Paul. "The mith of the biotech revolution". *Trends in Biotechnology*, vol. 22, nº 11, November 2004. Disponível em <www.sciencedirect.com>

OLIVEIRA, Francisco de, *et alii*. 1993. "Quanto melhor melhor. O acordo das montadoras". *Novos Estudos Cebrap,* São Paulo, n. 36, jul.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. "Introdução a uma leitura de Mauss". MAUSS, Marcel. *Antropologia*. São Paulo, Editora Ática, 1979, pp. 7-50 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

PINKER, Steven. *Tábula Rasa: a negação contemporânea da natureza humana*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2000, 7ª edição.

RAYMOND, Eric S. *A Catedral e o Bazar*. Tradução de Erik Kohler. Disponível em <http://www.geocities.com/CollegePark/Union/3590/pt-cathedral-bazaar.html>. Acessado em 23/07/2006.

ROSA, Luiz Pinguelli. *Tecnociências e Humanidades – Novos Paradigmas, Velhas Questões. Volume 1 (O determinismo newtoniano na visão de mundo moderna)*. São Paulo. Paz e Terra, 2005.

ROSENBERG, Nathan. "Why do firms do basic research (with their own money)?". *Research Policy,* nº 19, Elsevier Science Publishers, 1990.

SANTOS, Agnaldo dos. *Entre o Cercamento e a Dádiva: A inovação sob cooperação e os caminhos da abordagem aberta em biotecnologia*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Laymert Garcia dos. "Tecnologia, perda do humano e crise do sujeito do direito", Oliveira, Francisco de, Paoli, Maria Célia

(organizadores), *Os Sentidos da Democracia – políticas do dissenso e hegemonia*, Petrópolis, Editora Vozes, 1999, pp.291-306.

----------. *Politizar as Novas Tecnologias – o impacto sócio-técnico da informação digital e genética.* São Paulo, Editora 34, 2003.

SIBILIA, Paula. *O Homem Pós-Orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais.* Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002.

SILVA, V. P. EGLER, C. A inovação em tempos de globalização: uma aproximação. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona*: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2004, vol. VIII, núm. 170 (33). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-170-33.htm> [ISSN: 1138-9788]

SILVEIRA, José Maria F. J. da, *et alii*. *Evolução Recente da Biotecnologia no Brasil.* Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Texto para Discussão, n° 114, fevereiro de 2004.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Software Livre - A luta pela liberdade do conhecimento* . São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SINGER, Paul. "Apresentação". In: MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Abril Cultural, 1982 (Os economistas).

---------- *A Utopia Militante*, Petrópolis, Editora Vozes, 1999.

SCHOLZE, Simone Henriqueta Cossetin. *Patentes, Transgênicos e Clonagem – Implicações jurídicas e bioéticas.* Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2002.

STIGLITZ, Joseph. "Give Prizes, not patents", *New Scientist*, 16 September 2006, 21. Disponível em <www.newscientist.com >.

STOKES, Donald E. *O Quadrante de Pasteur – A ciência básica e a inovação tecnológica*. Campinas, Editora da Unicamp, 2005.

SVERRISSON, Árni. "Economic Sociology and Social Studies of Technology", *Economic Sociology – European Eletronic Newsletter*, vol. 1, nº 2, January 2000.

SWEDBERG, Richard. *Max Weber e a idéia de sociologia econômica.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, São Paulo: Beca Produções Culturais, 2005.

RESENHA: ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim.* São Paulo: Boitempo. 2008.

Giovanni Arrighi é velho conhecido nos meios intelectuais das Ciências Sociais brasileiras, principalmente devido a sua obra mais conhecida *O longo século XX*, publicada pela Editora Contraponto, do Rio de Janeiro. No ano passado (2007), Arrighi lançou nova obra, onde continua sua interpretação sobre os canais de acumulação de capital em escala mundial, especialmente aquela calcada especificamente no crescimento da China contemporânea. A obra, que foi editada no Brasil neste ano de 2008, chama-se *Adam Smith em Pequim*, e foi editada pela Editora Boitempo. Na edição nacional, há um interessante prefácio de Theotonio dos Santos.

A temática discutida baseia-se na seguinte indagação de Adam Smith: haverá um momento onde chegaria ao fim a supremacia econômica de um determinado continente, ou "raça", sobre a maior parte das outras – com o crescimento do poder político e econômico de todos os povos atingindo um patamar mais ou menos similar? Haverá um tempo onde as diferentes culturas regionais do mundo poderão encontrar-se numa arena onde as forças econômicas nas quais se apóiam terão um grau mais ou menos parecido de força, extinguindo-se a dominação internacional de uns povos sobre outros? Traduzindo em termos mais concretos: poderá o crescimento do poder chinês pôr em xeque o papel que os Estados Unidos ainda têm (ou tinham, na própria análise de Arrighi) hoje no mundo?

A obra estrutura-se em quatro partes principais: "Adam Smith e a nova época asiática", "Rastreamento da turbulência global", "A hegemonia desvendada" e "Linhagens da nova era asiática". Na primeira parte Arrighi faz longa discussão entre Marx, Adam Smith, Schumpeter e outros autores importantes para a compreensão do desenvolvimento econômico e da sociologia histórica. Sua discussão, eclética – pois recolhe contribuições de todos os autores, criticando-os e adotando-os aqui e acolá –, é longa e amiúde hermética, e gira em torno do porquê de a China não ter passado pela Revolução Industrial, mas sim o mundo europeu (processo que chama de "A Grande Divergência" que separou os níveis de vida entre Europa e Ásia no século XVIII-XIX). Ali Arrighi discute quais os caminhos "natural" (crescimento endógeno) e "não-natural" (comércio exterior) do crescimento econômico, o que leva à queda da

taxa de lucro no longo prazo, quais as relações entre industrialismo e militarismo, e outras questões referentes ao desenvolvimento comparativo no longo prazo.

Este trecho pode resumir a tese fundamental apresentada no livro, à página 106:

> "Argumentarei que os próprios caminhos da Revolução Industrial e da Revolução Industriosa [na Ásia] tiveram origem nos ambientes geopolíticos contrastantes surgidos na Europa e na Ásia Oriental no decorrer do que Braudel chama de 'longo' século XVI com relação à história européia (1350-1650) e que corresponde quase exatamente à Era Ming da história da Ásia oriental (1368-1643). Mostrarei que essa diferença de ambiente geopolítico constitui explicação simples, mas convincente, do surgimento de dois caminhos distintos de desenvolvimento na Europa e na Ásia oriental que, no devido tempo, levaram à Grande Divergência. Mas também argumentarei que a superioridade do caminho europeu em relação ao caminho asiático-oriental dependeu fundamentalmente da sinergia entre as capacidades financeira e militar, coisa difícil de manter numa economia global cada vez mais integrada e competitiva."

Na segunda parte o autor então se põe a "rastrear" a crise norte-americana, travando combate com os autores clássicos da discussão, como Robert Brenner, Anwar Shaikh, François Chesnais, dentre outros. Segue-se uma análise da política e economia norte-americana até a invasão do Iraque, invasão que, segundo Arrighi, somente demonstra a incapacidade dos Estados Unidos de continuar exercendo uma política imperialista. Isto seja pela falta de apoio de outras potências, seja pela incapacidade de traduzir tanto poderio militar em ações *efetivas* de controle das localidades dominadas. De fato, para Arrighi, já não existe dominação intelectual e política dos Estados Unidos sobre o mundo, pois estas esfaceleram-se nos anos setenta, com a Guerra do Vietnã e as crises do petróleo. O problema central para o autor é como a ascensão chinesa vai ocupar este espaço aberto.

A última parte traça uma incursão na história moderna chinesa, vasculhando os motivos pelos quais se deu sua progressiva "ascensão pacífica", até o momento em que, morto Mao, as lideranças chinesas decidem-se por um caminho alternativo à receita de crescimento socialista "ortodoxa". Nesta etapa, Arrighi passa a tentar enquadrar a história contemporânea, e o novo cenário político-econômico atual, a partir da perspectiva da ascensão da China como a principal potência a substituir, ou pelo menos balancear, a atuação dos Estados Unidos. Há uma particularidade epistemológica interessante nesta etapa da obra: a

história ocidental passa a ser *re*-pensada a partir da presença de um ator que, há trinta anos atrás, não despertava tanta atenção.

Mas o livro é longo, e o espaço aqui curto! De modo que somente podemos remeter o leitor diretamente a esta obra essencial. Como resumo do trabalho, devemos enfatizar que Arrighi conhece a bibliografia a fundo, tem os dados frescos na cabeça, e não é dogmático, nem europeísta. Como branco, não teme a ascensão chinesa, aceitando-a, pelo contrário, como uma *possibilidade* de que o cenário internacional possa dar lugar a algo um pouco mais democrático e homogêneo do que é hoje. No epílogo, discute as implicações inclusive ecológicas de um crescimento chinês desmensurado, rumo a patamares de consumo e produção similares aos norte-americanos.

Arrighi não estabelece como necessária a situação imaginária que Smith colocou em fins do século XVIII, de equalização das condições político-econômicas dos povos do "Sul" e do "Norte". A questão é deixada em aberto; a China pode tomar vários caminhos, como, por exemplo, uma conversão "à direita" de suas políticas externas rumo a práticas imperialistas, à medida em que seus recursos locais se tornem escassos. A pergunta final do livro é: as políticas da China – e posteriormente pela Índia? – vão abrir um "caminho capaz de emancipar não só seus países como o mundo todo da devastação social e ecológica provocada pelo desenvolvimento capitalista ocidental" (p.389)? Vai evoluir a China rumo a um tipo de economia cada vez mais capitalista, ou a trajetória chinesa esconde particularidades que darão um retrato diferente do "*De te fabula narratur"* já apontado por pelos Estados Unidos depois da Inglaterra? A leitura do livro é interessante para pensar estes problemas.

Vitor Eduardo Schincariol –
Departamento de Economia
Universidade Federal de Alagoas

Doutorando/USP

Normas de Publicação:

A REPHE publica textos inéditos referentes às áreas de História Econômica e Economia Política. Os textos podem ser:

- Artigos: mínimo de dez páginas em times new roman tamanho 12, em espaço 1,5.
- Resenhas: entre duas a sete páginas em times new roman tamanho12, em espaço 1,5.
- Entrevistas: entre duas a sete páginas em times new roman tamanho 12, em espaço 1,5.

Os textos devem ser enviados ao e-mail rephe01@hotmail.com .
Juntamente com o texto, devem ser enviados um resumo de dez linhas (no caso dos artigos), uma versão em inglês do resumo, e um breve registro da qualificação acadêmica e profissional do(s) autor(es).
As normas de citações, referências, gráficos e tabelas seguem os padrões da norma técnica da ABNT.
Os conceitos emitidos nos textos publicados pela revista são de responsabilidade de seus autores.

PRÓXIMA CHAMADA DE TEXTOS: 10 de novembro de 2008
© NEPHE 2008

© NEPHE 2008
http://rephe01.googlepages.com
e-mail: rephe01@hotmail.com